



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E**  
**SOCIEDADE NA AMAZÔNIA – PD TSA ÁREA: INTERDISCIPLINAR**

**RONILDO GUILHERME SALES**

**AS FORMAS DE USO E APROPRIAÇÃO DA TERRA SOB A DINÂMICA DO**  
**CAPITAL EM COMUNIDADES CAMPONESAS ÀS MARGENS DO RIO**  
**TOCANTINS EM ITUPIRANGA, MARABÁ E SÃO JOÃO DO ARAGUAIA NO**  
**SUDESTE PARAENSE**

**Marabá-PA**

**2017**

**RONILDO GUILHERME SALES**

**AS FORMAS DE USO E APROPRIAÇÃO DA TERRA SOB A DINÂMICA DO  
CAPITAL EM COMUNIDADES CAMPONESAS ÀS MARGENS DO RIO  
TOCANTINS EM ITUPIRANGA, MARABÁ E SÃO JOÃO DO ARAGUAIA NO  
SUDESTE PARAENSE**

THE FORMS OF LAND USE AND APPROPRIATION UNDER THE DYNAMICS OF  
CAPITAL IN CAMPONIAN COMMUNITIES TO THE MARGINS OF THE RIVER  
TOCANTINS IN ITUPIRANGA, MARABÁ AND SÃO JOÃO DO ARAGUAIA IN THE  
SOUTHEAST OF PARÁ.

Dissertação de Mestrado na Linha de pesquisa: Estado, Território e Dinâmicas Socioambientais na Amazônia, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) como um dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Célia Regina Congilio

**Marabá- PA**

**2017**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA.**  
**Marabá, PA**

---

Sales, Ronildo Guilherme

As formas de uso e apropriação da terra sob a dinâmica do capital em comunidades camponesas às margens do rio Tocantins em Itupiranga, Marabá e São João do Araguaia no sudeste paraense / Ronildo Guilherme Sales ; orientadora, Célia Regina Congilio. — 2017.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2017.

1. Trabalhadores rurais - Pará. 2. Assentamentos humanos. 3. Posse da terra. 4. Trabalhadores rurais – Pará – Condições sociais. 5. Economia agrícola – Pará. I. Congilio, Célia Regina, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 331.763098115

---

Elaboração: Alessandra Helena da Mata Nunes

Bibliotecária-Documentalista CRB2/586

**RONILDO GUILHERME SALES**

**AS FORMAS DE USO E APROPRIAÇÃO DA TERRA SOB A DINÂMICA DO  
CAPITAL EM COMUNIDADES CAMPONESAS ÀS MARGENS DO RIO  
TOCANTINS EM ITUPIRANGA, MARABÁ E SÃO JOÃO DO ARAGUAIA NO  
SUDESTE PARAENSE**

Dissertação de Mestrado na Linha de pesquisa: Estado, Território e Dinâmicas Socioambientais na Amazônia, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

APROVADO EM: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Regina Congílio (Presidente e Orientadora UNIFESSPA/PDTSA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edma do Socorro Silva Moreira (Examinadora Interna UNIFESSPA/PDTSA)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Airton Sieben (Examinador Externo UFT – TO)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Jerônimo da Silva e Silva (Examinador Suplente)

## DEDICATÓRIA

Esta obra é dedicada a meus familiares e amigos pela compreensão e paciência.

## AGRADECIMENTOS

Sou grato a toda a equipe do PDTSA que sempre atende, prontamente, as demandas do curso através das aulas ministradas, emissão de documentos, organização administrativa e pedagógica;

Minha dívida maior é tributada à professora Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Célia Regina Congilio, minha orientadora, pela notável contribuição sem a qual a pesquisa não seria possível;

Registro especial gratidão à professora Andréa Hentz de Mello pelos conselhos, orientações e incentivo, e também ao professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida pela contribuição substancial com suas sugestões durante o exame de qualificação;

Agradeço ainda aos colegas das turmas de 2015 e 2016, do PDTSA por suas contribuições ao longo do curso;

Um obrigado especial ao Núcleo de Educação Ambiental - NEAM pela companhia em algumas viagens e pela cessão de informações indispensáveis;

Deixo registrado meu eterno agradecimento às famílias rurais do Pa Grande Vitória e aos pescadores das comunidades de Vila Tauiri e Vila Apinajés pelo imenso apoio ao suprir com as informações necessárias a consecução dessa pesquisa, bem como, o apoio logístico e pela cordial gentileza com a qual sempre me acolheram durante minhas peregrinações de pesquisador;

Pontuo ainda meu agradecimento aos dirigentes das instituições públicas como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-BIO como também a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER – PARÁ. Sou imensamente grato às associações de pescadores de Itupiranga, Marabá e São João do Araguaia que oportunizaram um enorme aprendizado sobre a dinâmica regional, as mesmas não se negaram a fornecer as informações por mim solicitadas.

*“As sociedades sempre foram profundamente marcadas por suas formas de ocupação e domínio das terras e pelo papel que este domínio exerce ou vai deixando de exercer sobre a sua vida econômica e sua estrutura social”.*

(Jean Hébert)

## RESUMO

Esta dissertação discute as formas pelas quais as categorias do campo (pequenos agricultores, ribeirinhos e pescadores) que vivem às margens do Rio Tocantins, nas comunidades pesqueiras de Vila Tauiri, Vila Apinajés e ainda, as famílias rurais do Projeto de Assentamento Grande Vitória, comunidades localizadas respectivamente nos municípios de Itupiranga, São João do Araguaia e Marabá-Pa, adquirem e manuseiam suas terras. Analiso a área estudada que didaticamente denomino Araguaia-Tocantins, procurando entender as contradições entre o modo de vida tradicional e o atual modelo de desenvolvimento capitalista vigente na Amazônia Oriental, que impõem à área em estudo, uma condição de submissão ao mercado. A relevância deste trabalho dá-se pela necessidade do entendimento da estrutura fundiária enquanto ente básico para os sistemas produtivos ao longo da história humana e na atual conjuntura, a interação do local com o global. O Araguaia-Tocantins fica localizado em uma região de expansão de capital, onde a posse e o uso da terra são, historicamente, mediados pelo poder político, em uma relação que contraria o entendimento, haja vista que o desenvolvimento capitalista impõe a apropriação da terra pelas grandes empresas, o que desencadeia um processo de destruição dos modos de vida dos sujeitos locais, conseqüentemente, a extinção do campesinato, fortalecendo o trabalho proletarizado. O capital consegue reter a renda da terra sem necessariamente possuí-la. A classe de trabalhadores rurais, mediante a algumas dificuldades e imposições, consegue manter a terra e sustentar seu modo de vida, mas a maioria recorre a formas de trabalho capitalistas. O trânsito sobre as duas comunidades pesqueiras revelou nuances da vida dos pescadores, mostrando o paradoxo vivenciado por essa categoria social, como a pesca predatória e o desejo de “trabalhar de empregado”. Ao mesmo tempo exigem políticas que fortaleçam a forma de vida tradicional. Com seu próprio conflito socioambiental, as famílias rurais do projeto de assentamento Grande Vitória se veem no dilema de respeitar o meio ambiente ou produzir sem os recursos necessários, enquanto isso, assistem os empreendimentos capitalistas seguirem regularmente seu curso produtivo frente à discricionariedade do Estado que permite a operação de empreendimentos que gerem impostos a curto prazo.

**Palavras-chave:** Propriedade. Amazônia. Pesca Artesanal. Estado. Campesinato.

## ABSTRACT

This dissertation discusses the ways in which field categories (small farmers, riverine and fishermen) living on the banks of the Tocantins River, in the fishing communities of Vila Tauiri, Vila Apinajés and the rural families of the Grande Vitória Settlement Project, localized communities respectively in the municipalities of Itupiranga, São João do Araguaia and Marabá, acquire and handle their lands. I analyze the studied area that I dubiously call Araguaia-Tocantins, trying to understand the contradictions between the traditional way of life and the current model of capitalist development in Eastern Amazonia, which impose on the area under study a condition of submission to the market. The relevance of this work is due to the need to understand the land structure as a basic entity for productive systems throughout human history and in the current conjuncture, the interaction of the local with the global. Araguaia-Tocantins is considered a region of capital expansion where land tenure and use are not historically mediated by political power, in a relationship that contradicts the understanding when considering that capitalist development imposes the appropriation of land by large enterprise through a process of destruction of the ways of life and consequent extinction of the peasantry for the formation of proletarian work force. Capital is able to retain the income of the land without necessarily owning it, and the rural workers can barely keep the land in order to support their way of life, often using capitalist forms of labor. The traffic on the two fishing communities revealed nuances in the life of the fishermen, showing the paradox experienced by this social category, such as predatory fishing and the desire to "work as an employee". At the same time they demand policies that strengthen the traditional way of life. With their own socio-environmental conflict, the rural families of the Grande Vitória settlement project find themselves in the dilemma of respecting the environment or producing, without the necessary resources, while watching capitalist enterprises regularly follow their productive course against the discretion of the state that allows operations that generate short-term taxes.

**Keywords:** Property. Amazon. Artisanal Fishing. State. Peasantry.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Número e área dos estabelecimentos por grupos de área total - Brasil – 2006 .....	<b>31</b>
<b>Tabela 2.</b> Terras devolutas vendidas pelo governo do Pará a grandes proprietários (1924-1976) .....	<b>61</b>
<b>Tabela 3.</b> Uso do solo no Pa Grande Vitória .....	<b>108</b>

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01</b> – Mapa de aptidão agrícola do estado do Pará.....	<b>20</b>
<b>Mapa 02</b> – Mapa da área de estudo.....	<b>22</b>
<b>Mapa 03</b> – Mapa de localização do Projeto de Assentamento Grande Vitória.....	<b>102</b>
<b>Mapa 04</b> – Mapa de Relevo do Projeto de Assentamento Grande Vitória .....	<b>104</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Aspecto da Vila Santo Antoninho, região do Tauiri .....	<b>87</b>
<b>Figura 2</b> – Termo de autorização de uso da terra que normatiza o regime de posse mais comum no Tauiri .....	<b>94</b>
<b>Figura 3</b> – Casa de pescador artesanal na Vila Santo Antoninho, região do Tauiri.....	<b>98</b>
<b>Figura 4</b> – Aspecto da margem do rio Tocantins no Projeto de Assentamento Grande Vitória .....	<b>105</b>
<b>Figura 5</b> – Aspectos do solo no PA Grande Vitória .....	<b>106</b>
<b>Figura 6</b> – Panorama paisagístico do PA Grande Vitória .....	<b>108</b>
<b>Figura 7</b> – Unidade produtiva do PA Grande Vitória .....	<b>110</b>
<b>Figura 8</b> – Igarapé sucumbindo no PA Grande Vitória .....	<b>113</b>
<b>Figura 9</b> – Aspecto da Vila Apinajés .....	<b>116</b>
<b>Figura 10</b> – Laguna de acesso fluvial as ilhas de Apinajés .....	<b>119</b>
<b>Figura 11</b> – Ilha do Jiquiri ou Cachórras - São João do Araguaia .....	<b>120</b>
<b>Figura 12</b> – Pequena roça tradicional na Ilha do Piranha .....	<b>121</b>
<b>Figura 13</b> – Casebre tradicional na Ilha do Piranha – São João do Araguaia – PA .....	<b>122</b>
<b>Figura 14</b> – Vista panorâmica do Pedral do Lorenção em Vila Tauiri, distrito de Itupiranga-PA. ....	<b>133</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

**APP** – Área de Preservação Ambiental

**CEB** – Comunidade Eclesial de Base

**CPT** – Comissão Pastoral da Terra

**CVRD** – Companhia Vale do Rio Doce

**ELETRONORTE** - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

**EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**FETAGRI** - Federação do Trabalhadores na Agricultura do Pará

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IDEFLOR-BIO** - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

**INCRA** - Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária

**ITERPA** - Instituto de Terras do Pará

**MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens

**MAPA** - Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento

**MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MPC** - Modo de Produção Capitalista

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

**NEAM** – Núcleo de Educação Ambiental

**PA** – Projeto de Assentamento

**PGC** - Programa Grande Carajás

**PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**RADIOBRAS** – Empresa Brasileira de Radiodifusão

**RL** – Área de Reserva Legal

**SPU** – Secretaria de Patrimônio da União

**SUCAM** – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública.

**SUDAM** – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

**STTR** - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

**UFPA** – Universidade Federal do Pará

**UHT** - Usina Hidrelétrica de Tucuruí

**UNIFESSPA** - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.</b> .....	15
<b>1.1 Contextualização do objeto de pesquisa e pressupostos teóricos metodológicos</b> ....	18
<b>1.2 Categorias de análise do método materialista histórico-dialético</b> .....	36
<b>2. SOCIOHISTÓRIA DO ARAGUAIA-TOCANTINS.</b> .....	54
<b>2.1 A ocupação histórica do Araguaia-Tocantins</b> .....	54
<b>3. POSSE AGRÁRIA PARA ALÉM DA FRONTEIRA – O LOCAL E O GLOBAL SOB A EXPANSÃO DO CAPITAL.</b> .....	69
<b>4. IMPACTOS DOS GRANDES PROJETOS NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS TAUIRI, APINAJÉS E NO ASSENTAMENTO RURAL GRANDE VITÓRIA.</b> .....	85
<b>4.1 Terra e vida – o sentido tauiriense da posse agrária</b> .....	88
<b>4.1.1 O Tauiri sob as sombras dos grandes projetos.</b> .....	88
<b>4.1.2 Posse e uso da terra no Tauiri.</b> .....	91
<b>4.1.3 A pesca artesanal tauiriense - fatos e perspectivas.</b> .....	96
<b>4.2 O Projeto de Assentamento Grande Vitória</b> .....	101
<b>4.2.1 Uso perdulário da terra e dos rios</b> .....	106
<b>4.3 Apinajés – de terra indígena a comunidade de pescadores</b> .....	116
<b>4.3.1 A vila Apinajés.</b> .....	117
<b>4.3.2 Aspectos gerais das ilhas.</b> .....	118
<b>4.3.3 Formas de uso e posse da terra em Apinajés.</b> .....	119
<b>4.3.4 A pesca.</b> .....	123
<b>5. PERSPECTIVAS PARA AS POPULAÇÕES DAS COMUNIDADES DIANTE DOS GRANDES PROJETOS DE EXPANSÃO DO CAPITALISMO EM CURSO NA REGIÃO.</b> .....	129
<b>5.1 Desdobramento da atuação institucional nas formas de uso e apropriação da terra no Araguaia-Tocantins.</b> .....	129
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.</b> .....	144
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.</b> .....	150
<b>APÊNDICE I: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES DOS TRABALHADORES ENVOLVIDOS DIRETAMENTE COM PESCA E AGRICULTURA.</b> .....	158

<b>APÊNDICE II: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES JUNTO AS INSTITUIÇÕES DIRETAMENTE ENVOLVIDAS COM OS PEQUENOS CAMPONESES E PESCADORES. ....</b>	<b>159</b>
--	------------

## 1. INTRODUÇÃO

A epopeia dos povos residentes no Araguaia-Tocantins constitui uma trajetória cuja narrativa envolve ações do Estado com a edificação de barragens e instalação de linhas de energia através da ELETRONORTE, a construção de rodovias e ampliação da atividade agropecuária. Com destaque ainda para a atuação dos grandes grupos capitalistas, que também sob chancela do Estado, através da SUDAM, empreenderam a produção mineral na região. As intervenções promoveram alterações sistemáticas na forma como as categorias do campo se apossam e utilizam a terra. O acesso ao território que se dava através dos rios foi deslocado para as rodovias, as quais facilitaram o acesso as incessantes correntes migratórias para a área. Ocorreu uma intensificação do uso dos recursos, nesse sentido, a terra e os rios também passam a ser disputados pelo capital.

A ocupação territorial constituída por povos indígenas, caboclos, remanescentes de quilombolas modifica-se com o surgimento de novas relações de poder. O resultado mais imediato são as transformações no modo de vida das categorias sociais residentes às margens dos rios. Os impactos que atingiram essas populações são diversos, no entanto, destacam-se os conflitos fundiários, aumento do contingente populacional e a expansão da lógica capitalista, esses sujeitos são obrigados a se adaptar, passando a viver em áreas menores e modificando as práticas de cultivos e também pesqueiras. As relações do homem com a terra são econômicas e políticas, essas alterações são reforçadas com as mudanças culturais ocorridas na tentativa de adaptação à lógica do mercado que promete um “progresso” inalcançável para o modo de vida cuja base de uso da terra sempre foi a subsistência, mas que, de repente, passa então, a se converter em uma mercadoria, engendrando diferentes formas de usos e posses.

A questão problematizada na pesquisa é frequentemente analisada a partir da perspectiva teórica da “fronteira” nas mais diversas disciplinas científicas. Estudos no âmbito da territorialidade, das questões agrárias, da mineração, da cultura, da pesca, dos movimentos sociais, dos direitos humanos e muitas outras temáticas são, normalmente, tratados sob essa base teórica. Esse estudo, entretanto, busca entender a dinâmica regional a partir de uma concepção que toma as relações sociais como ponto focal, neste sentido, o político alcança grande relevância no que concerne à explicação da dinâmica regional.

A perspectiva é a de que os grandes projetos na Amazônia criaram uma pressão sobre as pequenas propriedades, levando ao aumento dos preços das mesmas. Do mesmo modo, as terras que margeiam o rio Tocantins estão ficando inacessíveis às populações que

historicamente obtêm seu sustento delas, tendo importância estratégica no desenvolvimento territorial.

Em termos gerais, analiso como está ocorrendo a apropriação e o uso das pequenas propriedades rurais às margens do rio Tocantins. Os esforços proeminentes visaram discutir tendências das questões produtivas pela identificação do perfil dos camponeses, bem como, a sua percepção sobre as questões do desenvolvimento e da política agrária, compreendendo as estratégias de apropriação e uso da terra.

Para compreender a dinâmica do Araguaia-Tocantins realizou-se uma imersão na bibliografia sobre o tema, através de livros, artigos, revistas científicas, documentos oficiais, leis, planos, projetos, dentre outras fontes bibliográficas e documentais. Além disso, os estudos de campo mostraram-se essenciais para as descobertas sobre as formas de uso e posse da terra. O método de coleta de dados deu-se através de entrevistas em questionários semiestruturados onde foi possível a realização da investigação *in loco* do modo de vida dos camponeses e pescadores residentes às margens dos rios Araguaia e Tocantins. De igual modo, as entrevistas realizadas frente às diversas instituições ligadas às questões agrárias regionais foram fundamentais para o entendimento de como o Estado percebe os povos residentes, a reforma agrária, os empreendimentos capitalistas e as próprias ações no que tange à questão da posse e uso da terra.

A história dos povos indígenas, pescadores e camponeses - populações residentes às margens dos rios Tocantins e Araguaia – mostra que mantiveram um modo de vida cujo principal suporte de sobrevivência eram os bens naturais, período em que a terra constitui-se como elemento fundamental. Todavia, a partir do desenvolvimento do capitalismo, as ações do Estado se ampliaram, promovendo intensas transformações no modo de vida regional.

O trabalho foi estruturado em cinco capítulos, o primeiro conta-se da introdução e dos tópicos em que se apresenta uma contextualização do objeto de pesquisa e pressupostos teóricos metodológicos, realizando assim, a caracterização da área estudada, como uma forma de compreender as mudanças decorrentes da interferência do Estado na dinâmica das populações locais.

Este trabalho situa sistematicamente a posse agrária enquanto categoria, uma vez que a compreensão dessa questão é fundamental para a superação dos problemas regionais. Para tal, procura-se mostrar a atual conjuntura da distribuição de terras no Brasil, onde o traço marcante é a concentração fundiária, fenômeno este que contrasta com o alastramento da quantidade das pequenas propriedades agrícolas. Em seguida, apresenta-se como suporte teórico, o

materialismo histórico-dialético marxiano, indicando os objetivos propostos e ações realizadas na pesquisa.

O segundo capítulo, se dedica ao movimento de posse da terra através da sócio história do Araguaia-Tocantins, descrevendo as interações entre o Estado e os diversos atores sociais regionais ao longo da existência temporal do território. O poder político é fundamental para a apropriação das terras na região, com isso, os expropriados, desde o início, resistem à expansão da apropriação pelos fazendeiros. A presença do Estado, foi/é marcante, remonta o período onde os rios eram basicamente as únicas vias de acesso até os anos 1950, quando o governo inicia a construção de rodovias, o que promove maior integração e, conseqüentemente, acirra a demanda por terras.

Entre os anos 1960 e 1970, uma nova investida do capital sobre a Amazônia impõe às comunidades mais ações do Estado no intuito de, sob a economia de enclave dos “grandes projetos”, fomentar o desenvolvimento industrial e agropecuário, gerando assim, divisas para amortização da dívida brasileira. Esse modelo produz resultados econômicos inexpressivos, tendo dentre vários efeitos a não assimilação das classes populares pelo trabalho assalariado. Neste caso, a terra e os rios seguem como principais meios de sobrevivência para as populações indígenas e para outras categorias sociais que foram atraídas por promessas de empregos e melhores oportunidades, no entanto, o modelo econômico é induzido a convergir para a polipecuária, promovendo intensas transformações culturais.

O terceiro capítulo intitulado “Posse agrária para além da fronteira – o local e o global sob a expansão do capital” discute as tendências atuais da dinâmica regional, questionando a teoria da “fronteira”, mostra que, em essência, os modelos econômicos e políticos, historicamente vivenciados pela Amazônia, não destoaram significativamente dos paradigmas vivenciados em todo Brasil, qual seja, produção de matérias-primas destinadas às exportações. Em qualquer tempo ou território, as mudanças ocorridas são provas dessa semelhança. Neste sentido, é quase impossível realizar classificação onde possa se distinguir “frente pioneira” de “frente de expansão”, uma vez que tal dinâmica ocorreu de forma semelhante em todo território nacional. Assim, a abordagem de “fronteira” carrega certo conformismo com a expansão do capital, que antes de tudo, é também ação do Estado, ao mesmo tempo em que deixam opacas as pequenas categorias sociais históricas.

Os impactos causados nas comunidades Tauiri, PA Grande Vitória e Apinajés são discutidos no quarto capítulo. Neste tópico é descrito características históricas autoexplicativas no que tange às condições atuais dessas comunidades, onde a ideia de “progresso” e

“desenvolvimento” se apresenta em todo tempo histórico como o principal ente conflitivo do local com o global. Interesses nacionais e supranacionais avançam sobre a região, confrontando os modos de vida das comunidades residentes às margens dos rios Tocantins e Araguaia. Os tipos de posses, os sentidos delas, as formas de uso da terra e seus valores monetários são apresentados no âmbito da dinâmica de região, sendo que o Estado compartilha a gestão de terras entre seus diversos órgãos, conferindo uma forte ingerência governamental na vida das populações. A relação entre agricultura e pesca se apresenta como um importante fator para a economia dos camponeses pescadores - polipesca, tal articulação viabiliza a reprodução social dessa categoria.

O quinto capítulo discute a atuação das agências governamentais que trabalham conjuntamente a gestão da terra nas comunidades estudadas. Apresenta as contradições existentes entre essas instituições, demonstradas a partir das concepções que têm de “reforma agrária” e da forma como entendem a intervenção dos grandes empreendimentos capitalistas e seus desdobramentos para a posse e usos da terra. Por último, têm-se as considerações finais que busca sintetizar e refletir sobre as questões discutidas ao longo da pesquisa.

### **1.1 Contextualização do objeto de pesquisa e pressupostos teóricos metodológicos**

O trabalho discute as maneiras como a terra é utilizada e apropriada após os vários ciclos econômicos e políticos da região, nos quais o capitalismo, ao buscar o “desenvolvimento” se confronta com formas de organizações sociais e econômicas que têm por base o uso dos recursos naturais em uma lógica que tem como base à subsistência, tema frequente nos debates e estudos sobre o sudeste paraense.

A análise exige um pequeno recorte do estado do Pará, na microrregião de Marabá, reduzindo a área de estudo a três comunidades situadas à margem do rio Tocantins, aqui denominada de Araguaia-Tocantins pelo fato de envolver a área de confluência dos dois rios ao alcançar a região do Bico do Papagaio. No sudeste paraense, particularmente a área compreendida a partir do Bico do Papagaio, local onde os rios Araguaia e Tocantins se unem, formando um único e largo canal, passando a ser chamado pelos atores regionais de rio Tocantins fica localizado à Vila Apinajés - em São João do Araguaia. Tomando como referência a margem esquerda, a montante do rio Tocantins, atravessando o município de Marabá, que possui muitos projetos de assentamento, dentre eles o Grande Vitória; e ainda, seguindo até a região das ilhas da Vila Santa Terezinha do Tauiri ou Vila Taiuri em Itupiranga, sendo esta

última, localidade atingida pela barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, encontram-se alocadas populações que vivem da terra e do rio, cujas características e histórias têm sido fortemente impactadas econômica, cultural, política e socialmente por uma série de ações governamentais que demonstram a potente mão intervencionista do Estado brasileiro nos diversos períodos da história.

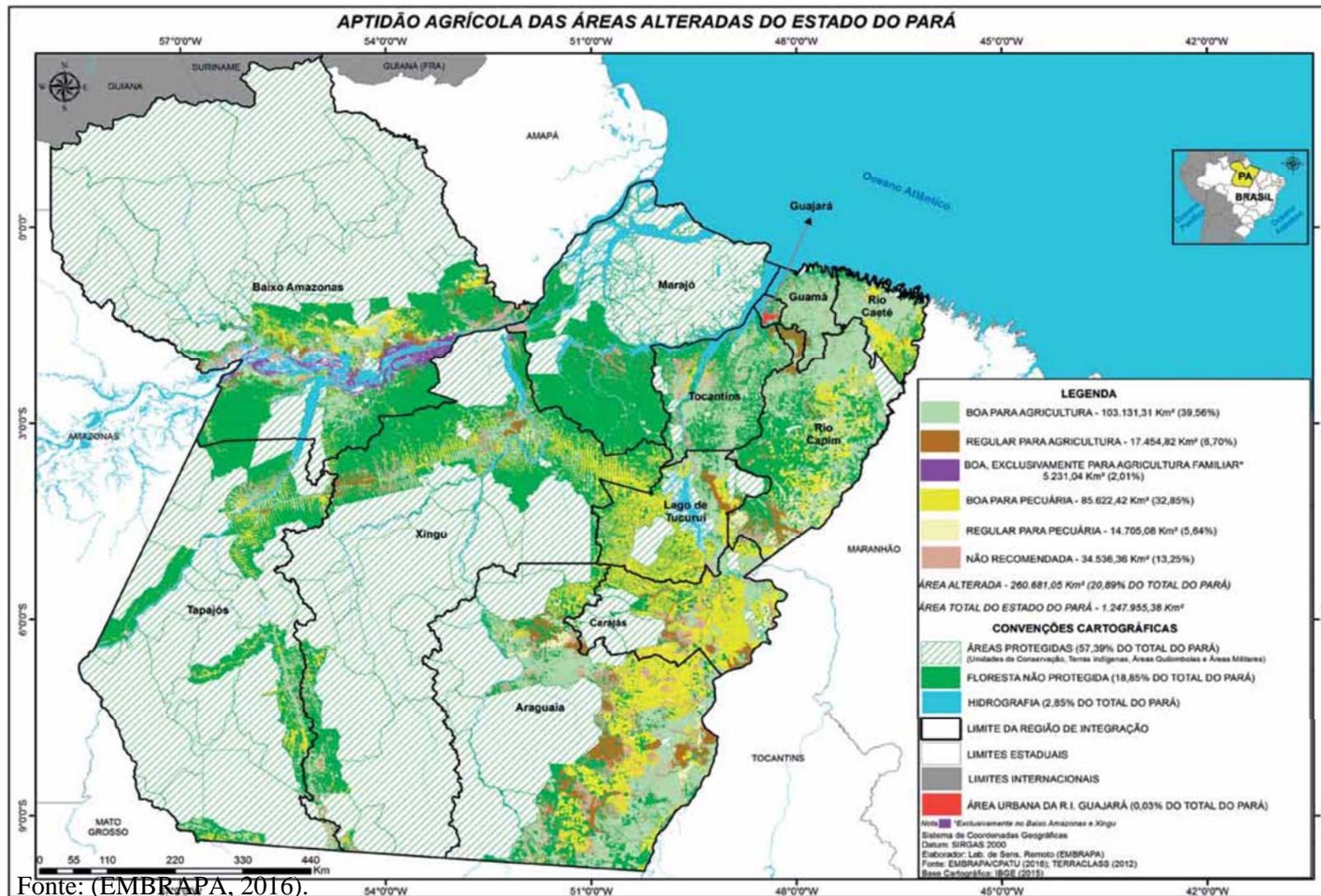
As ações do Estado atendem, em prioridade, ao processo de mundialização do capital, fenômeno em que, segundo Chesnais (1996, p. 43-44) “[...] o uso da terra, bem como de todos os recursos naturais, renováveis ou não, foi submetido ainda mais estreitamente às leis do mercado e do lucro capitalista”. O Estado brasileiro possui sua própria especificidade histórica no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista, e também como este modo de produção açambarcou a terra. O Brasil ao romper com o colonialismo de base escravagista fez uma opção pelo *status quo*, assim, com a Lei de Terras de 1850, criou um regime de propriedade que garantiu o privilégio dos grandes latifundiários ao passo que formou um país de trabalhadores excluídos no campo, nas palavras de Martins (2016, p. 3) “[...] O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava”. Este posicionamento governamental não provocou mudanças na estrutura da sociedade brasileira, que manteve como fonte de produção de riqueza as exportações de produtos primários sustentados em grandes propriedades, utilizando o trabalho assalariado.

Os agentes mais influentes nas decisões políticas permaneceram os mesmos, consolidando estrutura de poder patrimonialista. O acesso a terra ficou condicionado à posse de capital. O poder político ganhou um papel de destaque nesse contexto, reforçou os mecanismos de concentração fundiária e concomitante acirrou as desigualdades sociais. A compra de terras no Brasil se tornou a principal forma de apropriação, contudo, as consequências foram devastadoras, uma vez que aqui:

[...] a propriedade da terra se institucionalizou como propriedade territorial capitalista, presidiu o processo de instauração, difusão e consolidação do capitalismo entre nós, acasalou terra e capital, concentrou a repartição da mais-valia e avolumou a reprodução ampliada do capital. Foi o modo de acelerar a entrada do país no mundo moderno, o recurso compensatório da pilhagem colonial que nos condenara ao atraso, o modo de acumular mais depressa para mais depressa se modernizar (MARTINS, 2016, p.4).

A modernização capitalista não veio na mesma intensidade que as pressões sociais que moldaram o território brasileiro e a área de estudo, conforme o mapa a seguir:

## MAPA 01 – APETIDÃO AGRÍCOLA DO ESTADO DO PARÁ



Atualmente, o mapa de aptidão agrícola do Estado do Pará estratifica e dimensiona os usos da terra a partir do uso pré-estabelecido pela dinâmica econômica, neste sentido, aponta que o solo paraense permite boa agricultura e a pecuária em proporções praticamente iguais. O mapa elaborado pela EMBRAPA informa que “apenas” 2,1% do território paraense estaria destinado à “agricultura familiar”, apesar de marca o lugar do camponês como agente de uso da terra, essa demonstração cartográfica não expõe de forma clara e detalhada as nuances dessa classe social.

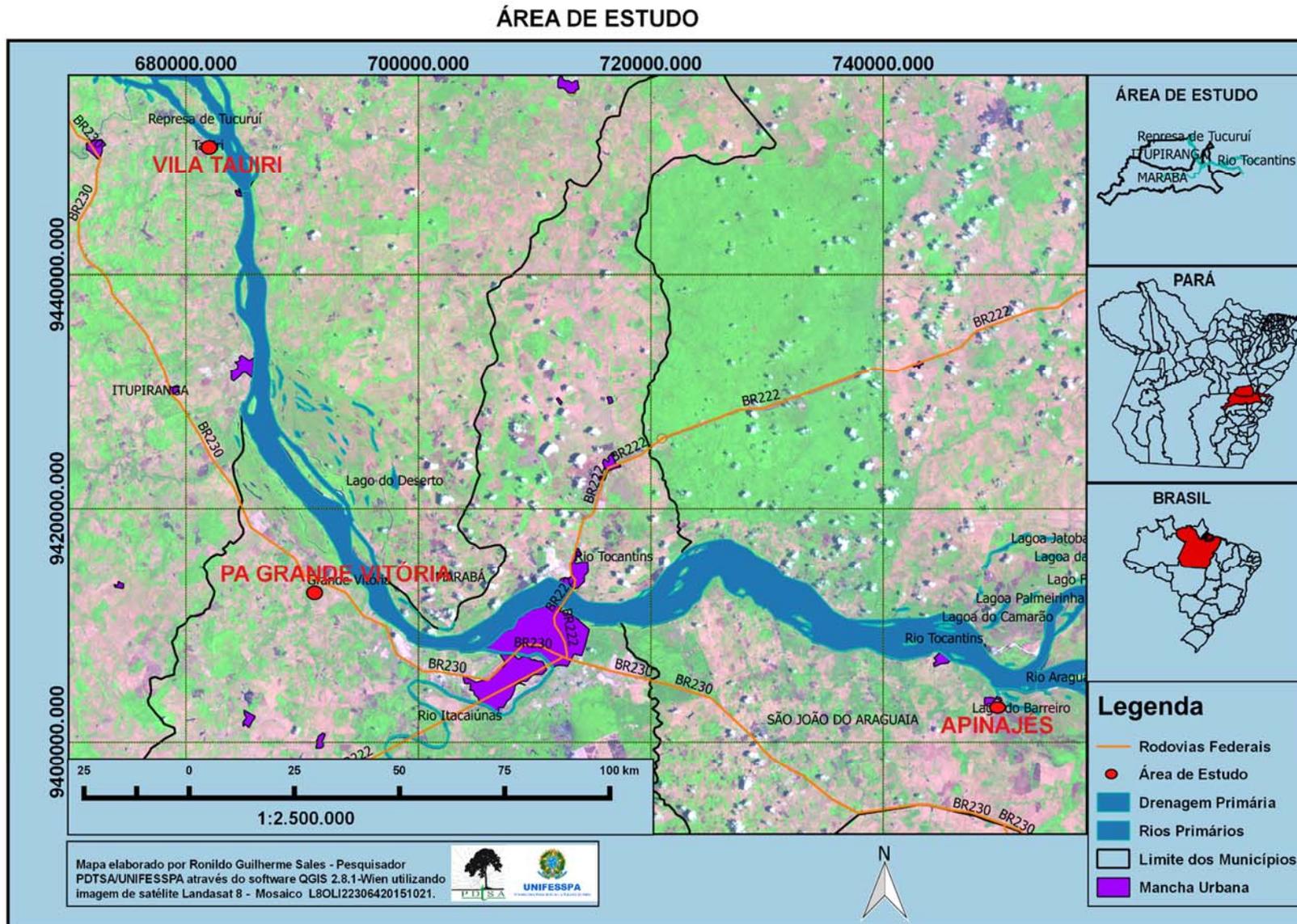
Observando o sudeste do Pará no Mapa 1, a partir das microrregiões Lago de Tucuruí e Carajás, pode-se constatar nas faixas em amarelo que a pecuária constituiu-se como a principal atividade regional. Entretanto, o mosaico da representação gráfica, também, demonstra grande diversidade de uso do solo, que inclui agricultura camponesa com um grande número de assentamentos rurais da reforma agrária e assentamentos rurais formados por ocupação espontânea. Além disso, estão presentes as atividades de mineração de ferro gusa, cobre, ouro, bauxita, dentre outras; e ainda, conta com as grandes fazendas de gado.

As áreas protegidas, também compõem a paisagem do sudeste paraense, apresentam-se bastante reduzidas em comparação às demais mesorregiões do estado do Pará. Esses espaços são formados por parques estaduais e municipais, reservas biológicas, terras indígenas, áreas de proteção ambiental, reservas particulares do patrimônio natural e reservas extrativistas. A grande diversidade de tipos de unidades de conservação contrasta com a forte antropização, uma vez que as áreas protegidas estão comprimidas por atividades que usam o solo de maneira intensa, como fazendas, rodovias, assentamentos urbanos e rurais, o reservatório da hidrelétrica de Tucuruí e áreas de mineração.

A antropização foi favorecida naturalmente pelo acesso através de grandes rios como o Araguaia, o Tocantins e o Itacaíunas, uma grande quantidade de recursos naturais ofertados por densas florestas da região bem como por suas ricas áreas minerárias. A ocupação regional foi facilitada ainda pelos projetos implantados ao longo da história, caracterizados principalmente pela construção de rodovias, linhas de transmissão de energia elétrica e ramais de extração de madeira. São esses elementos que despertam o interesse extra-regional, atraindo imigrantes de todas as regiões do país, como também, a gana internacional.

Para facilitar as discussões desse trabalho, a área de estudo será denominada de Araguaia-Tocantins, terminologia proveniente do imaginário regional, além de forte institucionalização através de programas e projetos governamentais, empresariais e instituições da sociedade civil, o Mapa 02 seguinte mostra essa relação:

MAPA 02 - Área de do estudo, Vila Tauiri, Projeto de Assentamento Grande Vitória e Vila Apinajés.



Fonte: (Elaborado pelo autor, SALES (2017)).

A partir das transformações ocorridas no sudeste paraense, especificamente nas microrregiões de Marabá e do Lago de Tucuruí, onde se localizam os municípios que contêm as comunidades estudadas, surgem diversas categorias sociais com interesses distintos. Trata-se de camponeses, pescadores, fazendeiros, mineradores, quebradeiras de coco, peões, trabalhadores sem-terra, madeireiros etc. Diante de tal arranjo sociocultural, a relação com a terra modifica-se, pois, transcende a função de abrigo da fauna, flora e povos indígenas, as terras regionais, passando a ter que saciar a fome pelo lucro dos empreendedores capitalistas.

O Mapa 02 foi elaborado a partir de um mosaico do satélite *Landsat 8*, com ele, pode-se observar a real situação do meio ambiente nas comunidades estudadas. As pastagens e áreas desflorestadas são representadas pela cor rosa, enquanto que o verde expõe a vegetação do Araguaia-Tocantins. Uma observação mais cuidadosa permite perceber os fragmentos florestais seguindo os cursos dos pequenos rios e igarapés.

Um dos desafios iniciais consiste em estabelecer uma terminologia específica para comunidades cujos atributos são bastante diversificados, procurando situá-las enquanto categoria social. Apesar da complexidade de tal arranjo social é possível delimitar as principais características a partir de suas ocupações, modos de vida e percurso histórico. Muito embora, trata-se de categorias cuja lógica está mais centrada em economia de subsistência. São comunidades que possuem praticamente o mesmo nível de renda, ocupam-se da pesca ou da agricultura, e às vezes, de ambos.

A partir das relações com a terra e com o rio é possível situá-los ainda no âmbito do campesinato brasileiro, uma vez que nas três comunidades, trabalhadores que praticam apenas agricultura tradicional – polipecuária - coexistem com pessoas que, tendo a pesca como principal meio de sobrevivência, também estabelecerem pequenos cultivos e criações de animais - polipesca. Existe a necessidade de contextualizá-las no âmbito das classes sociais, visando a compatibilização com o arcabouço teórico marxiano. Para Ribeiro (2013, p. 80) “A diversidade de trabalhos, culturas e formas de vida dos trabalhadores da terra dificulta sua caracterização, e mais do que isso, a função que desempenha o movimento camponês na revolução social”. Ao longo do trabalho, tem-se a pretensão de buscar essa caracterização com o devido alinhamento histórico.

As comunidades Tauri e Apinajés são formadas por povos mestiços que vivem historicamente da agricultura de subsistência e pesca. Atualmente, contam com uma atividade não tradicional - um turismo estruturado de forma espontânea – que também compõe a economia local, sendo que, ao mesmo tempo em que a pecuária avança, regride a agricultura e

a pesca, atividades tradicionais praticadas por essas populações que sobrevivem da terra e do rio. Por sua vez, o projeto de assentamento Grande Vitória foi criado em 1998 pela colonização oficial por meio da política de reforma agrária, mas desde o início convive com conflitos socioambientais, uma vez que uma parte da sua enorme área, de 4.463,33 hectares, está localizada à margem do rio Tocantins. Essas famílias rurais não praticam a pesca como meio de subsistência, sobrevivem com grandes dificuldades através da agricultura camponesa. Nesse sentido, é preciso delimitar exatamente a que campesinato está sendo estudado, em se tratando do Brasil, percebe-se que

Aqui, ao contrário, o campesinato é uma classe, não um estamento. É *um campesinato que quer entrar na terra*, (grifo do autor) que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe: agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação. O direito de propriedade que, afinal de contas, o camponês invoca judicialmente para resistir às tentativas de expropriação é o *mesmo direito* que o capitalista invoca para expropriar o camponês (e não um direito institucionalmente diferente, como o da propriedade comunal). É das contradições desse direito, que serve a duas formas de propriedade privada — a familiar e a capitalista — que nascem as interpretações distintas sobre a terra camponesa e a terra capitalista, terra de trabalho e terra de negócio. (MARTINS, 1981 p. 16).

Martins (1981) apresenta detalhadamente, as características do campesinato brasileiro que, uma vez constituído de liames mercadológicos, se coloca como um elemento que já nasce dentro da dinâmica do capital, logo, seria impossível dissociá-lo do âmbito das classes sociais, ou seja, enquanto uma formação social cujos laços se distinguem por não serem baseados por origem étnica, vínculos hereditários ou por relações afetivas. Considerando que a forma de organização dos pescadores e camponeses ocorre por associações jurídico-políticas, visando regular atividades econômicas, pode-se delinear objetivamente sua participação em uma sociedade de classes sociais.

Os aspectos que identificam as classes sociais são enumerados por Sorokin (1981); a classe social enquanto grupo se destaca por ser solidário, relativamente aberto, semi-organizado e parcialmente cômico de seu lugar no mundo, a ponto de compreender a divergência de interesses com outros grupos. As classes sociais caracterizam a formação das sociedades ocidentais modernas desde as grandes transformações no século XVIII, são formações sociais que, a partir de suas relações, assimilam simultaneamente os vínculos laborais e econômicos.

Os direitos e deveres de dada classe social geralmente se distinguem ou se chocam com os interesses das demais. Toda classe social vivencia divergências internas, entretanto, pelo fato de seus membros possuírem o mesmo nível econômico e atividades ocupacionais similares, o

regime de cooperação entre os seus membros tende a prevalecer. Para categorizar a diferença das classes sociais capitalista torna-se necessário perceber que

A aglutinação dos vínculos de cada classe é “afinada” ou “normal”: a pobreza está intimamente inter-relacionada às ocupações manuais (qualificadas e semiqualficadas) e à comparativa inferioridade (jurídica e de fato) com respeito aos direitos e privilégios; por sua vez a riqueza relaciona-se às ocupações criadoras, intelectuais, e a um *status* privilegiado (legal de fato). (SOROKIN, 1981 p. 85).

A proposição de Sorokin (1981) poderia ser interpretada de maneira tautológica, como uma análise materialista, teoria mais propícia ao estudo de sociedades de mercado cujas forças produtivas estão em franco desenvolvimento, sendo utilizada para a compreensão de grupos relativamente anticapitalistas. Todavia, os aspectos destacados por ele, não devem ser tomados internamente, mas em um contexto em que existam grupos com interesses conflitantes. Dito de outra forma – só existe uma classe social se houver um ou mais grupos sociais que lhe façam oposição. As classes sociais existem em relação com as outras e isso é muito verdadeiro para as relações estabelecidas com a terra no Araguaia-Tocantins.

A partir do processo de globalização a posse e os usos da terra convergiram para o atendimento de uma variedade de interesses, distanciando-se cada vez mais da função de sustentar comunidades à medida que se tornava objeto de dominação de uma classe sobre as outras, introduzindo novas atividades produtivas e acirrando os embates políticos. Por isso, categorias do materialismo histórico-dialético tornam-se adequadas para a análise da questão proposta.

Com o crescimento da população global e da dinâmica econômica empreendida, essas populações sofrem mudanças drásticas, isso porque os usos da terra se ampliam muito rapidamente e de maneira intensa em núcleos urbanos e rurais, fator que implica em um risco global se os bens naturais não forem adequadamente utilizados. A grande quantidade de atividades produtivas, variadas tecnologias e diversas formas de organização do trabalho, são aspectos marcante em estudos que procuram analisar a agricultura camponesa no Araguaia-Tocantins.

O tema - formas de uso e apropriação de terra - se coloca como objeto de pesquisas por sociólogos, economistas, historiadores, geógrafos, entre outros. Marx (2009) dedicou parte da sua obra ao proletariado agrícola britânico, destacando o caráter antagônico da produção e da acumulação capitalista, que se revelou brutal para esta categorial social, o que a levou à miséria e indignância quando confrontados com as gerações camponesas anteriores. Essas transformações econômicas além de modificar as relações entre o homem e a terra, impactam

significativamente o meio natural ao converter uma intervenção humana convencional em outra do tipo predatória. Não obstante, para Marx (2009) antes do desenvolvimento do capitalismo, a propriedade privada estabeleceu-se através do trabalho próprio, baseado na síntese do trabalhador isolado, autônomo, com suas condições de trabalho, ou seja, trabalhador-proprietário.

Posteriormente, essa relação é subvertida pela propriedade privada capitalista cuja base é a exploração do trabalho alheio, legalmente estatuído e que se manifesta pela separação entre posse e trabalho. Dessa maneira, entende-se que

O modo de apropriação capitalista, que deriva do modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, fundada no trabalho próprio. Todavia, a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Ela não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre a base daquilo que foi conquistado na era capitalista, isto é, sobre a base da cooperação e da posse comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho (MARX, 2013, p. 1023).

A cisão entre trabalho e propriedade pode ser considerada como um dos fundamentos do modo de produção capitalista. Assim como “capital”, “modo de produção” e “trabalho” a “propriedade fundiária” deve ser considerada como uma categoria analítica, pois apresenta estágio histórico determinado para dada sociedade. Segundo Hébette (2004, p. 25), a questão agrária suscita a ligação entre o estatuto da terra e a formação social em dado período histórico, que embora resulte na dominação de uns seres humanos sobre os outros por meio bélico, estamentos ou classes sociais, também resulta em momentos cruciais de emancipação política e social, levando à formação de um campesinato autossuficiente enquanto categoria social exclusiva com instituições representativas, potencialmente competentes para reivindicar os interesses da classe.

A propriedade enquanto categoria econômica submetida à abstração teórica vincula-se a fatores extraeconômicos relativos à constituição do social concreto, opondo-se as análises de lógicas meramente formalistas (MARX, 2013 p.46-49). Interpretações marxistas sobre o papel do campesinato na transformação da sociedade apontam para a superação dessa fase produtiva pelo capitalismo. Nessa perspectiva, o campesinato deveria ser destruído pelo capital para que, em dado estágio de desenvolvimento desse sistema econômico, pudesse ocorrer à diluição do Estado e a superação das classes sociais. Tal processo de transição exigiria a união entre operários industriais e camponeses, estes últimos, sendo liderados pelos primeiros. Essa

simplificação da teoria marxiana cria inúmeros equívocos – o principal é tomar as várias populações sob o mesmo estágio de desenvolvimento.

Em termos globais, assiste-se a grandes avanços científicos e tecnológicos, que assentados sobre a divisão social do trabalho, promovem incessantemente o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo provocam constante degradação ambiental, eliminação das culturas tradicionais, deterioração dos direitos sociais e dos valores democráticos, polarizando a sociedade em dois estratos, onde de um lado se tem uma classe proprietária dos meios de produção que operam os mecanismos de controle da sociedade e do outro, aglutinados em classes populares, trabalhadores expropriados cuja força de trabalho se converte em mera mercadoria.

Segundo Congilio (2004, p. 28), “a velha lógica da valorização capitalista requer a ativação das tradicionais ou renovadas formas de controle e repressão a manifestações discordantes”. O Estado constitui-se como uma dessas formas de controle social para expansão do capital. No âmbito das relações de produção nas sociedades de classes age diligentemente para consolidar as demandas da classe burguesa, enquanto trata com letargia as necessidades das classes populares. Destacando o Estado capitalista como ente caracterizado pela luta de interesses entre as classes sociais, entende-se que

O Estado capitalista com direção hegemônica de classe, representa não diretamente os interesses econômicos das classes dominantes, mas seus interesses políticos: ele é o centro do poder político das classes dominantes, na medida em que é o fator de organização da sua luta política. (POULANTZAS, 1977, p. 185).

Sob este viés, entende-se a formação do Estado capitalista como um processo contínuo, cujo objetivo é suplantar a inconstância entre os interesses das classes dominantes sobre as demais. Para tal, o Estado-Nação coloca-se como defensor do “interesse geral”, quando de fato age para organizar as classes dominantes, da mesma forma que desarticula as classes dominadas, então, promove a socialização das forças produtivas e a concentração do capital (POULANTZAS, 1977).

Conforme Congilio (2004, p. 30), deve-se entender o Estado-Nação enquanto gerente de demandas específicas da classe dominante, uma vez que são baseadas na divisão social do trabalho e na separação entre o trabalhador e os produtos do seu próprio trabalho. As relações capitalistas necessitam de que a classe proprietária possua uma força permanente de controle sobre os despossuídos. Para isso, o poder econômico se apoia, politicamente, no marco institucional-legal de coerção, repressão e consenso ideológico - que forma a esfera estatal.

Saes (1998, p. 30) informa que “na verdade, o Estado pode ser qualificado como burguês quando cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas”. Para tal, individualiza os agentes de produção, transformando-os em pessoas jurídicas com direitos e uma vontade subjetiva que permite uma troca desigual entre o trabalho e sua remuneração via contrato de compra e venda da força de trabalho.

Quando legitimada a exploração do trabalho excedente pela própria legislação e pelas formas culturais de se perceber o trabalho – coerção ideológica - o emprego da violência ou de outros meios é dispensável – coerção física. Por seu turno, a neutralização da ação coletiva da classe trabalhadora através da concepção do trabalhador enquanto sujeito individual e dotado de direitos constitui-se como uma estratégia fundamental para perpetuar as relações capitalistas. Uma vez dissolvidas no plano da produção econômica, classes sociais antagônicas são reunidas novamente sob as formas política e ideológica do povo-Nação, - forma de coletividade territorializada pela qual o Estado impõe a classe de produtores diretos, viabilizando a extração da mais-valia (SAES, 1998).

Segundo Congilio (2004, p. 36), o Estado na condição de agente político tem um papel específico, qual seja, manter a coesão das diversas formações sociais através de leis e normas igualizadoras que utiliza para projetar arbitrariamente os sujeitos como indivíduos “livres”, “iguais”, pertencentes a uma mesma “pátria”, e com interesses comuns, criando assim, a forma ideológica da cidadania.

Assim, torna-se necessário apresentar o jogo político para descrever as relações entre posse e uso da terra, visto que isso implica em levantar um elemento primordial ao entendimento da complexa realidade do Araguaia-Tocantins. Entrementes apresentar a historiografia, enumerar atores, apontar estratégias e discutir valores, são aspectos importantes à compreensão desse contexto. Em termos históricos, Luxemburgo (1985), por exemplo, destaca o esfacelamento da economia rural a partir da expropriação fundiária promovida pelo desenvolvimento do capitalismo, cita a possível desarticulação das categorias subsidiárias como o artesanato e a indústria rural, predominante durante o feudalismo e que teriam sido realocadas para as cidades, obrigando os camponeses a se tornarem consumidores.

O desenvolvimento da produção capitalista extirpou da economia rural todos os seus setores industriais existentes, para concentrá-los na maciça produção industrial. Como exemplo típico temos a história da indústria têxtil. O mesmo também se deu, muito embora de modo menos ostensivo, com todos os ramos industriais da agricultura. (LUXEMBURGO, 1985, p. 343).

Após o ano de 1970, através da produção de *commodities*, os Estados nacionais através de suas ações políticas e ideológicas organizam o espaço de reprodução do capital direcionando as questões sociais e econômicas para o viés liberalizante do capital em âmbito continental e de forma irreversível via modelo de expansão em toda a América Latina. Dessa forma, precarizam as relações de trabalho em razão do contexto da economia global ao impor competições intercorporações e inter-redes, o que exige constante reestruturação corporativa para redução dos custos produtivos (CASTRO, 2012). Tal precarização advém, segundo Poulantzas (1984, p. 62-67), de uma tendência do capital monopolista, qual seja, “a *desvalorização* de parte do capital constante e a *elevação da taxa de exploração e de mais-valia* (relativa)” (grifos do autor). Que revela o capital estatal sendo utilizado como instrumento de exploração de mais-valia, uma vez que o Estado, por permanecer dependente da propriedade econômica da classe capitalista, age de modo a garantir a elevação da taxa de mais-valia e de exploração das classes dominadas por meio da regulação das relações de produção, da divisão social do trabalho, das inovações tecnológicas, reestruturações industriais e qualificação-desqualificação da força de trabalho.

Depois de ter passado por inúmeros ciclos econômicos baseados no extrativismo e na pecuária bovina, desde o início do século XX, a região sudeste do Pará a partir da década de 1970, passa a ter seu território requisitado por uma lógica de integração da economia local com o capitalismo global, como afirma Hébette (2004, Vol III, p. 66). O interesse seletivo do capital teria se concentrado em torno da terra, da madeira, de alguns minérios como manganês, bauxita e ouro. Mas como o interesse capitalista, supõe-se, cruzou com o interesse dos trabalhadores, a procura por terra viria a ocorrer sob a forma de uma luta de classes. Nesse sentido, é necessário entender esses “interesses” no que tange a questão da terra, identificando também, contradições como a tendência de disputas entre municípios para sediar os grandes projetos.

Os usos da terra no Araguaia-Tocantins, antes voltados unicamente para a subsistência – **terra de trabalho**<sup>1</sup> em que a relação se estende além da posse, pois se liga aos que são da terra, suas propriedades passam a ser demandadas para produção de energia, mineração, assentamentos urbanos, pecuária intensiva (com baixo uso de tecnologia), unidades de conservação da natureza, infraestruturas de transporte etc. – **terra de negócio**<sup>2</sup>. Os bens naturais tendem a ser dilacerados e os residentes locais expropriados de suas terras pelos grandes projetos como a usina hidrelétrica em Tucuruí, cujos dados apontam que desalojaram famílias

---

<sup>1</sup>Nos termos de Hébette (2004, vo. IV p. 26) “Falaremos nesse sentido, de terra de privilégio real, de terra de lucro, de terra de especulação, de terra de trabalho autônomo”.

<sup>2</sup>*Ibidem, Ibidem.*

de pequenos agricultores e tribos indígenas para a construção da represa, que segundo Hébette (2004) inundou 240.000 hectares de florestas pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE); por outro lado, lavouras e florestas sucumbiram diante da expansão de pastagens utilizadas na criação de gado.

A relação entre a posse, o uso da terra e a manutenção da vida é estudo necessário para se entender os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais da vida humana. O estudo do uso da terra também permite observar o sentido da posse de maneira ampla, perceber inclusive o próprio modelo de sociedade. Dessa forma é possível organizar a dinâmica agrária dos moradores residentes nas comunidades Santa Terezinha do Tauiri, Projeto de Assentamento Grande Vitória e Apinajés, locais situados à margem esquerda do rio Tocantins nos municípios de Itupiranga, Marabá e São João do Araguaia, onde se vivem duas vidas, uma de rio, outra de terra. A área<sup>3</sup> foi habitada por populações indígenas e apresentou de início, baixa densidade demográfica não-indígena de residentes em pequenos logradouros à margem do rio Tocantins. As características primárias da região apontavam relação de significativa preservação ambiental em razão da ocupação por povos indígenas.

Tomando como pressuposto que a terra no contexto atual pode receber basicamente dois usos, os quais apenas um pode ser principal – produzir mais-valia ou sustentar comunidades, refletir sobre as comunidades em análise no próprio Araguaia-Tocantins é uma questão fundamental.

Historicamente, a área de estudo vem sofrendo expropriação fundiária, onde propriedades individuais são convertidas em uma forma de posse capitalista. Para o capitalismo, não basta às propriedades proverem apenas a subsistência da população, mas sim, gerar lucros e impostos em larga escala, seja pelo uso intensivo na produção, seja pela concentração fundiária realizada por grilagem ou subsídios governamentais, como objeto de especulação, o que obviamente, traz consequências para os que trabalham e vivem da terra.

O último censo agropecuário de 2006 (BRASIL, 2014) feito pelo IBGE, aponta que a concentração fundiária em forma de grandes estabelecimentos agropecuários manteve-se inalterada, nos últimos 20 anos. O índice de Gini - que mede a concentração da renda – está se mantendo inalterado, de forma que o Brasil ainda apresentaria alto grau de concentração fundiária, expresso por 0,857, em 1995/96, e 0,856, em 2006. (SAUER e LEITE, 2012). A

---

<sup>3</sup>A área em estudo e seu entorno, a microrregião de Marabá, 5° S do Equador, com 40.000 km<sup>2</sup> de floresta amazônica, distando 500 quilômetros ao sul da cidade de Belém inclui Marabá, São João do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Palestina do Pará e São Domingos do Araguaia. Com população estimada em 2006 pelo IBGE em 259.514 habitantes distribuída em área total de 19.936,305 km<sup>2</sup>.

agricultura camponesa no Brasil, com 4.367.902 propriedades, representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, ocupando uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários em detrimento das unidades não familiares, apesar de representarem 15,6% do total das propriedades, compreendem 75,7% da área ocupada. Nesse sentido, as terras brasileiras dirigem-se à concentração fundiária. (BRASIL, 2009). Esse contexto mostra-se desconexo com o atual Estatuto da Terra brasileiro, o qual dispõe que “Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 2016). Os dados sobre as distribuições de terras contradizem o estatuto legal, conforme constata na Tabela 1 a seguir.

**TABELA 1.** Número e área dos estabelecimentos por grupos de área total - Brasil - 2006.

Grupos de área total	Número de estabelecimentos (unidades)	%	Área dos estabelecimentos (hectares)	%
Menos de 10 hectares	2.477.071	47,86	7.798.607	2,36
10 a menos de 100 hectares	1.971.577	38,09	62.893.091	19,06
100 a menos de 1.000 há	424.906	8,21	112.696.478	34,16
1.000 ha e mais	46.911	0,91	146.553.218	44,42
Total	5.175.489	100,00	329.941.393	100,00

Fonte: (BRASIL, 2009, p. 107).

O estudo proposto se constitui como fundamental, uma vez que tenta entender os regimes de propriedade e formas de usos estabelecidos na legislação agrária nacional. No artigo 182 da Constituição Federal de 1998, bem como no artigo 2º do Estatuto da Terra, estão especificados os usos a que se destinam as terras brasileiras, assegurando a oportunidade do acesso a todos, desde que a propriedade cumpra a “função social”, ou seja, quando, pela observância das leis trabalhistas, promovam o bem-estar de proprietários, trabalhadores e familiares que com elas se relacionem de modo a manter “índices satisfatórios de produtividade” e garantindo a conservação ambiental (BRASIL, 2016). Nesse sentido, encontra-se disposto na Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964,

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

§ 2º É dever do Poder Público:

- a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais, o aconselhem em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei;
- b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.

Assim, tomar “função social” como formas de propriedade e uso, seria tentar perceber se as práticas sociais dos atores agrários se coadunam com o regime jurídico estabelecido.

Embora, historicamente fossem ocupadas por povos tradicionais, com o acirramento da colonização os usos das terras no Araguaia-Tocantins, direcionaram-se à pecuária de gado *vacun*, atividade considerada mais lucrativa do que no restante do Brasil. Isso ocorreria em razão de vários fatores, como os baixos preços das terras, que além de serem abundantes, não conteriam os aspectos estruturais para os cultivos de grãos (mais lucrativos), o que **até o presente**, (grifo nosso) limitaria seu uso à pecuária (BARRETO, ARIMA & BRITO, 2005).

A própria legislação ambiental brasileira traduz as pressões sobre a terra no atual estágio de desenvolvimento capitalista. Para se garantir terras para a produção, o Código Florestal Brasileiro sofreu recente reformulação, visando incorporar mais áreas para fins meramente produtivos, assim traz tal tendência logo no parágrafo 2º do Artigo 1º, enunciado que evoca a

reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária e do papel das florestas e demais formas de vegetação nativa na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia. (BRASIL, 2012).

Esse excerto da lei está organizado com uma direta alusão a prioridade para a produção. Nesse sentido, a conservação ambiental é colocada como atividade meio que deve subsidiar a atividade agropecuária frequentemente aludida como “estratégica”. As terras do Araguaia-Tocantins tendem a se tornarem cada vez mais terras de negócio, enquanto que as terras

ocupadas e utilizadas pelos povos tradicionais são postas como obstáculos ao “desenvolvimento”.

As limitações dos solos regionais estão sendo superadas pela ciência e tecnologia, as quais podem trazer novas possibilidades de uso para a terra. Conseqüentemente, promoverá mudanças na dinâmica regional através do cultivo de *commodities* ou através da implantação de florestas plantadas para produção de carvão. O capital, nesse aspecto, varre as barreiras naturais de uso dos recursos, no entanto, tende a dilacerar os direitos das populações camponesas. Isso levanta discussões a respeito do modelo de desenvolvimento que poderia ser empreendido, com base na pequena propriedade rural familiar, a qual tende a alcançar maior produtividade em termos de geração de renda e qualidade de vida, sendo considerada correta ecologicamente em comparação ao modelo em curso - sustentada na grande propriedade intensamente tecnificada. O estudo ora apresentado discute essa tendência em âmbito local.

A dinâmica do sistema capitalista, regulado pelo valor de troca, exerce forte influência nas transformações relativas à estrutura agrária da Amazônia. O rio e a terra, no contexto proposto para análise, mudam de sentido a partir da introdução de novas matrizes produtivas, as quais vêm acompanhadas de valores ideológicos dos agentes capitalistas que erguem arranjos voltados para o condicionamento do homem regional à proletarianização.

Uma vez condicionado o indivíduo, suas ações se tornam mais previsíveis e possibilitam o engendro de interesses diferentes e até contraditórios as suas próprias necessidades. Esta estratégia envolve uma desvalorização do modo de vida camponês em curto prazo, permitindo a apropriação de suas terras pelas empresas, as quais sempre buscam lucros em médio e longo prazo, favorecidos com incentivos fiscais - créditos amplamente desviados de sua finalidade (HÉBETTE, 2004). Sem acesso à terra, o trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, mas também pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade (MARX, 2013).

À rarefação da população rural independente, que cultivava suas próprias terras, correspondeu um condensamento do proletariado industrial, do mesmo modo como, segundo Geoffroy Saint-Hilaire, o condensamento da matéria cósmica em um ponto se explica por sua rarefação em outro. Em que pese o número reduzido de seus cultivadores, o solo continuava a render tanta produção quanto antes, ou ainda mais, porque a revolução nas relações de propriedade fundiária era acompanhada de métodos aperfeiçoados de cultivo, de uma maior cooperação, da concentração dos meios de produção etc., e porque não só os assalariados agrícolas foram obrigados a trabalhar com maior intensidade, mas também o campo de produção sobre o qual trabalhavam para si mesmos se contraiu cada vez mais. Com a liberação de parte da população rural, liberam-se também seus meios alimentares anteriores. Estes se transformam, agora, em elemento material do capital variável. O camponês deixado ao léu tem de adquirir de seu novo senhor, o capitalista industrial, e sob a forma de

salário, o valor desses meios alimentares. O que ocorre com os meios de subsistência também ocorre com as matérias-primas agrícolas locais da indústria. Elas se convertem em elemento do capital constante. (MARX, 2013, p. 992).

A análise de Marx (2013) sobre os efeitos do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra coadunam com os estudos de Esterci (1987) na comunidade de Santa Terezinha – MT, nos anos de 1970, em que ela descreve a relação entre empresas, peões e posseiros, destacando a luta destes últimos para manter suas terras, supostamente pretendidas pela Companhia de Desenvolvimento do Araguaia. Embora a posse da terra não viesse a ser o único foco de tensões. Envolvia também, os peões - trabalhadores trazidos de outras regiões pelas empresas, o que leva a percepção da existência de dois tipos de campesinato, um mais proletário e outro mais autônomo.

Esse movimento de imigração de outras regiões do Brasil para o sudeste paraense é constantemente tratado pela perspectiva teórica da “fronteira”, desenvolvida por Martins (1997) e Hébette (2004). Entretanto, tal perspectiva termina por reforçar a lógica capitalista, uma vez que concebe a Amazônia como um território vazio e, portanto, passível de ocupação por outras lógicas econômicas, políticas e socioculturais. No caso em foco a “fronteira”, se daria mais no sentido de *frontier*, ou seja, dentro da perspectiva de que o Estado concentra suas ações nas regiões mais centrais do país, relegando a espacialidade periférica à iniciativa privada. (ALMEIDA, 1995, p.43).

A propriedade dos meios de produção no âmbito do capital não implica pertencimento à sociedade política, amplamente territorializada como explica Almeida (1995).

Não é o ser proprietário da terra, mas o ser da terra (em sua dimensão territorial) que assegura o requisito da cidadania. Como a dimensão do território delimita o espaço da comunidade autodeterminada que se expressa na soberania de Estado, esta é “plena, e categórica e uniformemente atuante sobre cada centímetro quadrado de um território legalmente demarcado” (ALMEIDA, 1995, p. 46).

A dimensão territorial da posse agrária envolve um espaço organizado, historicamente e socialmente produzido em que a paisagem se constitui a parte visível do processo – são as marcas da intervenção humana sobre o espaço (SANTOS, 2011, p. 85). A mudança da paisagem no território é um ato político, constituído a partir das relações de poder que agem sobre o território, logo, não são estáticos, mas dinâmicos, trazendo desdobramentos culturais a partir da frequente reelaboração das estratégias dos agentes envolvidos. Consequentemente, a posse da terra não está dada a uma categoria social específica, mas depende sensivelmente do jogo de

poder entre dominantes e dominados – no âmbito das imposições e das resistências, logo, os usos da terra também são implicações políticas.

Ao discutir sobre as questões de posse e uso da terra, nota-se a existência de poucos trabalhos no que tange a forma de vida de pequenos produtores rurais na região sudeste do Pará, cujos efeitos permanecem opacos nos aspectos relacionados ao uso e posse da terra, causada por contínuas inserções de agentes externos com lógica econômica diferenciada. Considerando essas comunidades, é possível supor um arranjo social que além das edificações coletivas feitas pelos agricultores, o tempo de convívio, o comprometimento com as questões locais, o nível de envolvimento com o trabalho e os vínculos estabelecidos ao longo do tempo de residência sejam indispensáveis para determinar o pertencimento local. Essas características tendem a conotar uma forma de posse ou uso da terra para além do simples privatismo, mas com dependência dos recursos naturais e razoável ação política. Assim, o estudo das relações entre os atores sociais pode revelar com mais clareza os recortes da realidade regional.

A área em estudo passa há algum tempo por uma série de situações complexas, envolvendo as populações camponesas com lógicas e interesses de outras categorias sociais que têm sido empurradas pelo Estado para a região.

A implantação dos grandes projetos na Amazônia desencadeou importantes consequências na vida econômica regional, à medida que proporcionou o surgimento de novos padrões de organização interna do fluxo de renda. Internalizada a nova dinâmica, ela leva ao aumento a diferenciação dos papéis econômicos e a circulação de dinheiro, modificando a vida econômica e facilitando a inserção da lógica capital.

Categorias distintas, tais como populações indígenas, os caboclos regionais e empreendedores capitalistas apresentam diferentes lógicas ao se relacionarem com a terra. Para o capitalista a terra representa valor de troca, pois é através dela que se realizaria o lucro. Já o indígena sente-se parte da terra e da natureza - entes que compõem sua própria identidade a partir do sustento, das festas, rituais, lazer etc.

As populações de pequenos agricultores (foco desse trabalho), historicamente fazem da terra e dos rios seus caminhos, seus aprendizados, suas crenças, seus costumes e o sustento de suas famílias, com relativo respeito pelo meio ambiente por parte dessas comunidades, a exemplo do que diz o estudo de Esterici (1986, p.108) “[...] A exigência era o chegado respeitar os limites das propriedades vizinhas”.

As modulações e confrontos de significados da terra conferem à pesquisa importância fundamental para identificar as interações das populações locais com o rio e o

compartilhamento do uso deste pelo capital na produção de energia, no transporte fluvial, na análise dos impactos florístico e faunístico e na compreensão da nova investida projetada a partir da suposta implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins e da Hidrelétrica de Marabá.

A análise ganha relevância também porque em termos globais, nos últimos tempos, vem ocorrendo o aumento da procura por terras, especialmente em razão da demanda por alimentos, agroenergias e matérias-primas, fator que será determinante para uma nova transformação do cenário regional a partir dos anos 1970, o que também provocou forte degradação ambiental. Dessa forma, o objeto de estudo enseja uma reflexão que também, perpassa pelas questões ecológicas. Pois de fato, foi nesse período que os antigos concessionários dos castanhais substituíram a exploração da castanha por gado, ocasião em que converteram os castanhais em pastagens, outrossim, muitas áreas de castanhais foram vendidas a bancos ou empresas (HÉBETTE, 2004, vol. IV, p. 66). Tudo isso ocorreu simultaneamente com a implantação da colonização oficial, a qual atraiu milhares de famílias.

## **1.2 Categorias de análise do método materialista histórico-dialético**

A realidade complexa do Araguaia-Tocantins aponta para a necessidade de um estudo com ferramentas do materialismo histórico dialético, ou seja, uma teoria do conhecimento científico que decorra de pressupostos epistemológicos e regras metodológicas (epistemológicas, lógicas, ontológicas) sólidas, necessitando de reelaborações e adaptações intrínsecas aos processos de investigação social.

O desafio metodológico em questão busca inteligir um elemento, no caso a terra, como um ente real, ou seja, como formas de relações entre o homem e a natureza mediadas pelas relações sociais – a posse e seus usos, entes tomados por seres culturais e políticos em seus variados campos de significação no tempo e no espaço, condicionados pelo tipo de sociedade, de classe social, da posição na divisão social do trabalho e dos investimentos simbólicos que cada cultura imprime a si mesma através das coisas e dos homens (CHAUÍ, 1997). Nesse sentido, toma-se o real como um processo dinâmico onde os seres constituem-se e elaboram suas representações a partir da interação dos homens entre si e com a natureza, fundando as relações sociais que, na esteira da história, podem ser reproduzidas ou superadas. A história nesse sentido é *práxis*, concebida de acordo com Chauí (1997, p. 8) “[...] como o modo como homens determinados em condições determinadas criam os meios e as formas de sua existência social, reproduzem ou transformam essa existência social que é econômica, política e cultural”.

A investigação científica proposta constitui-se de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica realizada através de levantamento bibliográfico de obras e teorias relacionadas à apropriação e uso da terra enquanto estratégia de desenvolvimento regional, da política agrária (contraste entre teoria e prática política e sua fricção com a realidade), bem como, dados sobre os sistemas produtivos, meios e finalidades.

A pesquisa reúne conhecimentos teórico-metodológicos e técnicas de pesquisa que possibilitam a abordagem do objeto de pesquisa. Para tal, a análise das três localidades rurais lança mão da coleta de amostras através de entrevistas, depoimentos, mapas, gráficos e outros instrumentos que permitem demonstrar as características das populações residentes. Por sua vez, realiza-se duas técnicas/instrumentos de pesquisa: pesquisa documental e de campo (entrevista semiestruturada). A pesquisa documental compreende a análise do aspecto normativo (leis, diretrizes, planos, projetos etc.). As entrevistas envolvem 30 camponeses, além de 04 dirigentes de associações e colônias de pescadores, sindicatos, colônias de pescadores. As entrevistas ocorreram com funcionários/colaboradores de instituições das políticas agrária e ambiental como INCRA, BAMA, IDEFLOR-BIO, além da EMATER regional e três escritórios locais, totalizando a sondagem de oito instituições. Para resguardar os direitos dos entrevistados, seus nomes foram substituídos por nomes fictícios.

Previamente à pesquisa documental, as entrevistas são elaboradas em formato de formulários, roteiros temáticos, enfocando o objeto de pesquisa. Esses roteiros são utilizados tanto para a coleta quanto para a tabulação e sistematização dos dados e análises. Os roteiros contêm temas que permitem analisar tanto os aspectos das formas de apropriação quanto do uso da terra (relações de alienação e atividades produtivas), buscam assim, a percepção do interesse dos atores sociais. A utilização de mapas cartográficos e análises realizadas a partir do geoprocessamento são fundamentais, tanto para a caracterização da área quanto para demonstrar os usos da terra nas comunidades estudadas.

A abordagem teórica utiliza conceitos do campo da Sociologia e da Geografia, sobretudo, do materialismo histórico dialético, na perspectiva da luta entre as classes sociais. A análise e constituição das inferências sobre o objeto de estudo procura analisar as ações dos atores a partir das teorias sobre campesinato e desenvolvimento territorial, tendo como referências as discussões feitas por Martins (1979), principalmente os conceitos de “economia de mercado” e “economia do excedente”, em que o autor elabora e expõe de forma fundamentada ao descrever as relações de produção não-capitalistas que são produtos do capital que, ao se desenvolver, redefine antigas relações, subordinando-as à sua reprodução, mas

também, gera relações não-capitalistas iguais e, contraditoriamente necessárias à sua reprodução.

Em relação ao trabalho do ponto de vista teórico e epistemológico, toma-se como referência as formulações trazidas por Bourdieu & Passeron (2007), que compreendem que

[...] os diferentes procedimentos de construção das hipóteses podem acrescentar eficácia no recurso à formalização, que além de clarificar o objeto a partir de rigorosas definições conceituais podem também desempenham uma função heurística ao permitir uma exploração sistemática dos fatos e a construção criteriosa e controlada das hipóteses com esquema completo das experiências possíveis. (BOURDIEU & PASSERON, 2007, p. 70).

O levantamento bibliográfico foi realizado sobre o objeto de investigação e sobre teorias teórico-filosóficas e metodológicas sobre a compreensão e investigação científica da realidade, traduz-se em maior consistência ao enfoque teórico-metodológico.

Em termos gerais, busca analisar como ocorre a apropriação e o uso das pequenas propriedades rurais às margens do rio Tocantins, observando os modos de vida, as representações sociais dos atores envolvidos e suas relações com a política agrária no âmbito do desenvolvimento territorial capitalista.

Os esforços proeminentes visam discutir tendências das questões produtivas pela identificação do perfil dos agricultores familiares, bem como, a sua percepção sobre as questões do desenvolvimento e da política agrária, compreendendo as estratégias de apropriação e uso da terra dos agricultores a partir das relações por eles estabelecidas com as políticas direcionadas à agricultura camponesa e seu papel no desenvolvimento territorial.

A perspectiva é a de que os grandes projetos na Amazônia criaram uma pressão sobre as pequenas propriedades, levando ao aumento dos preços das mesmas, conseqüentemente, houve substanciais transformações no modo de vida dessas comunidades que foram obrigadas a assimilar novos valores para garantir sua existência social. As políticas de Estado que aludem o progresso e o desenvolvimento estão formatadas contemporaneamente, tal qual nos anos 1970, pelo governo militar, enquanto as populações residentes vivem constantemente sob tensões com relação a seu futuro. As terras que margeiam o rio Tocantins estão ficando inacessíveis para as populações que historicamente obtêm seu sustento delas, tendo importância estratégica no desenvolvimento territorial. Isto envolve questões políticas, sociais, ambientais e econômicas que estariam suscitando frequentes e variadas especulações.

Uma das estratégias utilizadas pelo capital na Amazônia é a precarização das pequenas propriedades, fenômeno inerente ao sistema capitalista de produção, pois inviabilizam o modo

de vida camponês deixando-os sem condições de subsistência, o que os obrigam a vender os lotes. Isso também leva a uma violenta proletarização da população do campo que empurram os trabalhadores rurais para as filas de empregos nas cidades da região, onde produzem mais-valia para as empresas, seja através da força de trabalho escassa na região, ou, uma vez alistados no “exército” de reserva, através da diminuição do valor dos salários.

A propriedade pode ser socialmente construída, sendo necessário dar lastro para que as pequenas comunidades desenvolvam-se. As famílias podem ter seus modos de vidas preservados e manter a reprodução de suas relações sociais, de modo que as propriedades se confundam com os respectivos donos, embora elas possam ser divisíveis e alienáveis. Ao final, espera-se que a pesquisa possa ter contribuído para o desenvolvimento da região sudeste do Pará, na identificação de fenômenos, práticas e relações que dificultam a superação das desigualdades sociais no campo, bem como, a partir dos conhecimentos e experiências adquiridas ao longo do estudo, fazer apontamentos para a melhoria da agricultura camponesa.

O estudo dos usos e da posse agrária no Araguaia-Tocantins tem como pressuposto teórico-metodológico ferramentas do materialismo histórico dialético, considerando que os indivíduos produzem em sociedade, assim, a produção é determinada socialmente. Essa concepção retira o agir humano do âmbito da natureza e o situa na esfera da ação política e da cultura. Assim pontua Marx (1982, p. 3), “nessa sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais que, em épocas históricas remotas, fizeram dele acessório de um conglomerado humano limitado e determinado”. Contudo, por mais que o indivíduo civilizado seja confinado em uma ilha deserta, já leva consigo as forças da sociedade, está preso a história social e, portanto, é impossível concebê-lo como um ser acabado.

A análise se motiva especificamente pelas várias experiências profissionais que vivenciada na região a partir dos anos 1970, momento da chegada de familiares parentes e amigos em uma grande lavra, todos oriundos do estado da Bahia, que alegavam a falta de terras no local de origem, onde aludiam que “as terras na Bahia já estão todas beneficiadas, não dá mais para plantar”.

A chegada culmina com a fase em que o governo militar executava os chamados “grandes projetos” na Amazônia, no contexto da abertura das rodovias PA-150, PA-70 e obviamente da Rodovia Transamazônica (BR-230), obras que viabilizaram a fixação de muitas famílias ao longo dessas estradas.

Os “novos paraenses” haviam vendido suas propriedades baianas para adquirir áreas maiores no Pará, local onde ainda poder-se-ia produzir. No entanto, ficaram decepcionados com

a qualidade das terras, as quais, em termos de fertilidade, julgavam inferiores as nordestinas. As diferenças ambientais exigiam práticas de manejo diferenciadas, foi preciso adaptar-se ao novo clima, tipos de solo, como também, as diferentes interações sociais.

A superação desses desafios talvez tenha sido possível em razão da grande quantidade de pessoas que se uniram para vir, o que favoreceu a ajuda mútua para que a adaptação à nova realidade se consolidasse. Essas famílias (incluindo a minha) também encontraram outras possibilidades, como a exploração de ouro no garimpo de Serra Pelada, atividade penosa, mas que trazia a expectativa de mudança de vida caso houvesse um “bamburro<sup>4</sup>”, esperança que os levavam a dividir o tempo de trabalho entre a terra e o garimpo.

Como as famílias eram geralmente grandes, o deslocamento pelo território ocorria de modo razoavelmente fácil. Os denominados grandes projetos atraíram mais pessoas para a região através da promessa de empregos nas obras das estradas e, também na construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e do Projeto Grande Carajás. Entretanto, ante a possibilidade de enriquecer no garimpo ou de conseguir um pedaço de terra para sobreviver, buscava-se quase sempre as ocupações que lhes dessem mais tranquilidade e autonomia, o que levaria a um contexto regional de conflitos e lutas pela posse da terra, haja vista que nos anos 1970 o governo federal destinou milhares de hectares para exploração de viés capitalista, ignorando por completo a necessidade de milhares de famílias rurais.

A resistência camponesa se instalou com apoio da CUT – Central Única dos Trabalhadores, da igreja católica e de suas pastorais. Ocorriam inesquecíveis e longas jornadas até a cidade de Marabá (muitas das quais meu avô acompanhava), mais especificamente na Praça Duque de Caxias, onde aconteciam as assembleias dos trabalhadores do campo. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR distribuía “marmitex” no horário do almoço e pão com carne moída nos horários que antecediam as refeições principais. As hospedagens geralmente eram na escola municipal Judith Gomes Leitão, o núcleo da cidade lotava de caminhões, ônibus e camionetes vindas dos municípios vizinhos, cada local com demandas específicas (expropriações, assassinatos, conflitos entre classes sociais rurais, créditos, assistência técnica etc.), entretanto, com questões relacionadas a terra.

Mesmo com a aquisição da terra, as famílias não alcançavam uma vida digna e viviam em condições precárias, chagando a ser desumana. As moradias eram construções de taipa, cobertas de palha de babaçu (*Attalea speciosa*) ou de tábuas. Como meio de sobrevivência, as

---

<sup>4</sup> Do verbo “bamburrar” que significa encontrar uma grande quantidade de ouro ou pedras preciosas.

famílias empreendiam a caça de animais silvestres e a pesca nos pequenos e numerosos igarapés da região, os quais também representavam o principal meio de lazer.

A partir dessa mínima organização, passavam a enfrentar as densas árvores com foices, machados e facões para limpar o terreno da roça, que por vezes, necessitava ser coivarada, e, após a queima, realizavam o plantio de culturas como arroz, milho, feijão, fava, abóbora, melancia, amendoim, sendo estas as principais fontes de proteínas dos colonos em uma lógica de subsistência.

Era prática entre as famílias separar uma área para “gramar” com pastagens, buscando colocar uma “semente” de gado *vacum*, como uma forma de garantir leite para as crianças e conseqüentemente, iniciar um pequeno rebanho que pudessem dispor em caso de necessidades mais urgentes, uma vez que a venda de gado na região sempre foi algo promissor. As grandes distâncias e a necessidade de transportar cargas exigiam a criação de equinos, animais que ajudavam a superar várias dificuldades como a falta de estradas, escolas, postos de saúde etc. Cães e gatos serviam de companhia e para o “combate” das “ameaças” domésticas mais imediatas. A malária representava um mal aterrorizador, mas que era combatido com ervas amargas endêmicas e tratamento da SUCAM - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública.

Com o passar do tempo, a construção de uma casa na vila proporcionava a família significativa prosperidade – a vida ficava menos penosa, os bens e serviços essenciais mais acessíveis. Favorecia o acesso à escola para os sobrinhos, primos, afilhados, entre outros. As rezas eram o principal elemento de união comunitária, através delas ficava-se a par das últimas novidades, compartilhavam as opiniões acerca de vários assuntos, como os veiculados pela Rádio Nacional da Amazônia, emissora da Empresa Brasileira de Radiodifusão – RADIOBRAS, meio de comunicação estatal que promoveu certa integração ideológica e cultural do campo no Brasil pós 1975 (BRASIL, 2015).

Para além das pequenas vilas rurais e através das rodovias PA-150, PA-70 e BR-230, o transporte coletivo ocorria através de camionetes de carrocerias de madeira e das poucas linhas de ônibus que se aventuravam nas precárias estradas. Nesse contexto, pelos idos dos anos 1980, a expansão da pecuária de corte e leiteira se encontrava em estágio bastante consolidado, dispondo de agroindústrias e outras infraestruturas viabilizadoras dessa cadeia produtiva. Surge a figura do “carro do leite”, elemento que fazia ligação entre os centros urbanos e as áreas mais remotas – é interessante destacar a inexistência do “atravessador” no início dessa atividade.

Nas propriedades mais distantes das rodovias os trabalhadores utilizavam de animais de serviço para a entrega diária de 30 a 50 litros de leite que lhes rendiam “uns trocados” no fim do mês, dinheiro sempre esperado com muita expectativa, pois permitia o acesso a mais bens e serviços que os de costume.

O rigoroso período de chuva tinha uma duração em média de seis meses e em virtude disso, a atividade de venda do que se produzia na terra era inviabilizada porque o acesso tornava-se restrito devido as fortes chuvas. As dificuldades enfrentadas pelo pequeno proprietário de terra em desenvolver dadas atividades permitiu ao homem que vivia no e do campo empenhar-se em uma série de outras empreitadas, não menos importantes, como a coleta e extração da poupa de cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), a fabricação artesanal de queijos, da farinha de mandioca (*Manihot esculenta*) etc.

Particularmente, são essas diversas atividades articuladas, formadas por extrativismo, pecuária de pequenos, grandes e médios animais, cultivos temporários e permanentes, que se constituem como os elementos mais característicos da vida camponesa regional, compondo um singular sistema de produção integrado, exigente em mão de obra, e portanto, complexo. Como a base laboral é a família, esse problema é mitigado pelos laços de parentesco. Desenvolvem um pouco de cada atividade sem a necessidade extrema de causar grandes impactos ambientais.

Ao término de 1980 até o início dos anos 1990, os processos de ocupações de terras ganham novos contornos. Com a chegada do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, ocorreu a superação das práticas do posseiro (“ocupação espontânea”, realizada de forma isolada em locais remotos, longe das ações mais imediatas do Estado ou de pretensos “donos”, sendo realizado apenas pelos homens que visavam conquista do lote). As ocupações dos Sem Terras são formas de lutas que ocorriam sob a égide das “ocupações planejadas”, realizadas a partir de um movimento socioterritorial e de maneira explícita, através de acampamentos onde as famílias fixavam residências temporárias para enfrentar o Estado na busca pela conquista do assentamento e também pela reforma agrária. Essa mudança implica em intensa criação de assentamentos no sudeste paraense entre 1987 e o ano 2002 (Michelotti, 2008).

A reorganização do movimento social camponês e as transformações nas suas formas de pressão exigem do Estado nova postura ante as questões agrárias regionais, assim, o Estado passa a criar e reestruturar instituições afins. Em janeiro de 2000 é publicada a Medida Provisória nº 1.999-14 que reestrutura a Presidência da República e os Ministérios, nesta ocasião em que o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária se converte em Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, destinado á “reforma agrária” e

a “promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares”.

O MDA é criado com atribuições genéricas o que conota uma certa apatia do Estado para com as questões da reforma agrária e com a agricultura camponesa. Com o Decreto nº 7.255, de 4 de agosto de 2010, é delegado ao MDA a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades de quilombos e exercerá, em caráter extraordinário, as competências relativas à regularização fundiária na Amazônia Legal. Finalmente este decreto cria atribuições importantes as diversas categorias sociais rurais, não sendo possível pormenorizá-las nesta ocasião.

A Medida Provisória nº 1.999-14 cria o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, chamando à atenção a sistemática organização atribuída a esse ministério, que visa, entre outras coisas,<sup>5</sup> estimular a: “política agrícola, abrangendo produção, comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos; produção e fomento agropecuário, O mercado, comercialização e abastecimento agropecuário; fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias e da prestação de serviços no setor; pesquisa tecnológica em agricultura e pecuária”. A frequente recorrência aos termos “agropecuário”, “pecuário/pecuária” pela lei evidencia o modelo de agricultura privilegiado pelo Estado. As questões ecológicas são também abandonadas, a única menção feita é “proteção, conservação e manejo do solo, voltados ao processo produtivo agrícola e pecuário”, nesses termos, condiciona a “proteção” ao uso econômico.

A partir do ano de 2003 as coisas mudam de figura, o então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, lança em Rio Branco no Acre o “Plano Amazônia Sustentável” para mudar o modelo numa tentativa de fazer surgir o *homo florestal* o qual faria “companhia” ao *homo agrícola* (PINTO *apud* COY & KOHLHEPP, 2005). As políticas públicas parecem ganhar contornos ecológicos. A agricultura camponesa passa a receber mais atenção através do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, política organizada de acordo com o nível de renda das famílias, tendo a linha “A” como principal investimento, com subsídio de 50% do valor financiado.

O PRONAF “A” inicialmente, promoveu certa degradação ambiental na região, pois muitas empresas de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural - elaboraram projetos

---

<sup>5</sup> Tais como: informação agrícola; defesa sanitária animal e vegetal; classificação e inspeção de produtos e derivados animais e vegetais; meteorologia e climatologia; cooperativismo e associativismo rural; energização rural, agroenergia, inclusive eletrificação rural; assistência técnica e extensão rural; política relativa ao café, açúcar e álcool; planejamento e exercício da ação governamental nas atividades do setor agroindustrial canavieiro.

baseados em pecuária de corte, reafirmando o modelo capitalista para a região. Investimentos realizados de forma equivocada terminaram por endividar as famílias camponesas, que por vezes, julgavam não ser necessário saldar os empréstimos, acreditando que o Estado “perdoaria” as dívidas. Entretanto, muitas famílias camponesas assimilaram a operação financeira de crédito, passando posteriormente a acessar valores mais significativos.

Ações desenvolvidas no ano de 2005 em trabalhos de assistência técnica e extensão rural permitiram meu envolvimento direto com as questões do campo. Nesta ocasião, destacavam-se os elementos socioculturais e políticos presentes nos projetos de assentamentos (PA's). Do ponto de vista da atuação em campo, em uma interação interdisciplinar, percebi a necessidade de contribuir para a transformação das práticas camponesas com vistas ao desenvolvimento dos assentamentos. Entretanto, guardada as devidas ressalvas, o que a assistência técnica realmente buscava era uma mudança que implicava na implementação de práticas agrícolas e agropecuárias “avançadas”, ainda que utilizando ao máximo os recursos do próprio assentamento. Envolveria a superação do “atraso” social e econômico das famílias assentadas.

A interação com famílias camponesas, governo estadual, governos municipais, instituições federais, organizações civis do campo, empresas privadas ligadas a polípecuária, técnicos agrícolas, técnicos em agropecuária, técnicos em agroindústria, técnicos em meio ambiente, agrônomos, engenheiros florestais, ecólogos, biólogos, sociólogos etc. permitiu-me uma importante imersão na realidade rural regional, o que suscitou inúmeras inquietações a respeito do sudeste paraense, no fundo, surge um interesse pela própria condição do camponês.

Em 2009 através de trabalhos realizados pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará – IDEFLOR em parceria com a FUNAI – Fundação Nacional do Índio- realizei visitas em aldeias da região. O objetivo era implementar projetos de exploração florestal não-madeireiro (realizar treinamento para que os indígenas pudessem coletar e fornecer sementes florestais). Nessa oportunidade, percebi que as formas de atuação da assistência técnica em terras indígenas, ocorriam de modo que se buscava uma “tecnificação” da agricultura e da criação de animais pelos indígenas, com forte resistência por incompatibilidade com a cultura produtiva silvícola.

O “desenvolvimento” é um ente sempre aludido. As associações indígenas, naquela ocasião, eram geralmente presididas por “brancos”. Essa tentativa de integração política gerava problemas de corrupção e outros conflitos. As lideranças autóctones procuravam introduzir seus membros nas escolas e universidades com vistas a superar dificuldades de integração à sociedade nacional. O cargo de diretor da FUNAI que de maneira corriqueira, é preenchido na

modalidade de “comissão”, nem sempre traz estabilidade à fundação, sendo assim, muitas vezes os servidores efetivos são requisitados para presidi-la, amortecendo os conflitos com as comunidades indígenas.

A regional sudeste do IDEFLOR-BIO em 2008 é incumbido de desenvolver as questões florestais na região, e tem como alvo áreas de forte antropização e degradação ambiental, unidades de conservação da natureza e obviamente o cenário convencional dos assentamentos rurais. Por ser uma região grande e heterogênea, as atividades de silvicultura exigem forte infraestrutura para as atividades de campo. A ideia a ser colocada em prática seria basicamente treinar os povos indígenas com técnicas de rapel para que estes coletassem as sementes que, uma vez certificadas pelo instituto, seguiriam para a comercialização, sendo também utilizadas para povoar os milhares de viveiros de mudas propostos pelo programa “Um bilhão de Árvores para a Amazônia<sup>6</sup>”, o qual deveria executar a restauração florestal no território paraense, tendo como foco inclusive as áreas de Reservas Legais (RL's) e as Áreas de Preservação Permanente (APP's).

As vivências permitiram uma compreensão mais sistemática das questões socioculturais e ecológicas, criando uma sensibilidade para perceber, como todas as coisas estão integradas. Certas questões ficam bastante claras, muitas outras necessitam de respostas, e instigam maior aprofundamento científico.

No ano de 2010 o Núcleo de Educação Ambiental – NEAM, da então Universidade Federal do Pará – UFPA oferta, em caráter interdisciplinar, o “Curso de Especialização em Educação Ambiental, Cidadania e Desenvolvimento Regional”. Para a atuação docente no curso, são convocados professores-doutores com vasta experiência nas questões ambientais, profissionais engajados na busca da superação de uma lógica produtiva meramente econômica. Pesquisadores que faziam da docência uma prática política, alguns com trinta anos de pesquisas de campo e com sólida atuação científica em instituições governamentais de diversos níveis – a pesquisa amarrada a extensão como propósito de transformação social e ecológica.

Os trabalhos de campo e as atividades do curso do NEAM/UFPA possibilitam um entendimento mais totalizante da dinâmica regional, revelou os pressupostos teóricos metodológicos utilizados como vetores do “progresso e desenvolvimento” capitalista. Mostrou que o “todo” não é a soma das “partes”, antes, algo sistêmico e integrado, por vezes, relacionados de forma inextricável. Evocou a necessidade de superação de uma lógica nociva

---

<sup>6</sup> Programa de restauração florestal para o estado do Pará concebido na gestão da governadora Ana Júlia Carepa. A iniciativa visava apresentar o Pará como protetor e regenerador da floresta amazônica.

às humanidades e aos ecossistemas. Surge então, o interesse de conhecer uma dinâmica específica que é a relação entre a terra e o rio no sudeste paraense, suscitando a vontade de compreender as relações interinstitucionais e a forma relacional do local com o global.

Finalmente, chega-se à conclusão de que a terra é que sustenta toda essa dinâmica do Tocantins-Araguaia, é ela que, em última estância, estabelece uma relação dialética cujo entendimento requer emergência. Da terra, erguem-se desde sempre, os elementos mais importantes da região sudeste paraense.

Conforme Marx (1982), nas sociedades burguesas, a agricultura converte-se cada vez mais em simples ramos da indústria, sendo dominada completamente pelo capital, a renda da terra sofre o mesmo destino. Mais especificamente, a posse e o uso regem a dinâmica territorial, por isso, é objeto de tantos conflitos. Entende-se que uma integração e consolidação viáveis do sudeste paraense perpassam efetivamente pelo uso que se faz da terra. Através da terra e das atividades nela empreendidas é possível estabelecer um equilíbrio entre o uso produtivo e a conservação dos ecossistemas.

Os rios fazem parte de todo esse processo, sendo um dos elementos inextricáveis de viabilização sociocultural e ecológica. De início, teve esse papel como via de acesso, depois sofre grandes impactos ao atender as demandas energéticas dos grandes projetos capitalistas, uso retomado atualmente de forma muito mais agressiva. Essa agressão foi compreendida com o estudo realizado.

A escolha de três comunidades em vez de apenas uma, deu-se pela necessidade de estabelecer comparações entre as mesmas, como uma forma, também, de perceber as diferenças de uso e apropriação da terra enquanto meio de produção no contexto regional para distintos povoamentos. Assim, ao tratar a produção como algo geral, Karl Marx observa que ela é uma abstração, cujos traços podem ser gerais durante toda a história do desenvolvimento, ou específicos para determinadas épocas, o que exige a comparação para se determinar um conjunto complexo entre diferentes e divergentes:

Alguns desses elementos comuns pertencem a todas as épocas, outros apenas são comuns a poucas. Certas determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Sem elas não se poderia conceber nenhuma produção, pois se as linguagens mais desenvolvidas têm leis e determinações comuns às menos desenvolvidas, o que constitui seu desenvolvimento é o que as diferencia desses elementos gerais e comuns. As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça da diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito — a humanidade — e o objeto — a natureza — são os mesmos. (MARX, 1982, p. 4).

Para dar um caráter científico às formas de uso e apropriação da terra, torna-se necessário estudar os períodos dos diversos níveis de transformação no decurso do desenvolvimento deste nos diferentes povos. Um estudo que ultrapassa os limites do tema, mas que, na medida em que nele se enquadre, será exposto na parte referente às diversas correlações, pois cada coisa cria suas próprias relações ontológicas as quais se prende organicamente.

A interação de dois modos de vida diferentes implica em uma drástica transformação de ambas, haja vista que essas mudanças se dilatam cronologicamente e devem ser analisadas ao longo do tempo histórico, para que se compreenda a constante reformulação de papéis e identidade dos atores envolvidos. Entende-se, portanto, que a única ciência é a ciência da história, a qual não se fundamenta em leis arbitrárias, dogmas, mas sim de pressuposições reais, das quais só se pode afastar no pensamento. As pessoas reais, através de suas ações e condições materiais de vida são, portanto, constatáveis por via puramente empírica (MARX & ENGELS, 2007). A história é a história da transformação das categorias. As categorias são partes integrantes da efetividade. Não pode existir nada que não seja de alguma forma, uma categoria (LUKÁCS, 1999).

A dialética é marcante no método marxista, trata-se de algo que se opõe ao formalismo dos economistas ortodoxos na introdução à “Crítica à economia política”. Isso aparece claramente, quando explica que produção é também imediatamente consumo, num sentido duplo - subjetivo e objetivo, uma vez que o “ser” produtor desenvolve suas faculdades ao mesmo tempo em que as gasta e consome no ato da produção, tal qual ocorre na natureza – um objeto só se torna produto no consumo. Produção e consumo aparecem como meio e existem por mediação um do outro, o que se revela como sua dependência recíproca; e um movimento pelo qual se relacionam entre si e se apresentam como reciprocamente indispensáveis; mas permanecem, entretanto, exteriores entre si, mas cada um, ao realizar-se, cria o outro (MARX, 1982).

O método científico deve conceber que o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. O real surge na consciência como processo da síntese, ou seja, como resultado. Esse resultado vem de um movimento histórico de dada instituição. Marx (1982) ao descrever o desenvolvimento dos tipos de sociedades, aponta-nos a necessidade da “crítica” como uma forma de superar determinado estágio de existência de certo fenômeno. “A Economia burguesa só conseguiu compreender as sociedades feudal, antiga, oriental, quando começou a autocrítica da sociedade burguesa” (MARX, 1982, p. 15).

Com isso, entende-se que a crítica estabelece uma oportunidade de exumar a história de dado ente, de tal forma que é possível compará-lo, tendo a percepção de qual, como e por que certos pontos do fenômeno estão superados. A partir disso, é possível utilizar relações lógicas capazes de descrever a nova situação engendrada pelas transformações sociais.

Em toda ciência histórica e social, em geral, é preciso ter sempre em conta, o propósito do curso das categorias econômicas. O sujeito está dado tanto na realidade efetiva como no cérebro; que as categorias exprimem, portanto, formas e modos de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por conseguinte, essa sociedade, de maneira nenhuma, inicia-se, inclusive do ponto de vista científico, somente a partir do momento em que se trata dela como tal (MARX, 1982). É na realidade cotidiana que se deve buscar o conhecimento, para assim, transformar a realidade social; Marx assenta sua ontologia do conhecimento na realidade material, iniciativa que o distingue sensivelmente de outros cientistas sociais. Ao categorizar a ciência enquanto prática histórica e social, permite que o conhecimento parta de algum lugar concreto, de forma que ele possa ser mediado por categorias de análises da realidade contemporânea, às quais podem ser comparadas com outras existentes anteriormente.

Encontra-se no materialismo histórico dialético uma teoria social com elementos teórico-analíticos atuais, instrumentos que ajudam a entender o presente. Categorias como o “trabalho”, por exemplo, que funda o ser social, é uma salutar categoria de mediação (QUEIROZ, 2013). Apesar de sofrer críticas que apontam como ultrapassada a metodologia marxiana, o que ocorre muito em função do fracasso dos movimentos de esquerda como o socialismo soviético, é possível notar certos interesses escusos na esteira de tais apontamentos, isso porque:

A preocupação intensa com problemas de método se manifesta particularmente em períodos históricos de crise e de transição. Em tais épocas, quando a ideologia anteriormente preponderante das classes dominantes não pode mais ignorar ou simplesmente pôr de lado seu adversário, as reivindicações hegemônicas de ambos os lados devem ser formuladas de tal modo que os mais abrangentes princípios metateóricos e metodológicos dos sistemas rivais se tornem explícitos. Isto acontece precisamente para reforçar as aspirações mutuamente exclusivas das partes opostas a ocupar a posição dominante, tanto teórica quanto prática, na sociedade. No caso da velha ideologia, em geral isso significa a adoção de alguma forma de *academicismo* (ou metodologia pela metodologia), com a ajuda do qual – em nome das regras, modelos e paradigmas *formais* estipulados – as abordagens alternativas podem ser *a priori* desacreditadas e banidas da estrutura legítima do discurso. É claro que, na realidade, são rejeitadas devido à desafiadora novidade de seus *conteúdos* e dos métodos *correspondentes*. (MÉSZÁROS, 2004, 318-319).

A relação entre ideologia e metodologia deixa bastante clara que a luta entre as classes sociais tem forte influência nos métodos que produzem e negociam as verdades científicas, o que demonstra que a construção do conhecimento é produto das ações humanas dialéticas, onde ora se procura não apenas produzir saberes, mas reelaborar, revisar, questionar e às vezes, minar saberes de outrem.

Segundo Queiroz (2013, p. 16), o trabalho é fundamental no processo de conscientização do indivíduo e de suas formas alienadas de manifestação histórica. Esse lugar ontologicamente central da categoria trabalho, permite a compreensão sistêmica do método, vez que os modos ontologicamente hierarquizados de determinados conjuntos categoriais constitutivos do “complexo de complexos”, formam a totalidade social. Saberes que não se fundamentam na centralidade da categoria trabalho não é ciência. Naturalmente, o autor refere-se a uma importante reflexão de Marx, quando este diz:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. [...] Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a *vontade orientada a um fim* (grifo do autor), que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, 1996, p. 297).

A base ontológica marxiana é o “processo de mediação” realizado pelo trabalho teologizado entre o homem e a natureza, em um movimento onde o ser humano age sobre o meio ambiente, de modo a promover uma transformação recíproca objetiva. Essa relação, ao ser estudada, permite a compreensão da sociedade através dos estudos das subcategorias constitutivas; obviamente, trata-se de um fazer científico onde não existe um sujeito analisando um objeto, mas sim, um processo pelo qual ao produzir conhecimento, o homem lança as bases de superação da sua realidade e agir científico. Deve-se falar em liberdade do ser a partir da sua necessidade de conhecer para que planeje antecipadamente suas ações. O homem histórico apropria-se intelectualmente do mundo, e isso lhe dá relativa autonomia permitindo a ele viver livre das forças do acaso.

Na ciência marxiana, as partes específicas são entendidas como efeito de várias relações, e essas relações determinam e são determinadas pela ação do homem e legalidades naturais do ser, as quais fogem do domínio humano – como o desenvolvimento do homem, as leis naturais

tendem a se rarefazer. Logo, a categoria totalidade é uma verdade ontológica, um “complexo de complexos” efetivo (QUEIROZ, 2013). Ademais em um contexto de expansão do capitalismo, é preciso levar em consideração que:

Na época da “globalização”, se existe um conceito cuja utilização parece se impor, é o de “totalidade”. Como “elementos de uma totalidade, diferenciações no interior de uma unidade”, que é preciso procurar analisar os diferentes componentes do capital, o sistema das relações entre governos e as relações entre classes sociais na mundialização do capital (CHESNAIS, 2001, p.13).

O mundo exterior é a fonte do conhecimento. A questão de saber se o mundo é cognoscível, se o pensamento humano é capaz de conhecer a verdade tem muita importância para a ciência e para a *praxe*. Tomando o mundo e as leis de seu desenvolvimento como cognoscíveis e os conhecimentos do real como corretos, as forças da natureza e as sociais podem servir ao homem. O homem pode apropriar-se do mundo e de suas leis, utilizando estes conhecimentos para a transformação revolucionária da realidade.

A teoria do conhecimento marxiana produz respostas sobre os processos e as formas de conhecimento do mundo, articulando tais saberes para um uso objetivo. Esse modelo postula que a realidade existe objetivamente e é refletida na consciência. Assim, os objetos e fenômenos da vida agem sobre os sentidos e produzem sensações e representações que são utilizadas pelo indivíduo na formulação de conceitos. O conhecimento é produto do desenvolvimento social, é o resultado do agir humano sobre o mundo. Nesse sentido, não é algo contemplativo que se extrai da realidade, mas instrumento orientado para um fim determinado. O fazer científico é um processo infinito de investigação do objeto, uma evolução da ignorância e da incompletude em direção a saberes aperfeiçoados através de um movimento que progride e atualiza a natureza dos fenômenos, (KRAPIVINE, 1986).

Coloca-se de antemão, a perspectiva sob a qual se deve procurar entender a agricultura brasileira, ou seja, como um fenômeno influenciado por vários fatores, como o modo de produção capitalista e as ações políticas que mediam as interações sociais na sociedade de classe, onde Oliveira (2004) destaca que

A análise da agricultura brasileira deve ser feita no bojo da compreensão do desenvolvimento capitalista em nível mundial. Deve-se ter a compreensão desse desenvolvimento como sendo contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo em que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, gera também, igual e contraditoriamente, relações não-capitalistas de produção e de trabalho, como, por exemplo, as relações camponesas, a peonagem etc., todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2004, p.40).

Essa característica do capesinato brasileiro é ignorada por boa parte dos pesquisadores agraristas brasileiros, os quais ao estudarem o Araguaia-Tocantins, adotam em suas análises a perspectiva da “fronteira”, com isso, essa região é tomada como “terra vazia”, que sofre apropriação pelos empreendimentos capitalistas sem resistências das populações residentes, ou como se estivesse deslocada do restante da economia e política nacionais, elaborando seus estudos praticamente na mesma visão dos governos que buscam incessantemente, sob os auspícios do progresso e desenvolvimento, integrar a Amazônia ao restante do Brasil.

Dessa forma, os autores tendem a negar a evidência histórica da existência do campesinato. Transformando os camponeses em um “nada” social, ou melhor, em um quase operário. Ou, como já afirmaram outros em outros tempos, “o camponês é um trabalhador para o capital”. (OLIVEIRA, 2004, p. 47).

A compreensão da dinâmica territorial empreendida na Amazônia e, conseqüentemente na área em estudo enseja a análise, ainda que breve da evolução do modo de produção capitalista em nível regional. Assim, tal exposição se fixará na expropriação como fenômeno inerente ao capital, uma vez que está se discutindo questões fundiárias.

O Araguaia-Tocantins tem a maior parte de sua área ocupada pela agricultura camponesa, categoria social que possui condições de vida muito específicas.

Para Assis *et all* (2008, p. 7), no que tange às dinâmicas territoriais, há a necessidade de “manter uma identidade social e cultural ou preservar os recursos e a paisagem rural, por exemplo, em um espaço onde uma relativa instabilidade de manutenção dos modos de vida e um ritmo veloz de mudanças dão o tom das dinâmicas”. Território, neste sentido, se relaciona com aspectos que conjugam formações socioeconômicas com as dinâmicas espaciais, as quais incluem a configuração da paisagem e o arranjo territorial (modais de acesso e polo regional). Por seu turno, Oliveira (2004) destaca que se deve partir da noção de que:

o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

A concepção de território adotada por Oliveira (2004) projeta as relações de uso e posse da terra para o plano da luta entre as classes sociais, indo além de uma expropriação fundiária

meramente especulativa ou ainda de um campesinato politicamente amorfo. Concebe uma expropriação da renda fundiária com conseqüente proletarização de trabalhadores através da precarização dos modos de vida dos camponeses, que resistem aumentando o número de propriedades ainda que com áreas menores e introduzindo na sua rotina atividades complementares à renda da terra.

Apesar da notória intuição de pesquisador, Oliveira (2004) não elucida os motivos da contradição entre desenvolvimento capitalista e expansão da agricultura camponesa, sendo necessário explicar, porque cresce o número de pequenos proprietários rurais e como ocorre tal aumento. A natureza expansionista e constante tendência de racionalização dos sistemas produtivos no capitalismo, cujo objetivo é ampliar a extração da mais-valia relativa que pode ser indicada como uma das causas da dialética do desenvolvimento capitalista *versus* expansão do campesinato no Araguaia-Tocantins, cujo território não escapa dos efeitos das frequentes reestruturações produtivas, caracterizada por Congilio (2004) quando destaca que:

Outro aspecto a ser considerado, a contínua expansão da base internacional do regime de acumulação, expõe a extrema mobilidade adquirida pelo capital nos espaços considerados como mercados emergentes. Isso diz respeito tanto às desregulamentações - chamadas "flexibilização do trabalho" - quanto à remuneração do capital por intermédio, entre outras das chamadas "guerras fiscais". Reflete também o crescente desemprego e as diversas formas que as reestruturações produtivas assumem em diferentes regiões, utilizando-se de muitas e novas tecnologias em algumas localidades, e de quase nenhuma em outras, em aspectos desiguais de difusão de processos de trabalho. (CONGILIO, 2004, p. 39 – 40).

A distribuição desproporcional do aparato produtivo entre as regiões produz também, ampla desigualdade na distribuição das riquezas e dos postos de trabalho. Isso leva para o nível político as disputas pela implantação de atividades produtivas entre países, regiões e localidades, levando os entes políticos a recorrerem sempre a incentivos fiscais e até mesmo infraestruturais. Entretanto, o índice de racionalização produtiva se encontra em um nível tão elevado, que essas medidas terminam por se constituírem como meros paliativos de curto prazo para a questão do desemprego e crescente evolução das demais demandas sociais. Nesse contexto, a terra demonstra voltar a ser uma opção viável de sobrevivência, em virtude da cada vez mais precária, vida urbana.

Na região Araguaia-Tocantins é comum encontrar pequenos trabalhadores rurais egressos de empregos ou funções próprias das cidades, o que pode indicar que, parte da população urbana se volta para o campo, buscando fugir das más condições de vida nas cidades, o que por extensão explicaria a expansão da classe camponesa na sua contradição com o

desenvolvimento capitalista. Confirmada essa tendência, os agentes políticos precisam buscar a compreensão desse novo momento, direcionando a concepção de planos, programas e projetos para a nova realidade. Outro indicativo dessa situação é o surgimento do espaço territorial “rururbano”, produzido pelas mudanças das práticas produtivas e culturais onde ocorre uma simbiose das práticas socioculturais e produtivas do campo e da cidade, levando ao surgimento de uma terceira formação social, onde residentes das cidades adotam práticas produtivas inerentes as das populações rurais e vice-versa.

## 2. SOCIOHISTÓRIA DO ARAGUAIA-TOCANTINS

### 2.1 A ocupação histórica do Araguaia-Tocantins

No que tange à ocupação do território regado pelos rios Tocantins e Araguaia ressalta-se que este foi colonizado por duas correntes de expansão, uma do sul e sudeste para o norte e outra do norte para o sul. A primeira, iniciada com os bandeirantes da Piratininga, partindo de São Paulo, vinham pelos sertões adentro à procura do ouro; a segunda, dos colonos portugueses do Grão-Pará, rios Tocantins e Araguaia acima, iam à captura de índios (MOURA, 1989).

As ocupações das terras regionais são marcadas pela exploração de bens naturais e por forte estratégia de assimilação cultural das comunidades nativas. Emmi (1988) informa que antes da criação do chamado Burgo do *Itacayuna*, o território não fora explorado por colonizadores e descendentes em razão de barreiras naturais, como as cachoeiras do rio Tocantins, que dificultavam o tráfego de Belém até a região Tocantins-Araguaia.

O município de São João do Araguaia foi fundado a partir de uma colônia militar instituída em 1850 pelo governo provincial do Pará, para impedir os extravios de ouro, fuga de escravos do município de Cametá para Goiás, assegurando o trânsito no meio das terras indígenas. Nessa época, em um país que lavrava a terra com braços escravos, surgiram povoados como Cametá (1635), Baião (1694), Mocajuba (1853) e Alcobaça (1792), este último o atual município de Tucuruí.

A história do Araguaia-Tocantins é marcada por conflitos entre os atores sociais que articulam diversas estratégias para a defesa dos interesses, construindo uma história de resistência e protagonismo, inclusive de mocambos, como da líder negra Felipa Maria Aranha, tão poderosa que os portugueses precisaram aliar-se a ela em lugar de combatê-la, cujos descendentes tornaram-se guias dos viajantes que navegavam o Tocantins (BASTIDE, 1971 *apud* MOURA, 2004, p. 208).

O Estado brasileiro utiliza tudo que dispõe para a consecução dos objetivos – meios militares (fortins, como o de São João do Araguaia), religião (missões para pacificação dos índios), incentivo ao povoamento regional (Burgos), fomento à exploração econômica, extrativista e agropecuária. Os protagonistas são os mocambos, povos indígenas, ribeirinhos, imigrantes pobres, o Estado e a elite pecuarista que se instalaram a partir do norte de Goiás, atual estado do Tocantins.

Os eventos históricos sugerem que foram realizados esforços para a dominação e controle dos autóctones, essas ações buscavam modificar o meio ambiente e os modos de vida tradicionais, elementos vistos como barreiras ao desenvolvimento econômico.

A política agrária brasileira foi delegada da União para os estados-membros e desses para os chefes políticos locais, as ações governamentais focaram grupos economicamente consolidados, que utilizaram dessa prerrogativa para impor o “desenvolvimento” em nome do Estado.

Na noite de 4 de março de 1896 a bordo da lancha *Alcobaça* acompanhado de alguns amigos e auxiliares, saí do porto de Belém (Pará) com fim de inspecionar o Burgo do Itacaiúna, onde com os favores do Estado o célebre coronel Carlos Leitão, em Colônia Agrícola, recolheu os seus infelizes comparsas de infortúnio, foragidos da guerra civil da Boa Vista (Goiás) (MOURA, 1989, p. 27).

O Pará inicia processos de colonização dos quais a repartição “Obras Públicas, Terras e Colonização” não consegue administrar, por razões das grandes distâncias e por falta de dinheiro, problema que ocasionou a rescisão de vários contratos de colonização, deixando os chefes políticos estaduais sem condições de criar as infraestruturas necessárias para as colonizações locais. Isso levou as pessoas a explorarem novas atividades, abandonando as colônias e fixando-se em locais estratégicos às margens dos rios, iniciando a cidade de Marabá. As necessidades e oportunidades emergentes dos atores sociais induziam a reelaboração de estratégias de reprodução social. Findado esse período, surge um contexto em que a posse da terra, em um primeiro momento, não é algo de muita significância em razão do modelo comercial extrativista, assim:

Essa nova elite amazônica, formada no pensamento da moderna economia, conseguiu recriar uma imobilização dessa força de trabalho livre, mais cruel do que a escravidão dos tempos coloniais. Seus interesses não se voltaram diretamente para a propriedade do solo. Importante era o acesso às matas e o controle das árvores, matéria prima de seu lucro, e sobretudo, dessa força de trabalho, que sofria nos seringais os horrores do isolamento, dos perigos da selva, da dureza dos trabalhos e da obsessão das dívidas com o barracão, do qual nunca se conseguia saldo (HÉBETTE, 2004, vol. IV p. 31).

Hébette (2004) discute a transição de um período histórico onde a terra deixa o *status* jurídico da hereditariedade e passa a ser normatizada por relações contratuais mais mercadológicas, em um momento em que passam a coexistir o capital comercial e o financeiro.

A demografia regional adensou-se no fim do século XIX, ganhando novos objetivos - a exploração de látex do caucho (*Hevea benthamiana*) e da seringueira (*Hevea brasiliensis*), castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H.B.K.) e a agropecuária, fomentada no Araguaia-

Tocantins desde o início da intervenção governamental. Essa fase foi aquela em que o poder oligárquico local apresentava bastante força, alimentando-se da economia extrativista da castanha-do-pará, do garimpo de diamantes no vale do rio Tocantins e do mercado de peles de animais com uma economia de baixa industrialização e baseada na exportação, ficando sempre muito exposta às crises do capitalismo. Nesse período, o rio era a principal via de acesso, e a classe dirigente impunha sua vontade sobre a terra, dela auferindo riqueza e mais poder político.

Desde o início, a prática de apropriação política da terra foi institucionalizada, sendo marcante no estado do Pará, assim destaca-se que:

A faculdade de deterem os governadores, desde a Constituição Federal do Brasil de 24 de fevereiro de 1891, o poder de concessão do uso (arrendamento) ou venda de títulos de *terras devolutas* a particulares, converteu-se numa de suas principais ferramentas na *troca de favores* entre os chefes do executivo estadual e os setores da elite econômica e/ou política local, e também entre os próprios integrantes do governo paraense (PETIT, 2003, p. 75-76).

A ação governamental inclinou-se desde o início quando colocou as terras do estado do Pará sob o domínio de grandes proprietários, os quais se utilizavam o poder político para se apropriar e assim, consolidar o poder econômico. Os historiadores ao retratarem a formação da região, sempre colocam a questão em primeiro plano, para que se tenha melhor compreensão da dinâmica regional, assim, descrevendo o ciclo da castanha Emmi (2002, p. 3) diz que “[...] quando se fala em áreas de castanhais é preciso levar em conta as diversas formas de apropriação das terras ricas em castanhas, que predominaram em diferentes momentos e que resultaram no controle das terras por poucas famílias”. No início, a dinâmica territorial regional era marcadamente baseada no extrativismo, de forma que o controle da terra (nesse período, posse não se fazia tão necessária) tornou-se elemento fundamental para a produção de riqueza, surgindo então, os primeiros mecanismos de apropriação, nestes termos:

Tal como aconteceu no início da exploração da borracha, até o início da década de 20, a exploração da castanha também assistiu a uma época de extração livre no sentido de acesso às terras dos castanhais. As primeiras formas de apropriação das áreas de castanhais datam de 1918, quando a Lei nº1747 permitia a compra de terras devolutas no Estado. Três anos depois, a Lei nº1947 previa o aforamento perpétuo em terras devolutas do Estado para a indústria extrativa de produtos vegetais. Mas a partir de 1925 foi introduzida uma nova forma de controle dos castanhais. Tratava-se do arrendamento, uma espécie de aluguel da terra por safra. Essa modalidade que se generalizou a partir de 1930, constituiu uma arma usada pela oligarquia castanheira para exercer o poder político e econômico sobre alguns médios e pequenos produtores que se dedicavam à coleta da castanha. O arrendamento acabou na prática com a “extração livre” e interessou de modo especial para a oligarquia como forma de monopolizar o comércio da castanha (EMMI, 2002, p.4).

De acordo com Emmi (2002), antes dessa fase de apropriação contava-se com 27 castanhais de serventia pública no Pará, os quais compreendiam 169.770 hectares de terras, utilizados com forte atuação do governo municipal, que permitia aos pequenos coletores de forma limitada, realizar a coleta “livre” da castanha, caso pagasse à prefeitura as taxas estabelecidas para usufruir dos “castanhais de servidão pública” ou castanhais do povo”. Essa relação entre oligarcas e expropriados foi conflituosa, pois não havia o reconhecimento do direito dos novos supostos proprietários. As apropriações, em termos legais, foram temporárias, consistindo no arrendamento, posteriormente, os oligarcas passaram a requerer o aforamento com a Lei 913 de 1954, cujos direitos de uso e posse era de 99 anos. Sendo assim, confirma Emmi (2002, p. 5) “ [...] na prática, as cláusulas constantes nos títulos de aforamento nunca foram observadas e os foreiros tornaram-se, de fato, “donos” das áreas de castanhais”.

Assis *et all* (2008, p. 5) explica que “[...] os ciclos econômicos que as explorações desses produtos estabeleceram, foram fundamentais no processo de ocupação e na formação da estrutura social e fundiária da região”, o que levou à formação de grupos econômicos oligárquicos locais, os quais usavam o poder político para se apropriar dos castanhais cuja produção brasileira se destinava aos Estados Unidos e Inglaterra, na análise das sociedades, Congilio (2004) conclui que:

Assentado na apropriação direta dos meios de produção e na divisão social do trabalho, o modo de produção capitalista requer um poder de dominação contínuo dos que se apropriam sobre os expropriados. Trata-se de um poder econômico que só pode ser mantido pela manutenção, também contínua, do poder político. (CONGILIO, 2004, p. 37).

Enquanto meio de produção, a terra tende a ser objeto de apropriação por grandes grupos capitalistas, isso enseja naturalmente, o uso do poder político para legitimação do domínio econômico da classe capitalista.

A apropriação da terra na região deu-se pelo uso extrativista para a exportação, o que de imediato marcou forte ligação do local, dominado por uma elite política e pelo global, através das relações com o mercado internacional transcontinental. Os grupos oligárquicos utilizavam o crédito e os meios de transporte para manter o controle sobre a terra, garantindo grandes vantagens econômicas. Com a comercialização mantinha-se também, o controle sobre os trabalhadores através de dívidas e ou coagindo-os através da pistolagem. Se houve um “desenvolvimento” nesse período no Araguaia-Tocantins, isso se restringiu a uma pequena classe privilegiada pelo poder político.

O período áureo da exploração de castanhais na microrregião de Marabá em 1920, ocorreu em áreas públicas denominadas de “serventia pública”, distribuídos em onze municípios, alcançou um total de 169.770 hectares no Pará. As concessões ocorreram de 1920 até 1960 em uma área de 38.602 hectares, que foi paulatinamente apropriada por grupos oligárquicos de forma violenta, porque os expropriados não reconheciam como legítima a posse dos “novos donos”. Esse fato demarca as formas de uso e apropriação da terra em uma transição do uso coletivo para o privado, ou seja, uma maneira de subjugar as populações residentes expondo-as a uma vida precária através da expropriação da terra e de seus frutos, nesses termos, Hébette (2004 vol. IV, p.32) destaca que “o extrativismo da castanha, que sucedeu o extrativismo do caucho no sudeste do Pará, embora adotando as mesmas formas de organização dos seringais, recriou traços sociais próximos à tradição do latifúndio de privilégio”.

O crescimento das cidades e a expansão da agropecuária culminaram com o desaparecimento de castanhais como os do Landy, Genipapo, Geladinho, Alto Bonito, entre vários outros (EMMI, 1987, p. 66). Foi introduzida uma organização social hierarquizada, que com o decorrer do tempo, iniciou a simplificação dos ecossistemas pela implantação de matriz produtiva com base no desflorestamento, pondo o extrativismo em declínio.

A frente de expansão, proveniente de Belém, contava com “incentivos governamentais” e focava mais no extrativismo, enquanto que a frente Goiás-Maranhão, coadunava grandes criadores de gado e pequenos agricultores despossuídos que para cá vinham em busca de terras.

Em nível de territorialização, pode-se apontar que a região do Tocantins-Araguaia nunca foi efetivamente deixada de lado, seja pelos poderes coloniais monárquicos ou pelas remanescentes oligarquias dos republicanos conservadores. Durante muito tempo, em função da imensa dimensão territorial do Pará, o território do Araguaia-Tocantins escapou tanto de ações políticas abrangentes, as quais ocorriam no sentido de vigilância do território, onde a economia foi entregue a iniciativa privada dos “coronéis”, quanto das ações revolucionárias, realizando-se mais como espaço de fuga das transformações culturais ocidentalizantes para as populações desfavorecidas, as quais ocupavam a região, transformando-a a partir de suas próprias necessidades. Como afirma o historiador regional Aldair Carneiro

A prioridade da ocupação e desbravamento do médio Tocantins foi de goianos e maranhenses, que dotados de proezas conseguiram vencer as dificuldades oferecidas pela natureza e aprenderam a lidar com os povos indígenas criando Burgo do Itacaiúnas os povoados do Lago vermelho e Boca do Tauari além de terem avançado nas matas em expedições e fazerem de um lugar inóspito um outro propício para a habitação. Muitas vezes uma corrente migratória não planejada de maranhenses assumiu o papel pioneiro no desbravamento da Amazônia (CARNEIRO, 2009, p. 22,23).

Nesse sentido, a economia e a cultura regional brotam com traços marcantes das regiões Nordeste e Centro-Oeste brasileiro, onde a agricultura surge praticamente da necessidade de subsistência, enquanto que a pecuária é extensiva, ou seja, sem investimentos de grande capital – a natureza é a grande dádiva. Tal dádiva, não está totalmente cerceada pela regulação governamental e permite às populações manter relativa autonomia em muitos aspectos, mesmo que em rudes moradias e quase sem nenhuma infraestrutura, conseguem desbravar o território ou como diria Eagleton (2005, p. 13) “[...] a natureza produz cultura que altera a natureza”. Tal lógica de uso da terra, segundo Navegantes-Alves (2011) *apud* Mastop-Lima & Beltrão (2015) é traço marcante na região Araguaia-Tocantins, onde se planta culturas de subsistência para se efetivar a posse da terra; formam-se pastagens na estratégia de “amansar” a terra.

Em nível mundial, a economia liberal dos Estados Unidos e dos países industrializados da Europa sofreu recessão nos anos 1930, em função da crise econômica dos principais países capitalistas ocorrida após a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929.

Nos anos 1950 ocorreu uma forte intervenção do Governo Federal na Amazônia e conseqüentemente, no regime fundiário, momento em que a sujeição aos ditames da economia internacional era reforçada. Segundo Hébette (2004, vol. IV, p. 34), desde 1950 castanheiros, garimpeiros, caçadores e migrantes sazonais de estados vizinhos, começaram a apossar-se das terras devolutas, em fissuras de castanhais das oligarquias locais do sudeste paraense, no município de São João do Araguaia, por exemplo, não aguardaram a colonização oficial dos anos 1970. Muitos trabalhadores rurais empregavam-se em fazendas à procura de terras para cultivar, os quais confrontaram com grileiros em Rondon do Pará e Jacundá, o que culminou nos anos 1960 com a abertura da rodovia PA-70, atual BR 222 e da Transamazônica (BR 230), as quais intensificaram o fluxo migratório para a região.

Atraídos pela propaganda governamental das “terras sem homens para homens sem terra”, trabalhadores vindos de todas as regiões do país, apropriavam-se da legislação agrária, faziam levantamentos cartorários para identificar as condições efetivas de posse da terra, resistindo às vontades do latifúndio, ocupando “sobras” de terras e contando com o apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Esses atores sociais recebiam ainda, a colaboração de religiosos, militantes leigos semiclandestinos, advogados e partidos políticos, ou seja, de pessoas que faziam enfrentamento aos agentes do Estado, o quais geralmente, encontravam-se submissos aos latifundiários. Nesse período, ainda vigora o domínio político da terra pelas oligarquias, o qual foi confrontado pela organização política das categorias sociais camponesas.

O fortalecimento das instituições políticas dos camponeses foi providencial, uma vez que a nova ofensiva do capital introduziu no território, agentes econômicos capitalistas modernos, que passaram a demandar áreas para atividades de mineração, geração de energia e avanço da agropecuária.

A economia amazônica sofreu retrações após esse período, mas recuperou-se, de acordo com Almeida (2015, p. 143) “[...] na segunda metade da década de 1950, o nacional-desenvolvimentismo chegou, em um contexto muito distinto, a um final feliz com a política de desenvolvimento capitalista acelerado dos anos de JK (1956 – 1961)”, ou seja, antes da atuação dos governos militares já havia uma significativa melhora na economia brasileira.

Uma vez a crise instaurada, seus efeitos suscitavam ações imediatas, na tentativa de suplantar a pela viabilização de atividades que ampliassem o consumo, dessa forma, os Estados nacionais, em submissão ao capital, geralmente adotavam medidas imediatas que garantissem, segundo Almeida (2015), a “reprodução induzida do capital imperialista”, observa-se então que:

A crise econômica e as mudanças políticas ocorridas em alguns países latino-americanos na década de 30, favoreceram a crescente intervenção do Estado em suas respectivas economias nacionais, principalmente nos grandes países da região (Brasil, México e Argentina), estimulando o processo de industrialização pela via da substituição de importações, isto é, substituindo por produtos nacionais parte das manufaturas adquiridas anteriormente dos países industrializados. (PETIT, 2003, p. 65).

As ações governamentais são quase sempre justificadas pelo “desenvolvimento” regional ou local, entretanto, em termos históricos no Araguaia-Tocantins, tais ações têm origem nas demandas do capital internacional. Oliveira (2001, p. 13) destaca que “[...] o capital já unificou, articulou estruturalmente, a sua reprodução ampliada. Atualmente, a articulação entre o capital industrial, o capital comercial e o grande proprietário de terras, tem no Estado a mediação da sua reprodução e regulação”. O engajamento dos Estados nacionais para suplantar as crises do capital deixa flagrante o estreito compromisso governamental com os interesses internacionais.

Para Almeida (2015, p.143), “[...] o desenvolvimento capitalista não significa necessariamente aumento do bem-estar de toda a população de uma formação social. Implica reprodução ampliada das relações sociais capitalistas, a começar pelas de produção”. Em 1953 é criada segundo Petit (2003, p. 70) “[...] com autonomia administrativa e diretamente subordinada à Presidência da República”, à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, em que os projetos foram concebidos para modernização

agropecuária e da incipiente indústria, estabelecer sistema de crédito bancário para pequenos produtores rurais e estruturação de ampla rede rodoviária para integrar o Pará ao resto do país, além de investimentos em saúde educação e cultura.

A construção das rodovias deflagrou a corrida pelas terras amazônicas, assim, para Petit (2003, p.73) “[...] uma das primeiras consequências da construção da Belém-Brasília foram o incremento do interesse pelas terras próximas à rodovia, a grande maioria delas definidas como terras devolutas, por parte de setores das elites locais e de outros estados do país”. O reflexo dessa nova política de integração amazônica teve como fulcro o aumento das pressões sobre a terra, a partir de intenso processo de latifundização. Nesse sentido, para um número de 1.575 pessoas, foram vendidos a grandes proprietários 5.646.375 hectares, dessa forma, constata-se que “Do total de terras devolutas vendidas pelo governo paraense entre 1924-1976, mais de 80% delas foram no período de 1959 a 1963”<sup>7</sup>, a TABELA 2 apresenta detalhadamente as transações que envolvem as alienações realizadas pelo estado do Pará.

**TABELA 2 - Terras devolutas vendidas pelo Governo do Pará a grandes proprietários. 1924-1976.**

Períodos	Títulos	Total Hectares
1924-1928	123	38.769,60
1939-1943	136	33.604,80
1934-1938	368	60.904,00
1939-1963	1.373	3.646.373,00
1964-1968	267	840.771,10
1969-1973	33	23.723,80
1974-1976	29	91.325,00

Fonte; Petit (2003, p. 74).

Os vários projetos de desenvolvimento empreendidos na Amazônia durante os anos 1960 e 1970, representaram novo avanço do capitalismo e projetaram sistematicamente pressões fundiárias, assim, após a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, inicialmente, ocorreram mudanças nas políticas de incentivos fiscais, que se estenderam à política de substituições de importações, até então restrita a indústria para a agropecuária. Em seguida, realizou-se os projetos de colonização na Transamazônica,

<sup>7</sup> *Ibidem* p.74.

ampliação da malha rodoviária e instalação dos polos energéticos. Ocorreram sucessivas mudanças nos planos, programas e projetos estatais que influenciaram diretamente no papel que a Amazônia viria a desempenhar na economia nacional, de forma que:

foi claramente definida qual seria a especialização econômica a qual seriam destinados os diferentes espaços intra-regionais da Amazônia brasileira, dando-se prioridade ao incremento da concentração fundiária e, sobretudo, aos investimentos destinados a criar a infraestrutura que demandavam os projetos minero-metalúrgicos. (PETIT, 2003, p. 81-82).

A fase que se inicia nos anos 1960, não representou uma ruptura na dinâmica amazônica ou do Araguaia-Tocantins, entretanto, foi um período marcante no que tange à intervenção do Governo Federal na região, pois culminou com nova rodada de transnacionalização do capitalismo em termos financeiros, econômicos produtivos e ideológicos. Sobre este agressivo avanço do capitalismo, Almeida (2002, p. 4) destaca que “[...] esta reprodução ampliada do capitalismo em escala mundial sobrecarregou as tarefas dos Estados nacionais para organizarem a dominação de classe em “seus” respectivos espaços de jurisdição, problema que se agravou com a crise do sistema a partir da segunda metade dos anos 70”. Isso levou ao acirramento do neoliberalismo com intensificação da abertura de novos mercados, livre fluxo de capitais e repressão dos movimentos operários na denominada reestruturação produtiva no centro e na periferia.

Entre 1966 e 1980 ocorreu a intensificação da integração da Amazônia aos mercados nacional e internacional, especialmente ao regime de acumulação do capital industrial concentrado no eixo sul-sudeste do Brasil. Sendo publicada legislação e adotadas medidas que instrumentalizaram a política da Ditadura Militar para o Araguaia-Tocantins, convertida em área de segurança nacional em razão da Guerrilha do Araguaia, ocorrida na região do “Bico do Papagaio”<sup>8</sup>. Em 1966, o governo militar intensificou a política de incentivos fiscais, adotando a estratégia de modernização do setor agropecuário com centralidade na grande empresa, mas de acordo com Santos (2011).

O projeto produziu resultados econômicos bem abaixo do esperado, no entanto, ao latifundizar na Amazônia grandes empresas sediadas no centro-sul do país, provocou intensos conflitos no campo, pois chocou-se com a frente camponesa instalada desde 1960, particularmente nas microrregiões do Araguaia Paraense e Guajarina, que concentraram os investimentos até 1980. (SANTOS, 2011, p. 5).

---

<sup>8</sup> De acordo com Santos (2011, p. 81) “A mesorregião do Bico do Papagaio, também conhecida como região Tocantina, compreende 66 municípios (25 no Pará, 16 no Maranhão e 25 no Tocantins) distribuídos em oito microrregiões, com área total de 140.109,5 km<sup>2</sup> e população de 1.436.788 habitantes. O que constitui a região do Bico do Papagaio são os municípios do Estado do Tocantins, influenciados pelos rios Tocantins, Araguaia e seus respectivos afluentes”.

Erguiam-se os chamados “Grandes Projetos”, pelos quais nasceram de novas dinâmicas regionais. A gestão desses espaços ficou a cargo de empresas ou agências governamentais. No modelo de enclaves de exportações, destacaram-se na região os empreendimentos Ferro Carajás, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Em 1980, o Estado distancia-se ao mesmo tempo em que a privatização efetiva-se na região, evidenciando o domínio do capital rapinante, marcado pela elevação exorbitante do desmatamento e aumento da concentração da renda e da riqueza. Fase caracterizada por forte globalização e abertura econômica, cuja prioridade era as exportações de gado e soja, atividades responsáveis pelo desmatamento na Amazônia. Por outro lado, os vultosos projetos minerários de produtos semielaborados tornaram-se os principais produtos de exportação na Amazônia paraense. Os rebanhos bovinos na Amazônia cresceram, alcançando 33 milhões de cabeças em 2004 (SANTOS, 2011). Através de pesquisas de espécies mais tolerantes ao clima quente e úmido, a soja tomou o solo paraense. Diante do processo de capitalização da Amazônia com investimentos em infraestrutura, tanto privados como públicos, percebe-se que:

se estabeleceu uma espécie de “fronteira urbana” na Amazônia, entendida como base logística para o projeto de rápida ocupação regional, acompanhando ou mesmo antecipando várias frentes. Esse processo de urbanização deve ser visto como instrumento de ocupação da região e desempenha três papéis fundamentais: 1) como poderoso fator de atração de migrantes; 2) como base da organização do mercado de trabalho; 3) como *locus* da ação político-ideológica do Estado. (SANTOS, 2011, p. 6).

Os investimentos federais realizados entre 1966 e 1980, provocaram transformações na dinâmica territorial, acirrando a imigração nos anos seguintes. As estradas tomaram a função dos rios, as populações adentraram as florestas, criando novos povoados. As políticas públicas e as ocupações espontâneas contribuíram para o povoamento do Araguaia-Tocantins, realizada basicamente pelo mercado e por agentes sociais coletivos:

Dessa forma, a concentração da propriedade da terra e a trajetória incerta dos investimentos agrários explicam, em grande parte, a relação que se estabeleceu entre urbanização, mercado de terras e mercado de trabalho a partir da década de 1960, onde podem ser ressaltados 3 aspectos. Primeiro, o crescimento de povoados, vilas e cidades em função da alocação de massas de trabalhadores imigrantes “sem-terra” em espaços urbanos. Segundo, esses trabalhadores passaram a ser contratados como força de trabalho assalariada por grandes proprietários a fim de realizar grandes desmatamentos, contribuindo de alguma forma para a urbanização, sendo usual a figura do “gato” no cotidiano das pequenas cidades. Terceiro, a relação de dependência das aglomerações em relação ao rural não estimulava o desenvolvimento de uma economia “urbana”, tornando difícil a formação de um mercado mínimo estável que justifique a oferta de bens e serviços urbanos quando a densidade da população rural é baixa ou

flutuante. Assim, as restrições impostas pela concentração fundiária e características do mercado de trabalho acentuaram a flutuação populacional dos núcleos urbanos e das aglomerações rurais, impedindo a consolidação do urbano em muitos casos. (SANTOS, 2011, p. 6-7).

O modelo de desenvolvimento político, adotado para mediar às relações entre a economia e as demandas sociais, resultou na concentração da terra, o que se desdobrou no aumento das desigualdades sociais no campo e na cidade. A degradação ambiental também se agravou a partir de tal orientação política, por isso Almeida (2015) lembra que:

O neonacional-desenvolvimentismo foi marcado por uma forte expansão das relações sociais capitalistas nos mundos rural e urbano. O caráter predatório desse processo é mais visível no que se refere ao campo, com degradação ambiental e a violenta expropriação de populações ribeirinhas e quilombolas, matança de ambientalistas e extermínio de índios. Foi ainda mais banalizado nos centros urbanos, onde a criminalização da pobreza faz as delícias dos meios de comunicação e embala os sonhos eleitorais de direitistas mais ou menos extremados. (ALMEIDA, 2015, p.154).

Discutindo a intensa expansão do capitalismo no campo, Almeida (2015) destaca como são marcantes as relações sociais da hegemonia liberal na formação social nacional, onde se elegeram a mineração e o agronegócio como os principais pilares de acumulação de reservas do Estado brasileiro, objetivando garantir o rentismo. O modelo agrominerarioenergético, politicamente empreendido no Araguaia-Tocantins, levou o governo a abandonar demandas econômicas como o fomento a industrialização, demandas sociais como a reforma agrária no campo, a urbanização nas cidades. E por último, uma questão bastante grave - a ambiental, cuja omissão tem produzido perda de solo, desmatamento e assoreamento dos corpos d'água.

Assim, a discussão em torno do conceito de “fronteira” perde o sentido, uma vez que o modelo produtivo sempre foi o mesmo, ou seja, baseado no extrativismo vegetal e agropecuário voltados à exportação, o qual passa a coexistir com a mineração, funcionando também sob esse padrão de interação local e global onde a produção energética – no caso do sudeste paraense, é mero pano de fundo. Nas palavras de Oliveira (2001, p. 22) “[...] o país fez ou faz a dívida para criar condições ou para ampliar a sua produção. Para pagar a dívida tem que exportar, quer dizer, tem que se sujeitar aos preços internacionais”, sendo necessário ampliar a produção para pagar a dívida, o que demanda cada vez mais terras a serem utilizadas de modo bastante intenso. A mudança de fato, foi a intensificação das pressões sobre a propriedade da terra, pois além dos povos caboclos, indígenas camponeses e da oligarquia castanheira, surgiam a partir de então, novas atividades e atores sociais na disputa pela terra.

A partir dos anos 1980, com o movimento dos trabalhadores rurais, já estava bastante organizado e resiliente, isso proporcionou a prosperidade de novas entidades subsidiárias do direito camponês, como o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, as Comunidades Eclesiais de Base – CEB,s, os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR,s e a Federação do Trabalhadores na Agricultura do Pará – FETAGRI. Essas instituições passaram a reivindicar junto aos órgãos governamentais o direito à terra para os trabalhadores do campo. No Araguaia-Tocantins, a atuação camponesa projetou-se para além de um movimento meramente político, uma vez que promoveu ainda o surgimento de associações e cooperativas de produção, as quais representam uma substancial organização econômica, dessa forma, passaram a exigir dos agentes financeiros o fomento à pequena produção agrícola.

As populações camponesas desenvolvem modos de vida mais simples e autônomos, tendo a natureza quase que como único suporte de sobrevivência. O contexto regional descrito permitiu o desenvolvimento de categorias do campo como camponeses, ribeirinhos, extrativistas, mariscadores, garimpeiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores, oleiros, peões, sem-terras etc., os quais estabeleceram uma dinâmica de intenso movimento sobre o território, produzindo substanciais experiências de vida, fato que se contrapõe a um projeto de proletarização em sentido mais estrito. Embora muitas vezes acessem o mercado de trabalho formal, não se eximem de explorar atividades alternativas de provimento das suas necessidades, e assim produzirem sua existência. Ao praticar uma cultura de andanças, onde estão sempre reelaborando suas práticas sociais, tais categorias são consideradas rebeldes e transgressoras da “ordem”, ordem essa, que os excluem por exigir das categorias um comportamento de submissão compatível com a produção de mais-valia, nesse sentido:

Esse contexto de fronteira de estranhamento, conflitos e embates pela existência, mas também de acordos e rearranjos, de combinações pela territorialização, revela a existência dos diversos, dos diferentes, traduzindo-se como espaço da pluralidade, diversidade cultural, de relações tensas que marcaram construções culturais em permanente movimento. Isso reafirma a cultura como constructo sócio-espacial-histórico (dado povo, dado lugar, em um dado tempo). Cultura não é algo pronto e acabado, ela está em permanente construção (ALVES, 2011, p. 110, 111).

O constructo cultural regional para a categoria agricultura camponesa, no que concerne à associação camponesa entre família, produção e trabalho envolve uma lógica para além da subsistência, porquanto, conecta-se à perspectiva de que, os custos com recursos materiais e trabalho aplicado na propriedade pela geração atual, alcancem as próximas gerações, possibilitando a elas condições de sobrevivência. A forma de organização deve permitir a realização constante de mudanças, para que se possa adaptar as transformações do mundo

moderno. O camponês, portanto, vive em constante exercício para conciliar a dinâmica da natureza, as exigências burocráticas de Estado, as mudanças de caráter econômico às capacidades de trabalho e produção da propriedade. Esse contexto aponta para uma situação na qual as forças produtivas se encontram bastante desenvolvidas, exigindo das categorias sociais do campo um nível cultural aprimorado. Assim, pela sua grande diversidade, a agricultura camponesa tangencia-se para uma multiplicidade de formas, no estágio atual, pode partir das práticas produtivas artesanais, refinar suas ações e alcançar níveis técnicos bastante sofisticados.

A assimilação do trabalho regional pelo capitalismo exige um modelo de latifúndio em que o acesso à terra se torne restrito – tomar para produzir, produção cujo estágio deve superar o nível tecnológico dos povos conquistados. Deste modo, exige-se uma nova “cultura”, palavra utilizada para descrever as mais elevadas atividades humanas, categoria de análise bastante escorregadia, visto que, às vezes, significa antônimo de “natureza”, e em outras é vista como seu derivado e significa etimologicamente “lavoura” ou “ocupação” e “crescimento natural” e que significou, em certas ocasiões, a própria transição da humanidade de uma existência rural para uma existência urbana (EAGLETON, 2005) dito de outro modo:

A separação entre cidade e campo também pode ser apreendida como a separação entre capital e propriedade da terra, como o início de uma existência e de um desenvolvimento do capital independentes da propriedade da terra, o início de uma propriedade que tem como base apenas o trabalho e a troca (Marx, 2007, p. 52).

Esta separação também envolve a cisão entre trabalho material e intelectual. Na esteira do desenvolvimento, Marx (2007) destaca que a oposição entre cidade e campo dá-se pela transição da barbárie à civilização, do tribal ao estatal, do local ao nacional, que se estende à contemporaneidade.

A cidade concentra a população, os instrumentos de produção, o capital, o suprimento das necessidades, com isso, o campo passa a representar isolamento e solidão, tal transformação só é possível sob o regime da propriedade capitalista, e com a inclusão do indivíduo à divisão do trabalho, seu confinamento forçado a uma atividade exclusiva, converte uns em “limitados animais urbanos” e outros em “limitados animais rurais”, os quais reproduzem cotidianamente a oposição entre os interesses (MARX, 2007). Levando em consideração as análises de Marx (2007) e Eagleton (2005), a subsunção do indivíduo a uma nova situação na qual se dissocia o ser humano dos meios de produção traz de volta a incivilidade, um novo tipo de barbárie, cujas características são artificializadas e elaboradas e que conseqüentemente, tende a ser mais

perversas em razão do inumerável repertório que dispõem por causa da própria direção que tem tomado a ciência e a tecnologia sob o domínio do capital.

O campo e as pessoas que lá vivem, excluídas, sem recursos para produzir, em si mesmo se constitui uma barbárie, porque estão reduzidos apenas ao valor de troca - o homem caminha à proletarização, a terra à especulação. A propriedade privada pura, ou seja, sem os aspectos comunitários de identificação e uso, cria uma ficção jurídica na qual um indivíduo pode ter o direito jurídico de uma coisa, sem possuí-la realmente, no que Marx (2007) aponta:

Se, por exemplo, a renda de um lote de terra é eliminada pela concorrência, o proprietário do lote conserva, sem dúvida alguma, o seu título jurídico, juntamente com o *jus utendi et abutendi*<sup>9</sup>. Mas ele não poderá empreender nada e não possuirá nada como proprietário rural, caso não disponha de capital suficiente para cultivar sua terra (MARX, 2007, p. 77).

A necessidade de repensar a visão sobre o Araguaia-Tocantins, região que à revelia da existência de diversas categorias sociais e modos de vida, foi convertida pelo capital em “Carajás”, em um processo eminentemente material, terminologia adotada não por causa dos espíritos acolhedores dos índios de mesmo nome – visto apenas como “guias” para os campos naturais dos pecuaristas pioneiros, de uma maneira tautológica. Mas em função do PGC – Programa Grande Carajás, que tem se apropriado, não apenas da riqueza regional, mas de elementos da própria identidade mestiça, *apinayé, karajás, kayapó, surui, parakanã*, para uma inclusão forçada ao capital. De forma igual, despreza a contribuição do posseiro, do peão, do garimpeiro ao serem tratados como subcategorias inexpressivas, entretanto:

As décadas de 1970 e 1980 representam o marco da maior transformação social do campo paraense após a Cabanagem (1835 - 1838) e do processo de desmoronamento da estrutura escravocrata na segunda metade do século XIX. Fato de importância singular é que essa mudança se deu por iniciativa dos novos camponeses. Como no século XIX, os camponeses passaram a resistir abertamente ao latifúndio, desta vez não só rejeitando a submissão pessoal aos donos da terra como negando-lhes o direito exclusivo à terra, contestando seus títulos e assenhorando-se de suas terras. (HÉBETTE, 2004, vol. IV, p. 33).

Hébette (2004) assinala então, que durante os anos 1970, o governo militar impôs a política do “integrar para não entregar”, fomentando grandes projetos minerários e intensificando a agropecuária extensiva, cruzando mais uma vez com os interesses dos povos originários – camponeses, ribeirinhos e indígenas - conjuntura que culminaria com a consolidação bastante específica do sudeste paraense, região com 14 municípios que abrangem

---

<sup>9</sup> Direito de usar e abusar.

54.469,20 km<sup>2</sup>, que sempre combinou controle político com expropriação agrária através de uma “legalização” por compra de títulos da dívida pública.

No sudeste paraense, Marabá se tornou uma cidade média de singular importância administrativa, junto com outros municípios, agregam outros setores como madeireiras, indústria de alimentos, metalúrgicas, frigoríficos, hidrelétricas, setor de serviços e paralelamente, um grande conjunto de assentamentos de agricultura camponesa Congilio & Ikeda (2014, p. 80). A partir dos anos 1980, ocorre uma nova investida do capital sob o comando do Estado cujos desdobramentos são discutidos no capítulo a seguir.

### **3. POSSE AGRÁRIA PARA ALÉM DA FRONTEIRA – O LOCAL E O GLOBAL SOB A EXPANSÃO DO CAPITAL.**

A fase atual da mundialização capitalista caracterizou-se pela dominação do capital financeiro sobre as demais formas de capitais. Os juros passaram a ser a principal fonte de lucros no modelo econômico moderno, entretanto, como toda economia exige uma base material, o capital industrial, subordinado ao financeiro, cumpre esse papel e:

Para isto, os grupos industriais dispõem de poderosos meios, vindos dos efeitos combinados da liberalização e da desregulamentação das trocas e dos movimentos de capitais, assim como da tecnologia. Eles usam de sua liberdade de ação e de sua restaurada mobilidade, para fazer pesar sobre os salários a ameaça (que pode, além do mais, tornar-se efetiva) de deslocar suas plantas produtivas para os países onde a mão de obra é mais barata e os salários poucos ou nada protegidos. (CHESNAIS, 2001, p. 21).

Seguindo a mesma lógica de dominação dos lucros, os grandes grupos industriais passaram a se organizar em redes, procurando cumprir as imposições do mercado financeiro. Visando isso, adotaram a mesma lógica de dominação para com as empresas menores - o que terminou por constituir uma forte hierarquização do controle dos lucros. Essa escala, obviamente, alcança o trabalhador. Dito de outra maneira, o capital financeiro controla o capital das grandes indústrias e estas por sua vez, para compensar suas perdas, estendem seus domínios ao lucro das empresas de menor porte. Obviamente, nesse contexto ocorre a dominação do capital sobre o trabalho, o estabelecimento de um forte processo de concorrência entre as empresas ao mesmo tempo que também institui o confronto entre os trabalhadores.

A partir da consolidação das grandes transformações vivenciadas pela humanidade no século XVIII, surge um mundo novo cujo principal aspecto é a polarização econômica, onde nações ricas tentam se apropriar dos principais recursos do planeta, ao passo que os países subdesenvolvidos resistem a tais imposições das economias capitalistas dominantes. Segundo Chesnais (1996, p.13), “[...] Fala-se, na verdade, numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação”.

O jogo entre países dominantes e dominados pressupõe a expansão das relações de mercado a um patamar jamais presenciado na história humana – processo chamado de globalização, que no fundo, a partir de um eufemismo etimológico, suscita um estado de proeminente utopia ao ocultar a essência desse fenômeno artificial, qual seja, a mundialização do capital. Todo um aparato de veiculação ideológica é mantido para sustentar as “benesses”

da expansão capitalista, o processo de globalização é constantemente colocado enquanto fenômeno que “democratiza” os avanços tecnológicos e científicos e, ao mesmo, tempo produz o avanço civilizatório através das transformações culturais, de forma que:

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado (SANTOS, 2001, p. 19).

A homogeneização ocorre apenas para uma pequena parte da população global, a classe dos proprietários dos meios de produção. Uma vez exaurido o mercado interno, as empresas se lançam para além de suas fronteiras originárias, visando expandir o território de atuação. Isso leva a um acirramento da concorrência, uma vez que passam a competir com empresas estrangeiras, liberando o capital, “[...] deixando-o por sua conta, operando sem nenhuma rédea, o capitalismo produz a polarização da riqueza em um polo social (que é também espacial), e no outro polo, a polarização da pobreza e da miséria mais desumana”, (CHESNAIS, 2001, p. 13).

O capital traçou novas estratégias, buscou instalar suas atividades em países subdesenvolvidos, onde a força de trabalho custa menos. Isso gerou desempregos nos próprios países onde essas organizações surgiram. Além disso, as empresas instituíram intensa modernização em suas atividades, reduzindo ao máximo possível o número de trabalhadores. Através da compra ou de fusões com outras empresas, os empreendimentos capitalistas fortaleceram-se ao formar oligopólios e organizaram-se em grandes grupos empresariais, diversificando seus investimentos, ao mesmo tempo em que criaram uma situação na qual conseguem ser mais competitivos em um mercado cada vez mais agressivo. Isso levou a uma intensa concentração da riqueza global.

A influência nas estâncias decisórias constituiu o principal ingrediente para que uma empresa ou um grupo de empresas se tornem altamente competitivos, dessa forma, passaram a exigir dos Estados nacionais a flexibilização das leis trabalhistas, subsídios fiscais, e no caso das economias periféricas, exigem, de forma absurda, até mesmo algumas infraestruturas, já que:

A estratégia deles de reestruturação com destruição clara dos postos de trabalho, superpõe-se à política de austeridade orçamentária e de privatizações usadas pelos governos, agravando os mecanismos que empurram a economia mundial para um processo acumulativo de estagnação (CHESNAIS, 2001, p. 22).

A competição empresarial extrapolou o âmbito do mercado e alcançou os Estados nacionais, os governos regionais, impactando com uma força extrema as economias, culturas e estruturas políticas locais.

Para garantir a realização dos lucros e manter a competitividade, as grandes empresas transnacionais reivindicam cada vez mais para si, papéis que historicamente foram do Estado, levando a uma privatização dos direitos dos cidadãos. Em síntese Chesnais (2001, p. 10) discute que “[...] o triunfo atual do mercado não poderia ser feito sem as intervenções políticas repetidas das instâncias políticas dos Estados capitalistas mais poderosos, os Estados Unidos assim como os outros países membros do G7”. Na lógica do capital, as vantagens de conceder direitos surgem somente quando é possível produzir benefícios monetários, ou de alguma forma, garantir a acumulação e reprodução do capital – sempre na lógica centro-periferia.

A transição do século XX para o XXI foi marcada por intensas transformações nos meios de comunicação, criando novas possibilidades de interação em tempo real. Essa nova realidade constituiu maior flexibilização as relações econômicas, o dinheiro passou a circular mais facilmente entre os países, tornando-se volátil. Os capitalistas passaram a obter lucros expressivos a partir de juros. O mercado financeiro tornou-se preponderante em termos planetário, se organizou sob a forma de grupos de empresas que buscavam constantemente firmar e manter oligopólios por toda parte do mundo.

No contexto de mundialização do capital, a partir dos anos 1980, a mineração e colocou-se como uma das principais atividades do sudeste paraense. Com a criação do Programa Grande Carajás – PGC, iniciou-se uma fase em que se instalou a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, empreendimento principal do PGC, cujas atividades de extração de cobre, níquel e ferro se desdobraram para os municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, acirrando as correntes migratórias.

A mineração soma-se à indústria madeireira e agropecuária, todas altamente subsidiadas por incentivos fiscais do Estado. O incremento da mineração no sudeste paraense, além do substancial aumento da densidade populacional, atrelou ainda mais a economia regional à global, com a participação de várias empresas transnacionais, as quais se ocuparam de produção primária para exportação Congilio & Ikeda (2014, p. 81). Esse fato marcou uma nova fase do capital da região, sua expansão demanda tanto terras quanto força de trabalho, a cisão entre terra e trabalhadores tornou-se o arranjo perfeito para o novo modo de produção recém estabelecido.

O atual momento histórico do desenvolvimento capitalista no sudeste paraense, estabeleceu condicionantes que suscitaram, pelo sistema jurídico moderno, um conjunto normativo laico através de um marco regulatório, baseado na igualdade e liberdade dos cidadãos. Entretanto, tudo isto está restrito a formas jurídicas abstratas, elencadas como vontade geral de um “Estado de direito”, que corresponde a uma característica jurídico-política do Estado moderno, onde se faz uso de representatividade parlamentar, liberdades políticas, sufrágio universal, soberania popular etc., para exercer o papel ideológico na defesa e legitimação dos interesses capitalistas, de modo a confundi-los com a própria estrutura e interesses do Estado (POULANTZAS, 1997, p. 119).

Uma das características da época atual é o ritmo do crescimento das populações da Terra e sua incessante expansão através de migrações de todo tipo. As migrações internas, resultado da fuga do campo para as cidades e centros industriais, têm mostrado seus efeitos. Na Alemanha, por exemplo, o êxodo rural chega a 30.000 agricultores anuais, com tendência de intensificação, uma vez que a agricultura converge para a mecanização e industrialização (DIAS, 1990). Deduz-se a partir do exemplo, que a modernização da agricultura encerra vários postos de trabalho. Os estudos que tratam de tal dinâmica são subsidiados por noções ideológicas, nas quais a história existe por si mesma, ou seja, é apresentada como causas e finalidades coletivas, que usam o indivíduo como instrumento para consolidar propósitos particulares em nome do interesse geral, de fato:

É assim, por exemplo, que a ideologia burguesa tende a explicar a história através da ideia de progresso. Como a burguesia se vê a si mesma como uma força progressista, porque usa as técnicas e as ciências para um aumento total do controle sobre a Natureza e a sociedade, considera que todo o real se explica em termos de progresso. O historiador-ideólogo constrói a ideia de progresso histórico concebendo-o como a realização, no tempo, de algo que já existia antes de forma embrionária e que se desenvolve até alcançar seu ponto final necessário. Visto que a finalidade do processo já está dada (isto é, já se sabe de antemão qual vai ser o futuro), e visto que o progresso é uma “lei” da história, esta irá alcançar necessariamente o fim conhecido (CHAUI, 1997, p. 33).

O ato de “explicar a história” implica também em legitimar as ações burguesas, seja através do viés ideológico ou através de uma cultura condicionada pelo capital. Em termos científicos, algumas categorias são criadas para situar o objeto de pesquisa da forma mais clara possível. Nos estudos sobre a realidade amazônica, a terminologia mais utilizada pelos pesquisadores contemporâneos é “fronteira”, assim como “cultura”, é uma palavra polissêmica, com variações de significado ao longo do tempo, “fronteira” também é um termo de muitos sentidos. Segundo o dicionário (AULETE, 2011, p. 684) pode representar “linha divisória entre

territórios e países”, como também “separação” entre grupos sociais. A mesma obra referencia “**agrícola**”, (grifo do autor) para explicar “limite da área territorial explorada com agricultura” e também “**linguística**”, (grifo do autor) procurando esclarecer “limite territorial entre dois sistemas linguísticos”, por fim, “**viva**”, da História, termo que designa fronteira ainda em formação (portanto sujeito a mudanças) – em função de conflitos territoriais ainda em evolução, fixação de populações e culturas etc.

Contudo, ao se relaciona o termo “fronteira” com “globalização” fica evidente que essas definições situam as transformações territoriais em um cenário da economia no âmbito da financeirização, ou seja, da mundialização do capital, uma vez que:

Esses termos, portanto, não são neutros. Eles invadiram o discurso político e econômico cotidiano, com tanto maior facilidade pelo fato de serem termos cheios de conotações (e por isso utilizados, de forma consciente, para manipular o imaginário social e pesar nos debates políticos) e, ao mesmo tempo, vagos (CHESNAIS, 1996, p. 24).

“Fronteira” e “globalização” são termos que agradam os agentes do mercado, pois podem ser utilizados para apresentar a lógica capitalista como “um processo benéfico (e necessário)”<sup>10</sup>, embora, a submissão a economia mundanizada exija de seus participantes, extremas liberalização e desregulamentação, as quais as nações precisam se “adaptar”.

Por seu turno, o conceito de “fronteira” compõe um todo social baseado na alteridade e em estado de conflito, reflete as análises feitas sobre a Amazônia por muitos pesquisadores agraristas. E assim, “frente pioneira”, termo da Geografia, implica uma socioespacialidade heterogênea de lógica capitalista que deixa opaca os povos tradicionais e destaca atores sociais que induzem à forte modernização. Isso leva a formulação de novas concepções de vida, culminando com a mudança social.

Por outro lado, “frente de expansão”, terminologia da Antropologia, sugere a presença de populações residentes e imigrantes agindo de forma espontânea sobre a região – prevalece o lado humano, o econômico, que inicialmente tem papel secundário, depois, torna-se preponderante, segundo várias análises sobre a região. Para Martins (1997, p. 29), “Já a concepção de frente pioneira desaparece aos poucos, diluída na de frente de expansão, à medida, sobretudo, que a frente de expansão passa a ser entendida, predominantemente, como uma **frente econômica**” (grifo nosso).

---

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 25.

A análise torna-se controversa ao afirmar que a “frente pioneira” dilui-se na “frente de expansão” – o estudo da questão da posse e uso da terra indica o contrário, uma vez que a modernização dos empreendimentos capitalistas “naturaliza” o trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que atrai imigrantes para as cidades. Assim, à medida que encolhe a área dos pequenos proprietários rurais faz avançar a “frente pioneira”. Não é necessário, portanto, incluir uma terceira terminologia, ou seja, “frente econômica”. Aliás, para se sugerir expansão populacional, é necessário ter em conta, que as correntes populacionais migrantes partem de dado “destino”, onde podem ter convivido com a lógica capitalista, e por vezes, o deslocamento é exatamente uma fuga dos efeitos do capital.

A chegada da modernização ou da “integração” desocupa força de trabalho, enquanto que, por exemplo, no sudeste paraense muitos atos religiosos são formas culturais de representar a identificação com a terra, legitimando o direito de ocupá-la para garantir a sobrevivência. Uma eficaz análise pelo gênero “fronteira” deveria considerar estes aspectos. Igualmente, é imperativo a constante inclusão de novas categorias nas análises, as quais se tornam fractais. Embora tendo o capitalismo como forma-base, visto que permanecem aludindo às categorias econômicas (camponês, empresário, peão, fazendeiro), deixam opacos os mercadores, os tropeiros, os caçadores, os pescadores, os indígenas, os quilombolas, os mestres da carpintaria naval, agentes públicos, militares, etc.

Os estudos ficam eivados de contradições, posto que a seguir, constata-se que, “A frente de expansão tornou-se, no fundo, o mundo residual da expansão capitalista, o que está além do território cujas terras podem ser apropriadas lucrativamente pelo capital (MARTINS, 1997, p. 48)”. E assim, fica evidente a confusão analítica sobre qual “frente” realmente existe, suplanta ou é suprimida na categoria “fronteira”. Para ambas existirem, requer-se uma “racionalidade” do capital, restrita a mera ação empreendedora individual.

Chesnais (2001, p. 14) lembra que “[...] a mundialização do capital não apaga a existência dos Estados nacionais, nem as relações políticas de dominação e de dependência entre estes. Ela acentuou, ao contrário, os fatores de hierarquização entre países”. Desse modo, não se deve menosprezar as ações do Estado com a sua injeção de subsídios, que permitem aos agentes econômicos investirem o dinheiro oriundo de empréstimos governamentais que, em si mesmo, já garantem uma boa margem de lucros para as empresas. Deixam de aludir às obras públicas de infraestruturas executadas para esse fim e desprezam o mercado interno, incluindo outros agentes econômicos como o próprio Estado – a “fronteira” no caso da Amazônia seria, antes de tudo, a “fronteira do Estado” visto que este age com grande força da dinâmica agrária

regional. Talvez seja esse o “defeito” dessa análise: abandonar uma possível existência da “renda da terra”, ainda que feita de modo artificial, subsidiada com dinheiro público e de base extensiva, ou seja, procurando produzir mais com menos recursos, como é o caso do extrativismo e da tradicional pecuária araguaia-tocantina, nesse sentido:

Hoje, Marabá é o centro econômico e administrativo de uma vasta região da "fronteira agrícola amazônica", a cidade tem um dos crescimentos econômicos mais expressivos do país. A pecuária com base na criação de gado bovino, é uma atividade de grande importância para o município, além de assegurar uma das formas de subsistência da população, proporciona o desenvolvimento regional e local, pela criação em grande escala, sendo comercializado nas diversas regiões brasileiras, e também no exterior. O rebanho local é destaque pela sua qualidade superior, sendo um dos mais expressivos rebanhos bovinos do Estado, resultado advindo do uso de tecnologia de ponta na seleção e fertilização. Possui também rebanhos de suínos, equinos, ovinos e aves (BRASIL, 2011).

A descrição do setor primário do município de Marabá demonstra a grande força da pecuária na região, atividade desenvolvida em pequenas, grandes e médias propriedades que com o uso de tecnologia, promovem forte articulação com o mercado global. Entretanto, está opaca a degradação ambiental oriunda desse modelo expansionista, fatores como o desflorestamento, alterações no microclima com elevação da temperatura e crise hídrica como o afinamento dos rios Araguaia, Tocantins, Itacaiúnas etc.

Para o sudeste paraense, o conceito de “fronteira” é utilizado para explicar os processos de colonização no contexto econômico global, possibilitando compreender a sociedade brasileira sob expansão do capitalismo, onde a Amazônia é colocada para mitigar as tensões sociais de áreas muito populosas, tornando-se lugar para aplicar a mais-valia industrial do Centro-Sul, Hébette (2004a).

De acordo com Hébette (2004<sup>a</sup>, p. 76), “a fronteira se expande e evolui por fases, como reflexo da evolução do sistema no seu conjunto e, em particular, do seu polo (ou de seu duplo polo: interno e externo) quer dizer, do capital”. Nesse sentido, “fronteira” significa mudança de formas de produção, ou seja, de base meramente econômica. É colocada como processo no qual ocorre, inevitavelmente, a superação da “frente de expansão” para a “frente pioneira”. A ação do Estado se apresenta como aparato político e ideológico da “fronteira,” buscando articular a frente de expansão e a frente pioneira.

Entretanto, onde estão esses atores “pioneiros” e os da “expansão”? É possível distingui-los a partir de uma polarização objetivamente delineada? Essa polarização é rigidamente definida de forma socioeconômica, política e ideológica? A relação entre fronteira e

colonização suscita dúvidas quanto a esses aspectos, pois existem fronteiras econômicas, culturais, políticas etc. Nesse sentido, o próprio Martins (1996) adverte

Não há, à primeira vista, nessas concepções de frente de expansão e de frente pioneira, a intenção de supor uma realidade específica e substantiva. Por isso mesmo, não são propriamente conceitos, mas, apenas designações através das quais os pesquisadores na verdade reconhecem que estão em face dos diferentes modos como os civilizados se expandem territorialmente (MARTINS, 1996, p. 28).

Supor uma situação de “fronteira” tal como a aludida, significa condicionar a mudança social às relações de conflitos sociais e étnicos, premissa difícil de sustentar em um mundo onde as transformações nos valores, na ciência e na tecnologia não conseguiram suplantar tais conflitos em nenhum lugar, antes acirrá-los em certos aspectos. Desse modo, o sudeste paraense não se constituiria exceção, pois além das mudanças sociais ocorridas por vários fatores, a heterogeneidade sócio-histórica do sudeste paraense carrega ainda muitas formas de sociabilidade anticapitalistas, como por exemplo, o patrimonialismo, cooperativismo, associativismo e principalmente uma agricultura camponesa.

O adensamento demográfico e da inclusão de novas atividades econômicas ocorridas no final do século XX, introduziram novos sujeitos socioeconômicos, originários do Centro-Sul do Brasil na região, acirrando as contradições entre os distintos grupos e interesses (DA SILVA, 2010). Entretanto, para não se falar em “fronteira”, constata-se que a Amazônia nunca foi um “vazio” demográfico, tampouco, o Araguaia-Tocantins. Desde tempos remotos, existiram povos que habitaram a região. No período colonial os bandeirantes exploravam estas áreas, seja por veredas, seja por rios.

Os rios Tocantins, Araguaia e Itacaiúnas exerceram excepcional importância para que, desde muito cedo, ocorresse uma relativa integração. Através deles, a Coroa Portuguesa estabeleceu fortins militares de vigilância territorial. O que houve de fato foi a superação de modos de produção, que historicamente coexistiram com a resiliente agricultura camponesa a qual convive atualmente com o modelo econômico “agrominerárioenergético” regional.

A partir da dimensão econômica, o Araguaia-Tocantins sempre desenvolveu atividades ligadas à produção primária, mas diversificada, assim como o resto do Brasil, o país que procura adaptar-se à mundialização do capital, promovendo a liberalização e a desregulamentação. Desta feita, não há que se falar em desintegração econômica, a menos que se queira negar a importância das atividades produtivas locais e suas conexões com o global, sobre os trabalhos que tem a “fronteira” como perspectiva, entende-se que:

Esses textos permitem dizer em favor de quais forças do mundo industrial a adaptação deve se dar. O ponto fraco desses trabalhos é silenciar sobre a globalização financeira e, quase sem exceção, não estabelecer a ligação entre esta e as outras dimensões que são mais claramente identificadas e mais bem estudadas. O que têm de interessante é precisar, com um grau de clareza ausente na maioria dos estudos publicados por outras organizações, que os traços característicos da mundialização estão não tanto ao nível do comércio internacional, quanto ao nível das empresas, portanto do capital (CHESNAIS, 1996, p. 26).

Os trabalhos realizados na perspectiva da “fronteira” discutem com relativa atenção os efeitos do modo de produção capitalista, entretanto, tendem a desprezar os efeitos da mundialização do capital. Ignoram os efeitos da constante racionalização capitalista, desconsideram as disparidades tecnológicas, as quais acirram desigualdades de todo tipo entre as nações. E por fim, abandonam as consequências da total liberdade do capital, que a partir da desregulamentação e da modernização dos processos produtivos, promovem a precarização das relações de trabalho, intensificando cada vez mais as desigualdades entre países e classes sociais.

As consequências da mundialização do capital são devastadoras para as economias locais. O desemprego estrutural e a crise fiscal<sup>11</sup> do Estado tornam-se um dos principais problemas. Neste aspecto, a diversificação de atividades produtivas camponesas é uma prática importante em vários aspectos, em âmbito econômico, realiza-se a segurança alimentar das famílias. Em termos ambientais mitiga a simplificação dos ecossistemas, permitindo rápida regeneração do meio ambiente natural.

O Brasil passou por vários processos, visando à adaptação a mundialização do capital. Do ponto de vista político, desde o período pré-colonial existiam demandas sobre o território.

A partir de 1960, o governo militar empreende poderosa malha tecnopolítica na região através da implantação de grandes projetos, pelo que foram construídas a Estrada de Ferro Carajás – EFC (com 892 km de extensão), que liga o município de Parauapebas (PA) ao Porto de Itaqui, em São Luís do Maranhão. Além disso, construiu-se a Rodovia Transamazônica – BR 230, com 4.223 km de comprimento, ligando a cidade de Cabelo, na Paraíba à Lábrea, no Amazonas (BRASIL, 2008).

A implementação dos “grandes projetos” na Amazônia, introduziu uma nova lógica de uso do território, promovendo disputas pela posse e uso da terra, gerando novas e hostis relações

---

<sup>11</sup> Chesnais (1996, p. 236) explica que “[...] essa crise fiscal é resultado da queda das receitas fiscais, devido á recessão, mas também da diminuição da taxação sobre o capital, em função da globalização financeira. Soma-se a isso a diminuição das possibilidades de os Estados tomarem empréstimos, sem que seja “colocado em dúvida” o valor da moeda nacional aos olhos dos mercados financeiros o que iria desencadear ataques contra essa moeda nos mercados de câmbio”.

sociais. Os interesses camponeses opõem-se as demandas do capital, deflagrando inevitáveis confrontos. Assassinatos de ambientalistas e lideranças camponesas passam a fazer parte do cotidiano araguaia-tocantino – permanecem ainda, estabelecidos incessantes conflitos agrários.

Os projetos empreendidos resultaram em sérios prejuízos para as comunidades locais: as reservas indígenas, por exemplo, povos como os *gaviões kyikatêjê* e os *parakanã* sofreram um insulamento que separaram suas terras do rio Tocantins. Além disso, as respectivas reservas indígenas são cortadas por rodovias federais, a Terra Indígena Mãe Maria (com nome cristão que conota assimilação cultural) padece com linhas de transmissão de eletricidade e com o traçado da Estrada de Ferro Carajás. Nas palavras de Hébette (1991, p. 16), “[...] não se trata de *introduzir* nada na vida dessas populações, mas de *tirar-lhes* o que têm de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política” (grifos do autor).

A relação entre a terra e o rio foi claramente modificada, ambos foram colocados a serviços de outros interesses e modos de vida, através da exclusão dos povos autóctones milenares, então:

Os sujeitos envolvidos nas diferentes frentes de ocupação adotaram estratégias concorrentes de (re)fundação do território. Um primeiro momento foi quando os “pioneiros” construíram os indígenas como o *Outro*, mas não na perspectiva do reconhecimento sociopolítico e cultural, e sim na tentativa de “eliminá-los”, “apagá-los”, enfim, destituí-los de suas territorialidades (DA SILVA, 2009, p. 2).

As estratégias de exclusão empreendidas contra as populações autóctones, através de um tipo precário de proteção, assinalam a clara intenção de se apossar da terra e do rio, estes antes até então, de uso coletivo, passam para o domínio privado de caráter capitalista. Os aspectos culturais talvez tenham sido os que mais sofreram transformações, dada a grande variedade de línguas regionais existentes, modos de vida peculiares, bem como, os confrontos entre as múltiplas formas de organizações sociais e políticas que o Estado ocidental tenta negar através da implementação de valores universalizantes. Nesse sentido:

Dentro de uma comunidade rural a que pertenciam existia uma disciplina e um conjunto de normas associadas a um conjunto de valores que serviam a todos de elemento orientador dentro da vida social. Quando um homem perde esse apoio, necessita de o substituir pelas normas mais gerais e pelos valores da cultura em que se procura integrar, o que não se pode fazer sem um ensino direto organizado. (DIAS, 1990, p. 266).

Os planos, projetos e políticas públicas do Governo Federal sustentam preconceitos quanto à cultura do homem da região, segundo Loureiro (2000, p.114), “índios e caboclos viveriam em terras excessivamente vastas e as ocupariam em atividades pouco rentáveis para o Estado e de forma incompatível com a economia e a sociedade modernas”. A autora assinala o fato de índios, quilombolas e caboclos figurarem nos planos governamentais como sujeitos “portadores” de uma cultura pobre, primitiva, tribal, no caso, “inferior”.

As ações governamentais fomentam ideologias, representações sociais e sistemas produtivos que visam à padronização do ser humano, no sentido de produzir massas administráveis, isto é, trabalhadores bem adaptados ao modo de produção capitalista. A ordem dominante precisa adotar para si mesma, critérios extremamente distintos dos empregados com os que devem permanecer subalternos.

Compreende-se que para não se falar mais em fronteira, é preciso levar em conta a ideia de que o Tocantins-Araguaia já está integrado à economia global, exercendo fortes influências políticas no âmbito regional e nacional, pois:

Historicamente, a expansão internacional deu-se sobretudo através do comércio exterior e sucessivamente, nos anos 80, por um desenvolvimento considerável do investimento direto internacional e da colaboração interempresas. O que há de novo é que as empresas recorreram a novas combinações entre os investimentos internacionais, o comércio e a cooperação internacional interempresas coligadas, para assegurar sua expansão internacional e racionalizar suas operações. As estratégias internacionais do passado, baseadas nas exportações, ou as estratégias multidomésticas, assentadas na produção e venda no exterior, dão lugar a novas estratégias, que combinam uma série de atividades transfronteiras: exportações e suprimentos externos, investimentos estrangeiros e alianças internacionais. As empresas que adotam essas estratégias podem tirar proveito de um alto grau de coordenação, da diversificação de operações e de sua implantação local (CHESNAIS, 1996, p. 27).

As consequências de tal compreensão não deixam de lado a dizimação ecológica nem a miséria de contingentes populacionais, elementos bastante significativos para o entendimento da dinâmica regional. Os avanços das “fronteiras” sobre outras “fronteiras” criam o conflito, uma vez que os diferentes se encontram. A cultura ou a ideia de Estado são utilizadas como uma espécie de utopia prematura que retira a luta do imaginário popular para que ela não venha ocorrer na dimensão política (Eagleton, 2009). O Estado no modo de produção capitalista - M.P.C, caracteriza-se por esse fracionamento ou desarticulação entre as relações sociais produtivas e as políticas e ideológicas, nesses termos

Ora se, para começar, examinarmos a luta econômica de classe, *as relações sociais econômicas* do M. P. C., constatamos uma característica *fundamental e original* que,

doravante, passarei a definir como “*efeito de isolamento*”. Consiste ela no fato de que as *estruturas jurídicas e ideológicas*, as quais, determinadas em última instância pela estrutura do processo do trabalho, instauram, ao nível os agentes de produção distribuídos em classes sociais, na qualidade de “sujeitos” jurídicos e ideológicos, têm como *efeito*, sobre a luta econômica de classe, a ocultação, de forma particular, aos agentes, das suas relações enquanto relações de classe. As relações sociais econômicas são efetivamente *vividas* pelos suportes através de um fracionamento e uma atomização específicos. (POULANTZAS, 1977, p.126).

A luta política exige maior organização, nela se experimenta a consciência de classe, advindo de informações suprimidas através do processo de desarticulação do econômico, com o cultural, o político e o ideológico, sendo que essa atomização impõe, de acordo com Poulantzas (1977, p. 126), “a concorrência entre os operários assalariados e entre os capitalistas proprietários privados”. Nesses termos, a organização e luta política influenciam na esfera econômica, promovendo a individualização dos agentes sociais – capitalismo concorrencial.

A sociedade local composta, fundamentalmente, através de processos de imigração mantém com a sociedade nacional relações de oposição históricas e estruturalmente demonstráveis; para Chartier (1991, p.183), “a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição”. Não se trata simplesmente das relações entre entidades contrárias, diferentes ou exóticas uma em relação a outras; mas contraditórias, em que a existência de uma nega a outra. As sociedades em oposição possuem dinâmicas específicas e suas próprias contradições, estando dialeticamente unificadas através de interesses opostos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972).

Apesar do fato da cadeia produtiva do Araguaia-Tocantins ser facilmente constatável como altamente diversa, os pesquisadores aludem uma ruralidade com tendências à pecuarização, fator diretamente relacionado com a interação do local com o global, no processo de mundialização do capital, pois, percebe-se que:

o contexto de pecuarização em que se encontram os agricultores no assentamento, cercados por fazendas de gado de corte é também um fator que influencia a decisão dos agricultores por investirem na pecuária, o que ratifica a tendência da localidade e da região para a especialização nesta atividade (MASTOP-LIMA & BELTRÃO, 2015, p. 81).

A pecuarização, entretanto, não ocorre de maneira tão atomizada, mas engendram algumas relações complexas, como a diminuição da força de trabalho das famílias rurais, a consolidação do mercado do gado *vacun*, tanto na esfera local quanto na global com abundância

de pastagens já formadas e a falta de infraestruturas de transporte adequadas que viabilizem a produção agrícola de produtos perecíveis. Destaca-se ainda, uma série de conflitos trabalhistas, envolvendo forte processo de proletarização e resistências, fato constatado na narrativa de um agricultor residente no PA Grande Vitória, que deixou de produzir leite em razão da complexidade para adquirir força de trabalho

Porque dá trabalho demais mexer com gente. O último (trabalhador) que eu tinha aqui, quando eu tinha um gado. Um dia eu cheguei aqui, o cara falou, " - Estou indo embora!". E falei: "- Perfeitamente, você espera eu arrumar alguém!". Mas ele disse: "- Então, estou indo hoje! ". Eu disse: "- E o gado?" ele falou: " - O gado é seu, ora, o problema seu!". Então fui lá e vendi para um amigo que estava interessado, Então decidi que com leite eu não trabalharia mais. (LUCAS, 64 ANOS, entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016).

As atividades produtivas que requerem mais força de trabalho ficam inviáveis às famílias muito pequenas, em razão disso, os camponeses procuram adotar a pecuária de corte. Ao mesmo tempo buscam diversificar a produção em um esforço para manter-se na terra. O conceito de “policultura-pecuária” serve para explicar as estratégias de vida camponesa.

O sistema tradicional de produção camponês, denominado de **policultura-pecuária** e **considerado uma sábia combinação entre diferentes técnicas** (grifos do autor), foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até atingir um equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal (WANDERLEY, 1996, p. 3).

A cultura produtiva camponesa termina por ser produto de um exercício em que se busca aperfeiçoar a diversidade, com a introdução de novas culturas, chega a um aproveitamento integral da área, o que se articula com um refinamento da relação entre as culturas agrícolas e as atividades pecuárias efetuadas no estabelecimento. O homem rural busca integrar diversas atividades em único um sistema, utilizando ao máximo os subprodutos de cada produção para as outras. Pela diversidade de produtos cria uma segurança contra as intempéries e as incertezas das colheitas. Ao mesmo tempo, trata-se de uma categoria social em que a sobrevivência das famílias, funda-se em estratégias produtivas bastante eficientes no que tange a apropriação de uma área através de um modo de vida, o que suscita a utilização dos recursos naturais sazonais – vai-se à natureza e serve-se dela, um tipo diferente de posse – propriedade aberta ou coletiva, a que considera as necessidades do “outro”. Uma forma de posse agrária em que os atores tem como principal entendimento a ideia de que os seus semelhantes também precisam sobreviver.

Muitas vezes, a existências dos grandes rios criam a possibilidade de não ser necessariamente, proprietário de terras, mas se sobrevive, razoavelmente, a partir de práticas nas quais se combinam várias atividades em que a composição da renda familiar é heterogênea.

Embora exista um paradigma global, promovendo a simplificação dos sistemas produtivos do sudeste paraense, contrapõe-se a ele o modelo local, onde nos assentamentos rurais, e assim afirmam Mastop-Lima & Beltrão (2015, p. 67), “os agricultores do PA Belo Horizonte buscavam parcerias nas universidades e em outras instituições de pesquisa e extensão para a retomada da diversificação em seus sistemas produtivos”, Constatação que conota o desejo das famílias rurais de permanecerem no campo.

Hébette (2004) ao tratar da questão, aponta a mobilidade, o conflito, a plasticidade e a violência como elementos constituintes da ruralidade regional. Entende-a como plástica e em evolução. Destaca a grande mobilidade espacial dos produtores, movimentos contínuos de concentração e desconcentração da terra, com rápido revezamento de propriedades entre as famílias. Agricultores mais abastados tendem a adquirir mais terras. Famílias mais pobres, às vezes, são obrigadas a abandonar os lotes ou vendê-los a agricultores em melhor condição, a fazendeiros ou a comerciantes. Ocorre também, a divisão do lote entre familiares, o que muitas vezes, determina o meio rural – os parentes se ajudam, fundam localidades, algumas famílias concentram prestígio, poder e influência social. O parentesco é fator que viabiliza a permanência na terra, condiciona a dispersão do patrimônio, a mobilidade etc. Desse modo:

para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc. (WANDERLEY, 1996, p. 4).

A cultura camponesa apresenta características únicas, no que diz respeito à produção material e a elaboração e transmissão de saberes, por produzir e assimilar conhecimentos cuja lógica dirigem a essência para a vida, não para o mercado. Talvez isso, custe a esses agentes o desprezo governamental, demonstrado pela indiferença das políticas públicas para a categoria.

Apesar da limitação dos pequenos agentes sociais do campo, é perceptível que, mantendo uma organização mínima em federações, sindicatos, associações e cooperativas, esta categoria social tenha conseguido a implementação de políticas públicas favoráveis em alguns aspectos. Mas também, é constatável que os “[...] trabalhadores lutam e as elites políticas

ajustam suas reivindicações na lógica dominante, a do processo do capital, tentando atenuar versões mais radicais de expropriação e exploração” (HÉBETTE, 1991, p. 21 ).

A luta política entre as classes sociais brasileiras levaram a criação de dois “ministérios de agricultura”, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. O primeiro concentra as demandas da agricultura camponesa, enquanto o segundo atende as estâncias de alta capitalização agrícola.

À medida que o Estado torna-se mais presente, fato que ocorre com a expansão do capital, essas comunidades sofrem drásticas mudanças na cultura, que não são dimensionadas para aspectos da vida política e social, mas sim, para vieses alienantes. Elas passam a abandonar as práticas tradicionais, assimilando tecnologias que muitas vezes, são prejudiciais ao meio ambiente, aos cultivos e até mesmo criam modos de vida dependentes de elementos externos.

Com a modernização do campo, os trabalhadores rurais passam a ter a figura de Estado, administrando de forma direta suas ações, através da implementação de uma maquinaria de controle burocrático multidimensional. Como afirma Chartier (1991, p.183), “a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma”. A vida passa a ser administrada por elementos externos ao cotidiano agrário.

Torna-se um desafio aos camponeses, caboclos, quilombolas e indígenas desfazerem-se de suas cosmovisões locais, para aderir a um modelo externo que implica na transformação cultural a qual exige, em muitos casos, a negação de valores tradicionais sólidos, promovendo a negação de si em favor de uma política e ideologia de um Estado que dilui o indivíduo a partir da noção universalizante de cidadão. Estabelece-se, assim, o conflito também multidimensional, visto que não inclui apenas as questões econômicas como a posse dos bens naturais, mas, a ameaça a um modo de vida com valores, costumes e representações sociais específicas. Nega-se com isso, o sujeito para afirmar o capital – acirram-se conflitos em torno da posse da terra e da existência social. A vida se monetariza, diluindo as relações de cooperação, ajuda mútua e solidariedade entre os agricultores, o que cria tipos diferentes de necessidades, uma vez que a lógica comunal é subvertida.

As necessidades de cada grupo social fazem com que, diferentes nações tenham concepções diferentes de educação, isso é verdadeiro também para a cultura (BRANDÃO, 2007).

A população rural esboça estratégias a partir de contextos específicos, levando em consideração o tamanho da família e a necessidade de cada membro. Fatores como recursos disponíveis, idade, sexo, capacidade e afinidade com o trabalho, sonhos e perspectivas futuras, são importantíssimos para a organização dessa ruralidade. Nesse sentido, Wanderley (1996, p. 12) afirma que “uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um “território” familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores”.

A perspectiva da posse e uso da terra, nesse sentido, não se restringe a mera reprodução social, mas transcende para uma existência individual e coletiva plena; e significativa. Enfim, constata-se que a vida do trabalhador rural no sudeste do Pará, carrega uma lógica de existência distribuída entre a existência social, a empreitada econômica e a luta política, fatores que contribuem mutuamente para a formação dos seus valores socioculturais. As transformações que se dão a partir da luta camponesa contra os grandes projetos são analisadas no capítulo a seguir.

#### 4. IMPACTOS DOS GRANDES PROJETOS NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS TAUIRI, APINAJÉS E NO ASSENTAMENTO RURAL GRANDE VITÓRIA.

Ao se referir ao Alto Tocantins, Moura (1989, p. 262), no ano de 1896, descreveu o Tauiri, palavra indígena que significaria “lugar das pedras”, como uma área cheia de ilhas situadas à margem esquerda que abrange mais de trinta quilômetros do rio Tocantins com uma forte correnteza que torna quase impossível a travessia por canoas (MOURA, 1989 p.277). Este espaço apresentava cerca de nove moradias no trecho denominado “boca” do Tauiri. Foi o local onde as pessoas plantaram grandes roças e havia uma interação dessa comunidade com os índios Gaviões que residiam à margem direita do rio Tocantins no “Rebojo do Lorenção”. A população é descrita como pescadores, lavradores, caçadores e coletores de castanha.

A atual situação da comunidade Tauiri atribui conotações proféticas às palavras proclamadas por Ignácio Batista de Moura, quando por ocasião de uma visita ao Burgo do *Itacayuna*, Moura (1989, p. 287) afirma que “o progresso, meus pobres amigos, tem uma lei inexorável a qual pisa o mundo, ora com a pata de ferro de uma locomotiva ora com estilete fino do fio telegráfico”. Tal enunciado fazia referência ao destino da etnia Gavião já no fim do século XIX. Uma postura que contrasta duas formas sociais de vida, uma delas onde não se tem o direito de ficar parado, uma vez que a luta pela existência convoca tanto vítimas quanto algozes a enfrentar o destino.

A colocação de um progresso “inevitável” de caráter ideológico positivista aponta para um desenvolvimento supranatural, em que, sacrifícios seriam sempre “necessários”. Para o progresso de poucos é necessário que “todos” trabalhem, embora na realidade, os poucos que desfrutam do trabalho a maioria nunca se satisfazem de dinheiro e poder. Desse modo:

Uma vez que as sociedades em questão são elas próprias internamente divididas, as ideologias mais importantes devem definir suas respectivas posições, de um lado, como totalizadoras em suas explicações e, de outro, como *alternativas* estratégicas umas às outras. Assim, as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária através da qual as principais classes da sociedade se relacionam e até, de certa forma, se confrontam abertamente, articulando sua visão da ordem social correta e apropriada como um todo abrangente (MÉSZAROS, 1996, p. 23).

Na história do Araguaia-Tocantins os aspectos ideológicos nem sempre foram ocultados ou as reais intenções disfarçadas. De forma direta e a partir da descoberta dos povos autóctones pelos colonizadores, o agente do Estado revela de imediato suas intenções, “ah, pobres Gaviões, no dia em que o progresso tiver necessidade de vós ou de vossas terras, iremos ao coração da

vossa pátria, pedir-vos a rendição ou a morte, e dar-vos a enxada ou a sepultura (MOURA, 1989, p. 287).

Em oposição ao “progresso” está o estilo de vida do tauriense, em que as mudanças ocorrem lentamente, sendo ditadas por uma dinâmica mais natural. O Tauri possui aproximadamente 119 anos. Os moradores concebem este povoado como uma vila de pescadores. Parte da população traz na memória social lembranças dos vários ciclos econômicos vividos pelo Araguaia-Tocantins. Nesse sentido, mencionam o período do marisco (caças de peles), do garimpo de diamantes, o período do caúcho (*Castilla ulei*), o corte de castanha do Pará (*Bertholletia excelsa H.B.K*) e recentemente, o evento que causa a maior repulsa nos taurienses – a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que segundo eles, converteu a população local em “expropriados”, título pelo qual se reconhecem de modo naturalizado.

Durante muito tempo, a comunidade foi bastante movimentada, pois o tráfego na região ocorria fluvialmente pelo rio Tocantins. Mas, a partir da fase inicial dos grandes projetos na Amazônia, ocorreram à abertura das rodovias PA-150, PA-70 e BR-230. Essas obras deslocaram o fluxo logístico e de pessoas uma vez que viabilizaram a fixação de muitas famílias ao longo dessas estradas, assim:

A abertura dessas rodovias significou uma ligação nacional direta, sem tantas intermediações como no caso anterior da ligação fluvial por Imperatriz. Uma diferença significativa foi que o processo de ocupação a partir desse momento não se deu exclusivamente pelos pequenos lavradores. A região foi ocupada por 3 estratos distintos: (I) os lavradores da frente maranhense; (II) os médios fazendeiros conhecidos como “baianos”; (III) os grandes fazendeiros de fora e também de Marabá, apoiados com crédito da SUDAM. Os médios e grandes fazendeiros tinham muito mais facilidade de legalizar as terras ocupadas, impulsionando a frente maranhense para se adentrar cada vez mais para o interior (MICHELOTTI, 2008, p. 5).

O Araguaia-Tocantins viveu um intenso fluxo migratório, obtendo uma população bastante heterogênea, vindo frequentemente, pessoas de todos os cantos do país. O Tauri atual possui aproximadamente 1000 habitantes que residem na vila, à margem esquerda do Tocantins. Esse aglomerado populacional é pouco urbanizado, padecendo de relativo isolamento, uma vez que as estradas de acesso são precárias e também, não conta com serviços de telefonia. As demais infraestruturas de uso coletivo são campos de futebol, igrejas e um barracão onde realizam as reuniões comunitárias. O lugar possui casas simples características dessas populações. São unidades habitacionais sem abastecimento de água potável e serviços de saúde,

mas conta com uma escola de ensino fundamental e com rede de energia elétrica, conforme se pode ver na figura a seguir:

**FIGURA 1** - Aspecto da Vila Santo Antoninho, região do Tauri (imagem obtida em 28/02/2016).



Fonte: Dados de campo (NEAM, 2016).

Trata-se de um local de grande visitação por banhistas no período da seca – do mês de junho até dezembro, atraídos pelas praias e balneários locais. A dinâmica territorial é complexa, já que se configura de pequenos, médios e grandes produtores rurais, os quais interagem a partir de sistemas produtivos diversificados como gado *vacun*, incipiente silvicultura empresarial e atividades sazonais onde a natureza, em certa medida, dita o ritmo das ações humanas, principalmente para os expropriados – figuras que se prendem mais ao modo de vida local do que às propriedades.

A subsistência de tal tipo de vida exige certos suportes, que os poderes públicos têm negado à comunidade durante toda a sua existência centenária. Ainda assim, subsistem, desenvolvendo as ações que dominam tradicionalmente e assimilando trabalhos alternativos que, de certo modo, os integram a um mercado de elementar lógica capitalista.

## 4.1 Terra e vida – o sentido tauiriense da posse agrária

Os membros da comunidade Tauiri compartilham da ideia que os grandes projetos implantados no Araguaia-Tocantins impactaram negativamente a região. As medidas mitigatórias não alcançaram as os locais atingidos. Os membros das comunidades camponesas foram obrigados a assimilar profissões em prejuízo das suas atividades costumeiras.

O significado da terra para essas populações demonstra uma forte integração com a natureza, a partir do aproveitamento diversificado dos bens naturais. A terra se apresenta como recurso fundamental de sobrevivência orgânica e ao mesmo tempo, coloca-se como elemento de uma constituição identitária específica – o ser e viver (da /e) para a terra. A terra como ente que se ergue das necessidades materiais, alcança uma esfera transcendental ao ter elementos incorporados aos rituais religiosos, para em seguida, retroceder ao plano material e compor a trama do tecido social a partir das suas múltiplas relações.

### 4.1.1 O Tauiri sob as sombras dos grandes projetos

A memória social dos residentes da comunidade Tauiri carrega vivências que revelam seu passado agitado pelos ciclos econômicos ocorridos no Araguaia-Tocantins, principalmente com a implantação do Programa Grande Carajás – PGC. A navegação pelo rio Tocantins praticamente desapareceu com a implantação de outros modais de transporte, como as rodovias e a Estrada de Ferro Carajás – EFC. Assim, deduz-se que, por muitos anos o rio Tocantins representou grande importância econômica como a principal via de integração da região à capital do Estado. A implantação dos grandes projetos pós 1970 deslocou o fluxo de pessoas e materiais para as malhas rodoviária e ferroviária, promovendo o isolamento da comunidade. A suposta “expansão da fronteira” causou efeito contrário, ou seja, segregou a comunidade Tauiri, pois:

Se antes da construção da estrada a navegação via Tocantins era a atividade mais importante para essas populações, com o seu advento o rio passa a ser visto, nesse sentido, como um empecilho. **O caminho que anda (grifos da autora)**, em vez de ser considerado elemento de ligação, passa a ser visto como um obstáculo a ser vencido. (OLIVEIRA, 2008, p. 164).

O descontentamento com as grandes obras executada pelo Estado é geral, a implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHT levou ao deslocamento compulsório da comunidade de 150 famílias para o município de Novo Repartimento, com interrupção abrupta de seu modo

de vida. Foram poucos os que conseguiram adaptação à nova vida longe do rio, retornando então à comunidade. Embora não possuíssem mais terras, estabeleceram-se na vila Tauiri, prosseguindo na luta para reavê-las, o que foi acontecendo aos poucos. Muitas dessas pessoas tiveram parte de suas terras indenizadas em função das inundações provocadas pela formação do reservatório da hidrelétrica, contudo, as áreas inundadas reduzem a cada ano, permitindo a prática constante de agricultura de “vazante” (várzea), com destaque para o cultivo de melancia (*Citrullus lanatus*).

Instigados à reflexão sobre os efeitos dos empreendimentos capitalistas ao longo do rio Tocantins e sobre a forma de como afetam a política de reforma agrária na região, a tolerância a este tipo de projeto sucumbe ante as características das populações residentes, uma vez que os impactos:

São grandes, principalmente quando se fala do ribeirinho e do pescador. Hoje para a gente dizer pescador-ribeirinho, há uma necessidade de uma mudança dele passar aí para a cidade, para a grande cidade ou até para uma reforma agrária, certo? Ele tem muita dificuldade, temos exemplos aqui, a vinte anos atrás no Tauiri, quando foi feita a hidrelétrica, mais ou menos há vinte e dois anos, né? O Estado desapropriou muito pescador, para muitos deles foram dadas um lote de terra, de dez a quinze alqueires com até vinte quilômetros de distância. Hoje são poucos que tem a terra lá, porque não se adaptaram. A questão dele é ribeirinho-pescador, então, gera um impacto. O outro impacto é que muitos deles tem ido para a cidade, onde enfrentam dificuldade para manter o próprio sustento, porque era uma profissão e deixou de ser, né? E hoje às vezes está no centro da cidade, esse é um dos impactos que se tem aqui em torno do Lago. E além disso tudo, essa hidrelétrica veio, mas os próprios investimentos não vieram para as partes mais afetadas. Hoje só se vê é Itupiranga ele (município) tem os *royalties*, mas se você perguntar, durante esse tempo todo, qual investimento que foi feito para a questão social ou qualquer coisa para um ribeirinho ou pescador, nós não temos, em um nada! (JORGE, 48 ANOS, entrevista concedida em 11 de janeiro de 2017).

Os resultados dos grandes projetos impactaram de maneira negativa a comunidade Taiuri, que assiste à zona urbana do município de Itupiranga usufruir das compensações de prejuízos sofridos especificamente por ela. A comunidade está alvoroçada com a pretensa ação governamental de implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, projeto que julgam trazer grande prejuízo à forma como pescam, pois, o canal modificará a dinâmica do rio, inviabilizando o uso das redes em muitos locais onde pescam. Entretanto, segundo Hébette (1991) existe também, a “resposta da vítima”, há uma interação sob a forma de resistência, ainda que o jogo de forças seja desigual, as populações camponesas apresentam suas demandas e lutam para garanti-las, o que leva inevitavelmente a conflitos em diferentes níveis, ou seja, tensões políticas, econômicas e socioculturais, constata-se que:

[...] a partir do momento em que essa interferência se dá, ela não se efetiva apenas através da coisa física, que é a barragem, o lago ou a rodovia. Os projetos se materializam em obras que se apresentam diante de indígenas e camponeses *através* de pessoas diferentes e de relações sociais novas” (grifo do autor) (HÉBETTE, 1991, p. 17).

Os moradores da vila Tauri destacam então que, “hidrovia nada vai deixar, não vai dar para colocar uma caceia, o Lorenção não é Marabá”. A denúncia é utilizada para expressar a decepção do pretense porto hidroviário e os *royalties* se destinarem ao município vizinho, enquanto que os impactos da obra serão maiores em Itupiranga.

O Tauri, embora resiliente, está cercado pela água e pelas fazendas, assistindo seus recursos escassearem diante da apatia dos governos para com ele. Nesse sentido, percebe-se o poder do Estado agindo de forma violenta através da expropriação das terras, e pelo dilaceramento da memória social tal qual descreve Chauí (1997)

O vencedor ou poderoso é transformado em único sujeito da história não só porque impediu que houvesse a história dos vencidos (ao serem derrotados, os vencidos perderam o “direito” à história), mas simplesmente porque sua ação histórica consiste em eliminar fisicamente os vencidos ou, então, se precisa do trabalho deles, elimina sua memória, fazendo com que se lembrem apenas dos feitos dos vencedores (CHAUÍ, 1997, p. 47).

A comunidade Tauri está mais uma vez exposta à expropriação dos seus direitos, convive diuturnamente com a possibilidade de assistirem seus recursos se debandarem para outro município, ou seja, sem direito a história própria. São recursos importantíssimos, pois como a comunidade não dispõe de infraestruturas para os pescadores, como uma geleira, por exemplo, a subtração dessas compensações comprometerão seriamente suas atividades produtivas. Reclamam também da falta de seriedade dos representantes políticos, assim, assinalam que os *royalties* que as prefeituras da região recebem foram direitos conseguidos pelas lutas dos “expropriados”. Nesse sentido, a expropriação através da luta política, extrapola a posse agrária e a pesca, alcançando outros direitos básicos, como o direito de produzir.

Os *royalties* são utilizados pela prefeitura para fins diversos no município, não sendo direcionados para as populações afetadas, fato que incomoda os pescadores a ponto de demandarem uma destinação específica do recurso para as necessidades do setor pesqueiro, assim, Jorge (de 48 anos em entrevista concedida em 11 de janeiro de 2017) informa “inclusive temos pedido que passe a ter um percentual para o setor mais afetado, que é o ribeirinho, o pescador. Estamos brigando também para que, quando vier a execução do derrocamento e da hidrovia, os pescadores e ribeirinhos obtenham os benefícios”. Organizados na associação de

pescadores, essa categoria promove as lutas sociais, fazendo o embate político com vistas a alcançar seus direitos. A história do Tauiri mostra o quanto os chamados “grandes projetos” prejudicam a comunidade que dependem substancialmente da natureza para viver e produzir.

#### **4.1.2 Posse e uso da terra no Tauiri**

A fala dos moradores carrega uma mística da terra. É comum ouvir nos relatos frases como “a terra é onde ficamos de pé”, sugerindo que todo ser humano necessita de terra mesmo que não a lavre, precisa estar situado territorialmente. Em outro discurso, foi expresso que “a terra é a nossa mãe, se chegasse uma autoridade e perguntasse o que mais desejava na vida, eu diria a terra, pois tudo que se planta nasce”, a menção “uma autoridade” é referenciada de modo a deixar transparecer que os agentes governamentais agem sem, no entanto, ouvir as pessoas diretamente envolvidas. Desse modo, informam que muitas famílias venderam suas terras por cerca de R\$ 2000,00 por hectares, passando a viver da pesca e outras atividades temporárias avulsas. Às vezes, os trabalhadores vendem as propriedades, (embora não seja muito comum). Os preços variam entre R\$ 2000,00 a R\$ 6000,00 por hectare.

A região Araguaia-Tocantins mantém atualmente forte embate em torno da posse da terra. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST sofre a acusação de “invadir terras” para depois vendê-las. Mas os acusadores não se dão conta de que a venda é uma prática econômica inerente das sociedades de mercado. Trata-se de um costume que o campesinato assimilou da sociedade capitalista.

As vendas de lotes envolvem diversas variáveis, como a quantidade de trabalho empregado nas benfeitorias realizadas na propriedade, mas também, deve-se ter em consideração, a fragilidade social e econômica das famílias diante do modelo falido da reforma agrária brasileira no que se refere à infraestrutura produtiva.

A liberdade de comércio coloca qualquer ente enquanto algo “comprável”, as terras não estão isentas das propostas do mercado, muito pelo contrário, trata-se de algo que sempre suscitou a cobiça humana, muitas guerras foram travadas por conquistas de terras. Sendo que o mecanismo de aquisição atual é o intercâmbio através do dinheiro. Em termos de posse, os camponeses da comunidade Tauiri sofrem assédio sobre as terras, cujas ofertas chegam a R\$ 8.000, 00 por hectares, os quais foram comprados há 15 anos por R\$ 150,00, ou seja, o valor das terras tem tido aumentos significativos.

Nos dias atuais, muitos desses trabalhadores já estão aposentados, entretanto, ainda mantêm o vínculo com a terra e com o rio. Quando limitações físicas corporais ou as condições climáticas impedem a pesca, recorrem às plantações de onde comercializam excedentes ou empreendem pequenos comércios para complementação do sustento.

As populações camponesas do sudeste paraense estão situadas no bojo do sistema de produção capitalista, portanto, estão inclinadas a assimilar as práticas econômicas e relações socioculturais deste modo de produção. Todavia, quando os trabalhadores rurais recorrem a alguns mecanismos do mercado, isso soa como “crime hediondo” a partir deste fato, Martins (1981) explica que:

A relação de compra e venda só pode existir entre pessoas formalmente iguais. Só pessoas juridicamente iguais podem fazer contratos entre si. E porque são iguais, cada uma delas tem a liberdade de desfazer o contrato quando bem quiser. Isso não acontecia com o trabalhador escravo, porque nem era livre para vender a sua força de trabalho a quem quisesse, nem era igual: ele era propriedade de seu senhor; sobre a sua vontade prevalecia a vontade daquele. Entre desiguais não há possibilidade de contrato, há dominação. Por isso, no capitalismo, só pessoa quem troca, quem tem o que trocar e tem liberdade para fazê-lo, (MARTINS, 1981, p.153).

Tal como na escravidão, as populações camponesas estão “proibidas” de realizar certas transações capitalistas. A venda da terra é um dessas vedações, sendo posta como escândalo se realizado por pequenos agricultores, ainda que por motivos de grave necessidade de sobrevivência. Já para as classes mais abastas do campo, qualquer dispositivo capitalista se apresenta como “normal” e até desejável<sup>12</sup>.

As pequenas propriedades rurais são também, as que possuem maior diversidade produtiva. A agricultura camponesa do Tauri utiliza pequenas áreas para desenvolver plantios de frutíferas, como banana prata (*Musa x paradisíaca*, *L. Musaceae*), banana da terra (*Musa sapientum*), açaí (*Euterpe Oleracea*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), cacau (*Theobroma cacao*), limão (*Citrus Limonium*), maracujá (*Passiflora edulis f. Flavicarpa*), mamão (*Carica Papaya*) e cajá (*Spondias mombin L.*). Trabalham ainda a silvicultura de cedro (*Cedrela fissilis*), bacuri (*Platonia insignis*), andiroba (*Carapa guianensis Aubl*), teca (*Tectona grandis*) e eucalipto (*Eucalyptus abdita*). A mecanização agrícola propicia plantios de arroz (*Oryza Sativa*), mandioca (*Manihot esculenta*) e feijão (*Phaseolus vulgaris*), e, embora incipiente, já figura como uma prática agrícola.

---

<sup>12</sup> De sorte que são comuns na região o uso das expressões sobre compra e venda de terras: “Compro (ou vendo) de porteira fechada”. São termos que “exaltam” as transações comerciais dos fazendeiros no processo de intercâmbio de fazendas.

A diversidade produtiva apresentada pela agricultura camponesa, marca a propriedade da terra, atribuindo-lhe o sentido de lugar de existência, portanto, de identidade. Essa significativa riqueza produtiva e ambiental, são aspectos insuficientes para livrar a agricultura camponesa dos preconceitos que buscam desconstruí-la a qualquer custo. Padece de acusações variadas. Assim, aos assentamentos rurais do Araguaia-Tocantins são frequentemente atribuídas as degradações ambientais, em função da pecuária extensiva – prática produtiva capitalista desenvolvida por pequenos, médios e grandes produtores rurais.

Vale o esclarecimento que “[...] a terra não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma do trabalho. É um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho” (MARTINS, 1981, p.159). O rio também se enquadra nesta caracterização, pois não é, de modo algum, capital. Portanto, os liames que constituem as relações sociais da pesca artesanal estão sujeitos aos mesmos impactos sofridos pelas pequenas atividades agrícolas. O uso coletivo do rio para a atividade pesqueira conduz os conflitos mais imediatos para a esfera política.

As relações entre as lideranças possuem traços bem peculiares. Embora não se apresente em forma de confronto, há dissidências de opinião na agência de pesca, nesse sentido, alguns membros marcam posição ao defender de forma mais incisiva seus afiliados, dessa forma, observa-se a fala de uma associada da colônia de pescadores em Itupiranga:

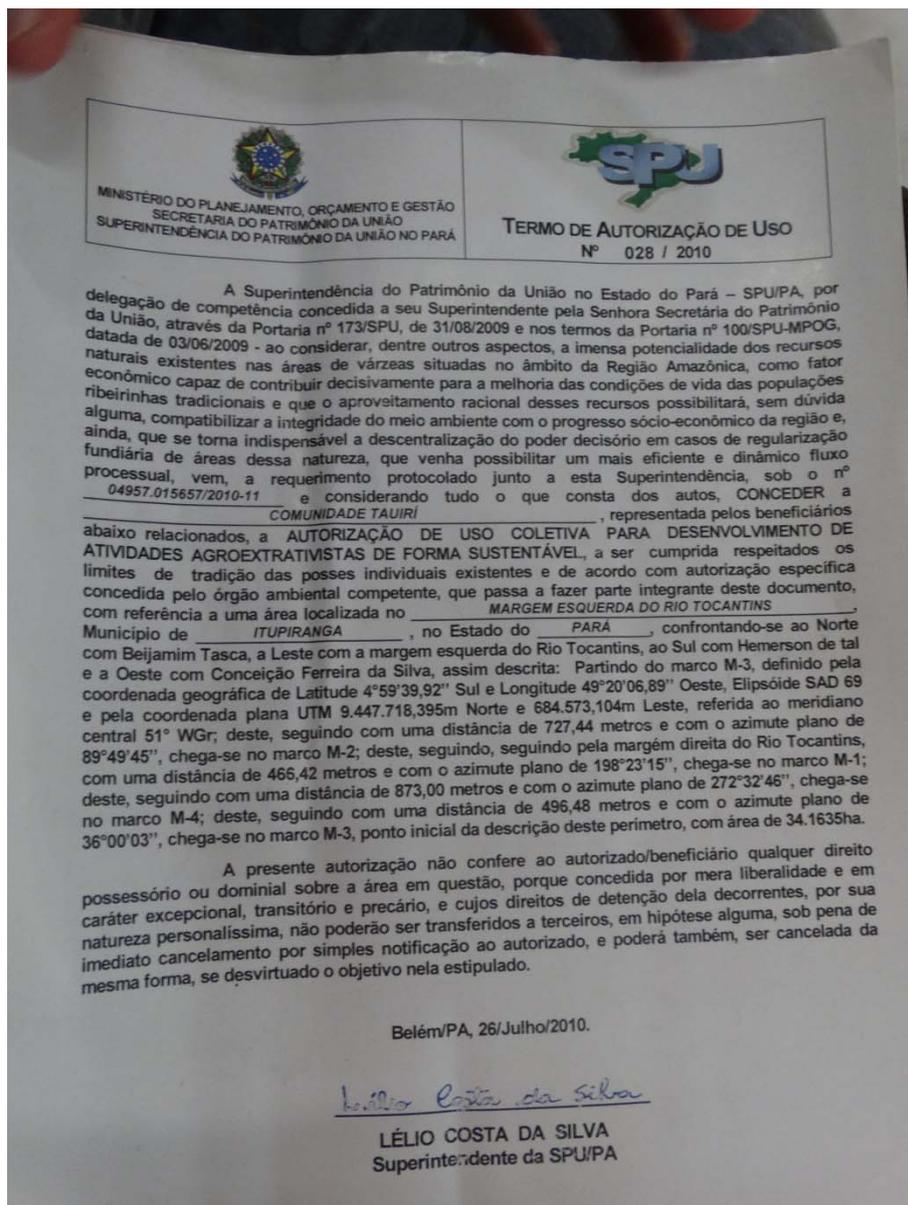
Além disso, Jorge, sem contar que a maioria deles (pescadores/ribeirinhos) são analfabetos. O que dificulta mais ainda a saída deles daqui para ir morar na cidade, pois já convivem a muitos anos nessa profissão de pescar, de plantar, de colher. Como que vão sobreviver na cidade? O que que a cidade oferece de emprego para uma pessoa que é analfabeta, que já tem o hábito de lidar com a terra ou mesmo com a pesca? Fica difícil. (ANGELA, 35 ANOS, entrevista concedida em 11 de janeiro de 2017).

O relato expõe a fragilidade dessas populações, que aprenderam “ofícios”, saberes provenientes de suas histórias de vida os quais se opõem as “profissões” – que são conhecimentos técnicos provenientes de escolas formais e carregam intrinsecamente valores, interesses políticos e econômicos de categorias sociais cujo teor principal é a intensa racionalização. São pessoas que assimilam outros ofícios como medidas compensatórias ao declínio da atividade pesqueira.

A pesquisa realizada sobre as questões das formas de uso e apropriação da terra à margem do rio Tocantins é esclarecedora, pois revela vários aspectos da realidade da comunidade. As atividades polipesqueiras e polipecuárias desenvolvidas pelos residentes do

Tauri envolvem vários tipos de interações sociais, as complexas relações de posse da comunidade Tauri podem ser mais bem compreendidas, através da figura a seguir:

**FIGURA 02** - Termo de autorização de uso da terra que normatiza o regime de posse mais comum no Tauri (Imagem obtida em 27/02/2016).



Fonte: Sales (2016) dados de campo

Os pescadores e ribeirinhos dispõem do uso coletivo de uma área de cinquenta metros adjacente às margens dos rios, a chamada “área da marinha” gerida pela SPU. Utilizam essas terras para estabelecerem-se enquanto pescam, não raro, ocorrem conflitos com os proprietários

das terras imediatamente vinculadas ao Tocantins e Araguaia. Além dessa área, dispõem dos lotes da vila Tauiri onde moram e cultivam pequenos sítios.

Os técnicos da EMATER/PA, ao caracterizarem a Vila Tauiri, definem-na como uma comunidade com cerca de mil habitantes onde residem pessoas em áreas com tamanhos entre cinco a cinquenta hectares, numerosos agricultores de várzea, que são concomitantemente pescadores artesanais, os quais vivem na área há muito tempo e frequentemente buscam crédito do PRONAF B (investimentos fixos e semoventes de até R\$ 5.000,00 - constam com alto índice de inadimplência).

Os técnicos agrícolas apontam a “preguiça” dessa gente, que faz “barracas” na beira do rio onde armam a rede e ficam olhando as “malhadeiras<sup>13</sup>”, o que sugere que a pesca é ainda uma atividade importante para as famílias, indicando o modo de vida bem específico de pescadores e ribeirinhos. Como observa Freitas & Rivas (2006, p. 30), “o apetrecho de pesca predominante é a malhadeira, em face da facilidade de uso por uma única pessoa e pela possibilidade de desenvolver outras atividades como a agricultura, enquanto a rede permanece armada”. Isso evoca a concepção de uma categoria social onde há uma articulação terra-rio com pesca artesanal e atividades polipequárias de baixa integração mercadológica, como a produção de farinha artesanal e criação de pequenos animais, algo parecido com o que ocorre aos longos das rodovias no sudeste paraense, particularmente nos assentamentos da colonização oficial.

Os agricultores de médio porte são pessoas cujos tamanhos das propriedades se situam entre 150 e 300 hectares. Embora exista a concepção de que, para ser médio produtor, o tamanho da propriedade seja irrelevante. Nesse aspecto, constituem-se como médios produtores, os proprietários cujas propriedades estão bem “formadas” e articuladas com o mercado.

Os técnicos de extensão rural referendam os pequenos comerciantes locais que possuem propriedades bem estruturadas no Tauiri como produtores “modelos”, isso conota que os agricultores são vistos meramente como “clientes” da empresa EMATER, os quais são valorizados em razão da integração mercantil. Mais uma vez, o papel de trabalhador que o camponês exerce é ignorado. A classe camponesa aparece como categoria para qual o crédito produtivo é algo proibitivo, é tomado enquanto um grupo que não deve ser levado em conta pelas políticas de crédito e assistência técnica, é excluído inclusive enquanto consumidor que de insumos e implementos agrícolas.

---

<sup>13</sup> Redes de pesca

Subsiste a imperiosa ideologia de que a propriedade rural deva estar inevitavelmente amarrada ao capital. Uma lógica irracional de uso da terra explicada com muita propriedade por Martins (1997) ao apontar que:

“ [...] surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército industrial de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação” (MARTINS, 1997, p. 12).

As instituições estatais que atuam no campo desconectam o trabalhador rural dos seus direitos, tal processo não é atomizado, mas poucos camponeses conseguem acesso às condições apropriadas para produzir e viver na terra. Todas as forças convergem para que a força de trabalho rural converta-se em proletários urbanos. O papel de produtores rurais, a função que exercem ao baixarem os preços dos alimentos quando lançam o excedente produtivo no mercado são totalmente desprezados.

Os grandes proprietários do Tauiri desenvolvem pecuária de corte e atividades suplementares para as fazendas. Muitos produtores detêm várias propriedades na região, nas quais empreendem a mesma atividade. Atualmente, as lideranças comunitárias estão agitadas, discutindo as modificações necessárias à logística para a implementação da derrocagem do Pedral do Lorenção.

#### **4.1.3 A pesca artesanal tauiriense - fatos e perspectivas**

Sob os efeitos dos grandes projetos, a pesca padece de grandes prejuízos, tem como principais espécies curimatã (*Prochilodus spp*), jaraqui (*Semaprochilodus theraponura*), jaú (*Paulicea luetkeni*), peixe-voador (*Exocetus Volitans*), piau (*Leporinus freiderici*), mapará (*Hypophthalmus edentatus*), tucunaré (*Cichla ocellaris*), corvina (*Plagioscion squamosissimus*), pirarara (*Phractocephalus hemeliopterus*), e cari (*Hypostomus affinis*).

A implantação da Hidrelétrica de Tucuruí promoveu intensa proliferação de peixes no lago da represa, consolidando modalidade pesqueira bastante produtiva, denominada “Pesca de Barragem”. Para Freitas & Rivas (2006, p. 31), “entretanto, a sustentabilidade dessas pescarias vem sendo discutida, uma vez que a alta produtividade dos anos imediatamente após a formação da barragem é, em geral, substituída por valores situados em um patamar inferior ao observado antes do fechamento da represa”. O empreendimento atraiu muita gente para a região, acirrando a demanda por pescado, ao passo que elevou a quantidade de pescadores, anulando esse

produtivo modelo pesqueiro, vindo a provocar também, mudanças nas práticas pesqueiras. Fatores que culminaram com uma pesca desordenada, pois o fluxo de pescado foi interrompido com a construção da barragem, de forma que os peixes:

Além de deixarem de subir, se tirou uma grande produção fora do período. Assim, o ordenamento que eu digo. Que se tivesse ocorrido um ordenamento, se tivesse tido uma fiscalização tanto no período de defeso, como também no controle de malha, hoje nós teríamos uma produção bem maior. Por exemplo, a dois anos atrás, tínhamos em setembro e outubro, uma produção média de 20 a 50 toneladas por dia. Hoje, para fazer dez ou vinte toneladas/dia, temos dificuldade. Mesmo pescando espécies como o mapará e o voador, que tem ainda uma grande produção. Essas são as produções que ainda dão condições para o pescador viver melhor. Então, existe o ordenamento, mais precisa melhorar muito. (JORGE, 48 ANOS, entrevista concedida em 11 de janeiro de 2017).

A colônia de pescadores reclama da negligência dos órgãos ambientais antes, durante e após a construção da hidrelétrica. Seu relato conota que a concepção do empreendimento só tomou em conta a própria usina, relegando a questão pesqueira à própria sorte, uma vez que a atuação discricionária ambiental é bastante precária. A escassez de pescado é uma triste realidade vivida atualmente por pescadores e ribeirinhos, que assistem a grandes transformações em seu modo de vida.

Embora aleguem escassez de pescado, caracterizam a pesca como razoável, apontam que os maiores desafios dos pescadores atuais é encontrar preços bons para o pescado e enfrentar a concorrência com pescadores externos, os quais são dotados de forte aparato pesqueiro, como o “amarrador”, que “amarra” o peixe e puxa até dois mil quilos de uma só vez, utilizando redes de malha número 5.

O “amarrador” constitui uma forma de pesca coletiva, que se tornou predatória a partir da redução da malha das redes, cujo resultado é semelhante à rede de arraste, uma vez que captura até os menores peixes. Esta prática tem sido assimilada pelos pescadores regionais mais abastados. Por isso, a colônia de pescadores anseia por ações efetivas dos órgãos ambientais, para a consolidação de um ordenamento pesqueiro. Surge a necessidade de assinalar que as condições sociais precárias da população camponesa regional, se agravam com a prática da pesca predatória. Neste aspecto, os efeitos dos empreendimentos capitalistas apresentam-se na forma de perversão das atividades pesqueiras.

No Tauiri existe a ideia de que os peixes não se extinguem porque desovam muito. Narrativas sobre as relações de comercialização sugerem a existência do “escambo”, ou seja, situação em que alguns pescadores adquirem equipamentos e mantimentos a crédito, para pagar

com pescado, se submetendo a preços irrisórios pelo produto de seu trabalho, perpetuando uma relação de dívida impagável.

A pesca realizada por essas comunidades combina vários tipos de técnicas. Utilizam redes em fio de *nylon* e, ao mesmo tempo, confeccionam artefatos utilizando apenas recursos naturais, como se pode observar na figura a seguir.

**FIGURA 3** – Casa de pescador artesanal na Vila Santo Antoninho (Imagem obtida em 28/02/2016)



Fonte: Dados de campo. (NEAM, 2016).

Há indícios de que o pescado esteja enfrentando a concorrência de outros tipos de carnes, como da própria piscicultura de cativeiro realizada em tanques escavados por produtores rurais da reforma agrária e por pecuarista convencionais. Neste caso, os dirigentes da associação de pescadores Z-30 em Marabá, ao observarem os agentes que desenvolvem piscicultura de açude, informam que:

Quem está fazendo isso é quem tem dinheiro, eles estão entrando no mercado. Nosso peixe não está tendo mais valor, entendeu? Aqui mesmo próximo ao Projeto de Assentamento Primeiro de Março, todos os moradores têm tanques. Se você for vender seu peixe, não consegue, porque eles vendem mais barato. A dificuldade para

o pescador é grande em razão disso, o pescador não tem essa chance. (MANOEL FURTADO, 55 ANOS, entrevista concedida em 24 de fevereiro de 2017).

Como poucos pescadores possuem terras, uma das saídas para a crise pesqueira, seria a criação de peixes em tanques-rede. Entretanto, nos rios Tocantins e Araguaia os pescadores consideram que tal prática seja inviável, visto que são corpos d'água cheio de corredeiras, as quais tendem a levar as rações arremessadas antes mesmo dos peixes se alimentarem. Sob este formato, a criação de peixes se torna possível apenas nas águas quase paradas dos lagos.

Uma análise apressada induziria a uma conclusão equivocada de que a população de pescadores e ribeirinhos estagnaram suas atividades produtivas no tempo, quando na verdade o que houve foi uma subversão dos sistemas produtivos regionais através das vorazes mudanças introduzidas com o avanço do capitalismo. Mais uma vez, a relação entre terra e pesca constitui um elemento fundamental para entender a dinâmica do Araguaia-Tocantins. As necessidades humanas antes supridas pela natureza foram substituídas por processos produtivos financeirizados, assim, a partir do processo de mundialização do capital os bens naturais passaram a ser substituídos por produtos semielaborados, de forma que os países em desenvolvimento viessem a sofrer grande impacto, pois:

esses países foram golpeados em cheio, ao mesmo tempo, pela conjuntura mundial e pelas transformações tecnológicas ocorridas no centro do sistema, no sentido de substituição dos recursos tradicionais por produtos intermediários industriais, provenientes de indústrias intensivas em pesquisa e desenvolvimento (novos materiais e biotecnologias) (CHESNAIS, 1996, p. 39).

A pesca realizada nos rios exige um investimento limitado de capital, entretanto, a produção de peixes em cativeiro amplifica a atuação do mercado sobre a atividade pesqueira, uma vez que exige o uso de insumos industrializados (alevinos, rações) e de serviços de apoio técnico especializado (construção de tanques, engenharia genética, serviço de assessoria zootécnica para produção e comercialização de alevinos etc). Os prejuízos mais imediatos dessa transição são as perturbações das atividades dos pescadores tradicionais e a dependência tecnológica, todas em curto prazo. Dito de outra forma – a substituição de produtos tradicionais por semielaborados ou industrializados é uma forma eficiente de “demitir” os trabalhadores das suas atividades tradicionais e subordiná-los à proletarização e a lógica do mercado de bens e serviços, subordinando a renda da terra e do rio.

Diante de inúmeros problemas, assiste-se o definhamento das categorias sociais polipesqueiras. A colônia de pescadores de Marabá, por exemplo, contava com cerca de dois

mil e quinhentos membros em 1997, quantia reduzida a seiscentos em 2017. Essa grande redução significa que muitos estão deixando a pesca porque não é possível sustentar mais a família. Significativo número de pescadores estão buscando o trabalho assalariado, enquanto outros montam pequenos negócios. A decadência das atividades polipescueiras na região no sentido causa/efeito recebe a seguinte avaliação por parte das colônias:

É por causa disso que os peixes de criadouros hoje estão tomando de conta. A pesca abre agora em março, os pescadores descerão para pescar. Mas estão percebendo que a mercadoria deles não é um peixe de primeira. E que por isso, não conseguirão competir com os peixes provenientes dos criadouros em termos de tamanho e peso adequados. Pois os produtores colocam os alevinos e só os despescam com peso acima de um quilo. Como é o caso do piau antigamente, que era pegado na malha nº 8 e hoje é pescado até com malha nº 5. O nosso produto está sem valor por causa disso, porque não tem qualidade, não temos preservação. (MANOEL FURTADO, 55 ANOS, entrevista concedida em 24 de fevereiro de 2017).

A preservação ambiental finalmente se apresenta para os pescadores como um elemento essencial para a manutenção das atividades econômicas e consequente da sua reprodução social. Esses pescadores estão paulatinamente sendo expropriados do produto de seu trabalho, sendo obrigados a adotar novas estratégias e assimilar atividades diferentes para conseguirem sobreviver. Os pescadores e ribeirinhos vem sendo expropriados pela própria dinâmica regional. Diante deste contexto, buscam novas alternativas, levando em consideração que:

A observação de estratégias já existentes, como o uso de diferentes ecozonas e ecossistemas (no caso a terra firme), o engajamento em atividades remuneradas fora da área geográfica da comunidade e, principalmente, o incremento e investimento das culturas alimentares e agrícolas que já representam um papel central na economia doméstica e consumo alimentar, são de vital importância. (ADAMS; MURRIETA; SANCHES, 2005, p.17).

Em função das suas particularidades, a pesca não ocupa integralmente o tempo dos trabalhadores, por isso, sempre desenvolveram atividades produtivas suplementares. O declínio da produção pesqueira conduz a uma efetiva mudança econômica, o que implica na intensificação do uso do território por parte dessa população, tornando complexas as relações sociopolíticas e ecológicas. Com isso, a tendência é a de que a pesca ocupe cada vez menos essa categoria social, que adotaram novos valores ideológicos em termos de desenvolvimento.

As cosmovisões tauirienses, por vezes, destoam dos seus interesses e necessidades históricas, dissociando progresso e desenvolvimento das práticas sociais que constituem suas identidades. Assim, para os tauirienses, o que traria progresso e desenvolvimento para a comunidade seria a implantação de supermercados, posto médico e água encanada. O apoio ao

turismo foi mencionado por algumas famílias, que usam as propriedades como balneários, sendo uma atividade que articulam com roça de mandioca e criação de pequenos animais.

## **4.2 O Projeto de Assentamento Grande Vitória**

O período de ocupação do Projeto de Assentamento Grande Vitória (4.224,2335 ha) ocorreu de 1993 a 1997, tornando-se objeto oficial de colonização quando o INCRA emite a portaria de criação e passa a financiar algumas benfeitorias como liberação de crédito de apoio, PRONAF, abertura de estradas vicinais e eletrificação rural em 2008. Conta com acesso fluvial, pelo Rio Tocantins, ou rodoviário pela BR 230 (Rodovia Transamazônica), no sentido Itupiranga à altura do Km 21 a partir de Marabá. A capacidade do assentamento é de 106 famílias em lotes de 25 ha.

A área pertencia a antiga Fazenda Santa Maria e foi transformada em projeto de assentamento em 1998. A transmissão da posse da terra em questão ocorreu de forma relativamente consensual.

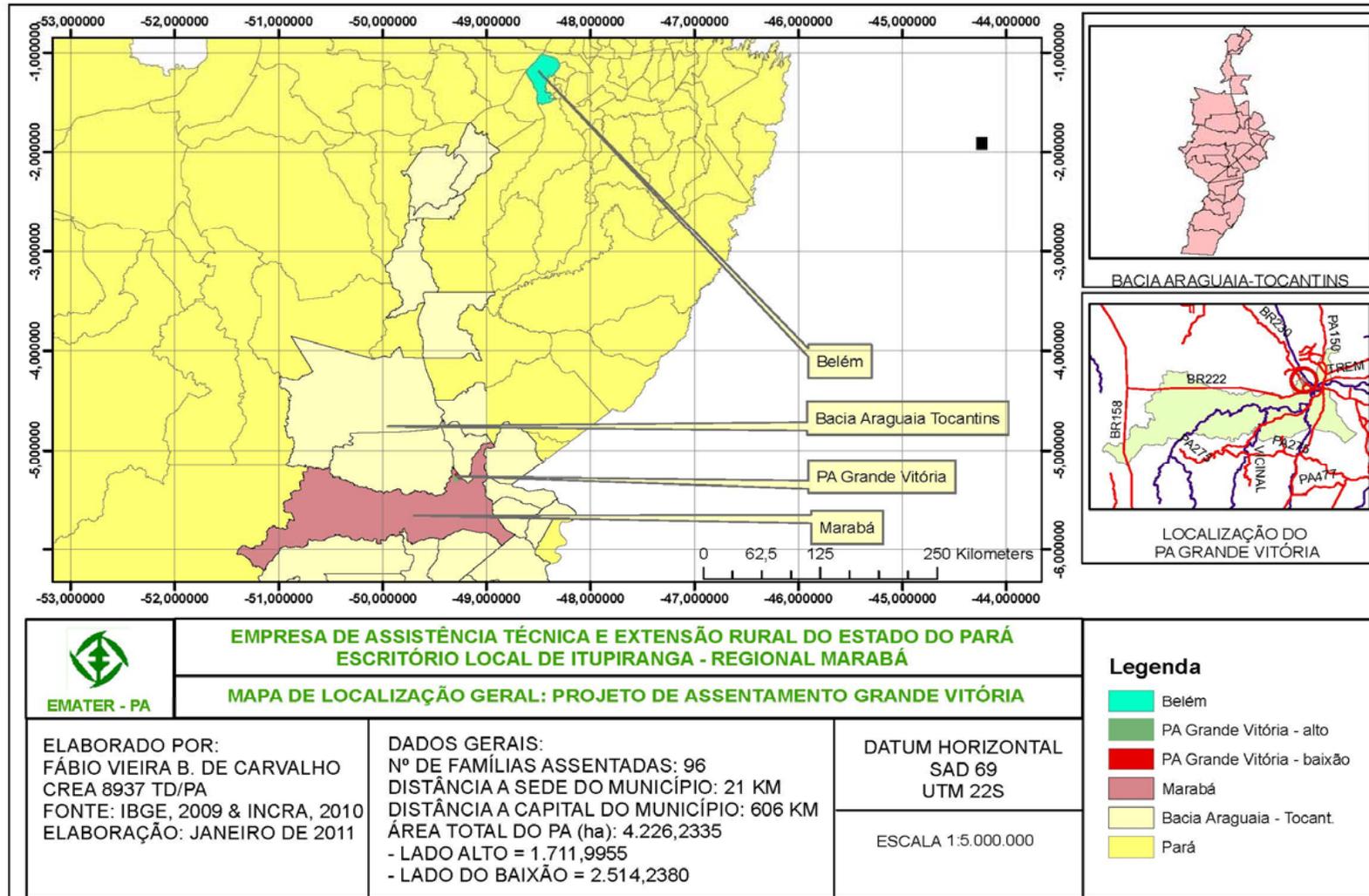
As famílias passaram 90 dias acampadas na porteira da fazenda, lideradas pelo senhor João Piauí, que dialogou com o proprietário da fazenda sobre a entrada das famílias na área em questão. Fato ocorrido após o proprietário concordar com a desapropriação. (BRASIL, 2011, p. 45).

A conversão de uma grande área de uso privado em áreas menores de uso público e privado individual implica em transformações que levam a uma melhor distribuição da riqueza e aproveitamento do espaço, obviamente, ocorre à intensificação do uso da terra, visto que haverá mais necessidades a suprir e braços disponíveis para a exploração da área.

A política agrária brasileira “tolera” a existência de pequenas propriedades rurais em razão das lutas camponesas, as quais percolam o sistema capitalista, articulando modernas tecnologias produtivas com modos organizativos de trabalho comunal familiar (RIBEIRO, 2013, p. 95). A conversão da área em projeto de assentamento implicou sua divisão em parcelas retangulares que são constituídas por matas, capoeiras, pastagens, terrenos alagados, pomares e cultivos anuais temporários. O assentamento conta com a Vila Santa Maria, situada à margem da rodovia Transamazônica, que agrega infraestruturas de uso coletivo tais como escola, igrejas, prédio da associação, comércios etc.

O Projeto de Assentamento Grande Vitória está localizado no município de Marabá, margem esquerda do Rio Tocantins, de acordo com o Mapa 03 a seguir:

### MAPA 03 - Localização do Projeto de Assentamento Grande Vitória



Mapa 1a. Localização geral PA Grande Vitória

Fonte: BRASIL (2011).

A conversão da área em projeto de assentamento implicou sua divisão em parcelas retangulares que são constituídas por matas, capoeiras, pastagens, terrenos alagados, pomares e cultivos anuais temporários. O assentamento conta com a Vila Santa Maria, situada à margem da rodovia Transamazônica, que agrega infraestruturas de uso coletivo tais como escola, igrejas, prédio da associação, comércios etc.

Há grande quantidade de rios e nascentes perenes e temporários no PA Grande Vitória, fator que produz um relevo bastante movimentado. Em virtude da sua localização privilegiada, os lotes desse assentamento rural são bastante disputados, uma vez que ficam localizados próximo dos municípios de Marabá e Itupiranga respectivamente, sendo cortado pela rodovia Transamazônica (BR 230), ao mesmo tempo em que faz fronteira com o rio Tocantins.

Nota-se uma incoerência no Mapa 04, ao classificar a maior parte do relevo como “forte ondulado”. Tal característica não aparece corretamente demonstrada no gráfico, entretanto, no Plano de Recuperação do Assentamento, observa-se:

No lado esquerdo do PA “alto” o relevo se apresenta da seguinte maneira: área plana 248, 5472 ha, área suave ondulada 742, 7971 ha, ondulada 717,5146 ha e uma área forte ondulada de 3,1368. Na margem direita “Baixão” do PA: área plana 1.968,6484 ha, área suave ondulada 536,7898 ha e uma área ondulada 8,7998 ha. (BRASIL, 2011, p. 26).

Percebe-se que o projeto de assentamento Grande Vitória possui uma característica peculiar, tendo uma parte localizada em uma área mais alta e outra de baixo relevo, situada à margem do rio Tocantins.

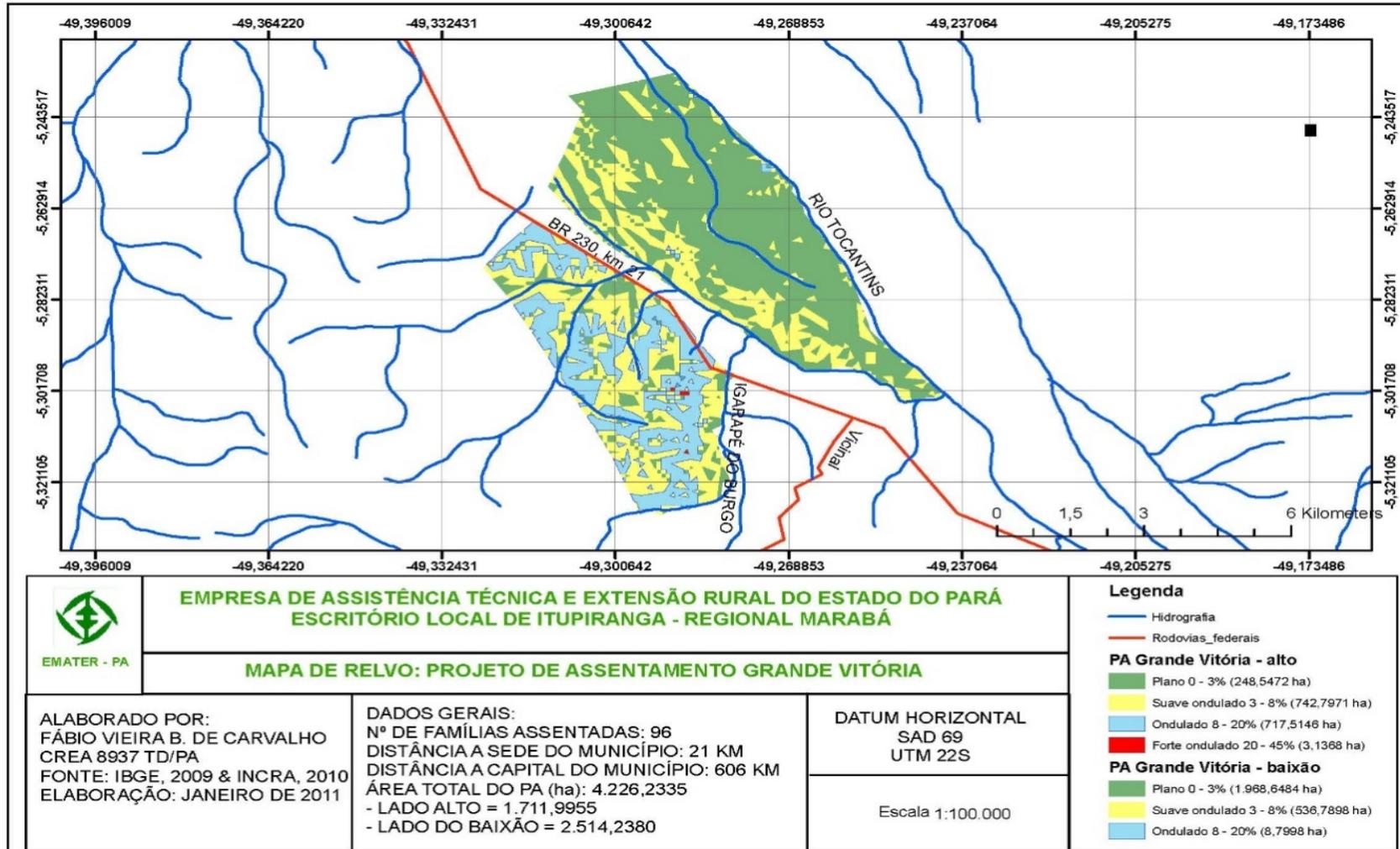
A configuração do relevo condiciona substancialmente os usos da terra. Os tipos de solos<sup>14</sup> presentes no assentamento são de horizontes,<sup>15</sup> pouco espessos, muitos dos quais, Argissolos (Podzólico) vermelho amarelo de textura argilosa, Argissolos (Podzólico) vermelho amarelo de textura plínica, latossolo vermelho amarelo distrófico textura média a textura argilosa Glei pouco húmico e aluvial eutrófico e distrófico. Essas características são melhor compreendidas ao se observar o mapa a seguir:

---

<sup>14</sup>O solo é um conjunto de corpos naturais, composto por porções sólidas, líquidas e gasosas, tridimensionais, dinâmicos, que tem em sua base materiais minerais e orgânicos que cobrem a maior parte das superfícies continentais da Terra, possui matéria viva e sustentam vegetação, eventualmente são modificados por ações antrópicas. (EMBRAPA, 2006 p. 27).

<sup>15</sup>Examinados a partir da superfície estruturam-se em seções paralelas, organizadas em camadas e, ou, horizontes que se diferenciam do material de origem, como resultado de adições, perdas e translocações temporais da ciclagem de matéria e energia sob a influência das intemperes naturais, ações de organismos e do relevo. (*Ibidem*, *Ibidem*).

MAPA 04 – Mapa de Relevo do Projeto de Assentamento Grande Vitória.

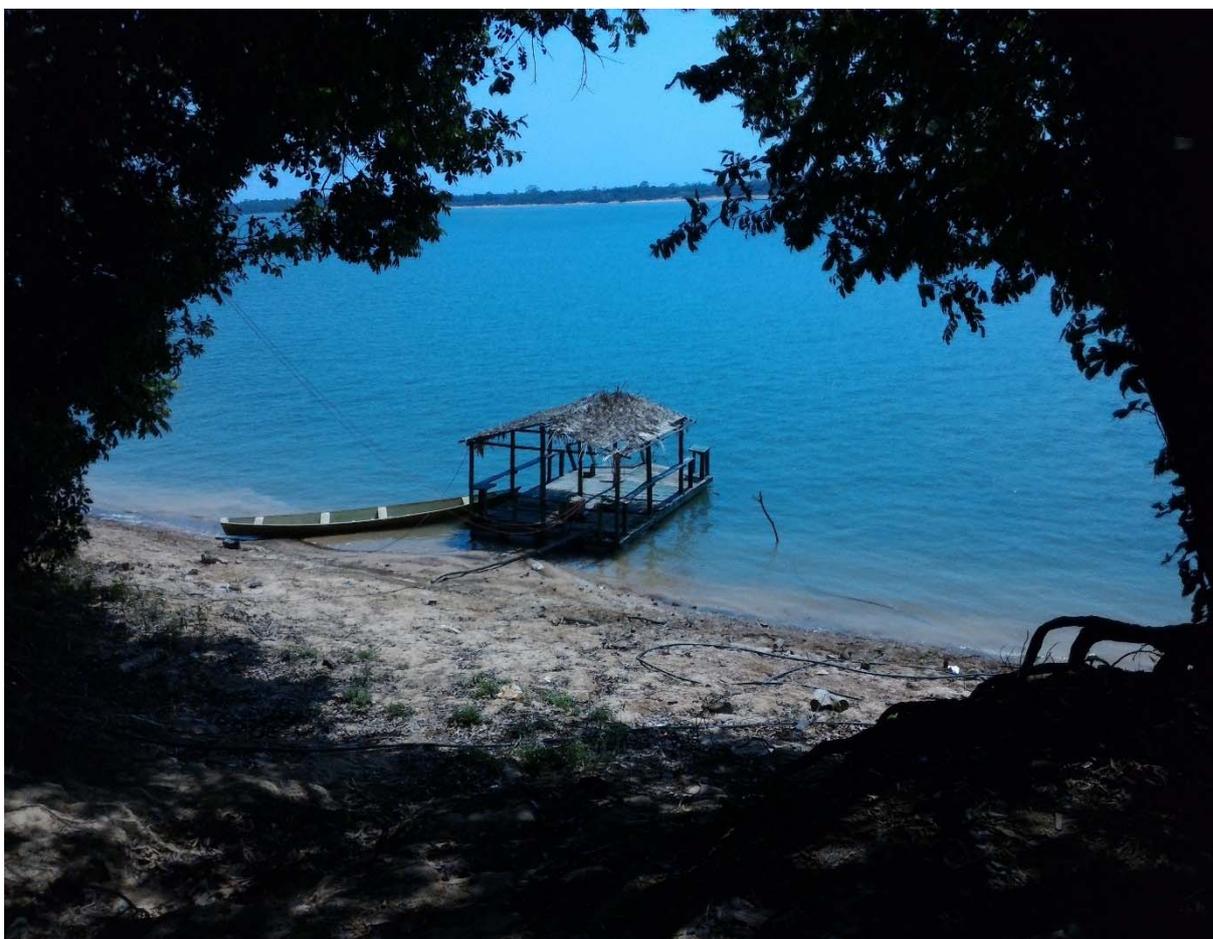


Mapa 4. Classes de relevo mais representativas no PA Grande Vitória

Fonte: BRASIL (2011).

De modo geral, pode-se dizer que são solos muito frágeis, propensos à erosão, principalmente se o gradiente textural for mais intenso, se há ocorrência de cascalhos e se situados em relevos muito movimentados com marcantes declives. Assim, não são indicados para agricultura, tendendo a ser aproveitados na formação de pastagens, reflorestamentos e conservação da flora e fauna. Mas se localizados em áreas planas e suavemente onduladas, esses solos sustentam diversas culturas, quando feitas correções da acidez e adubação, principalmente, os solos distróficos ou álicos. (BRASIL, 2011 p. 28). O acesso ao rio Tocantins é marcado por belas paisagens, conforme a Figura 04 a seguir:

**FIGURA 04** – Aspecto da margem do rio Tocantins no Projeto de Assentamento Grande Vitória (imagem obtida em 27/08/2016).



Fonte: Dados de campo (SALES, 2016).

Pode-se observar parcialmente, a características do solo do PA Grande Vitória na imagem a seguir:

**FIGURA 05** – Aspectos do solo no PA Grande Vitória (imagem obtida em 27/08/2016).



Fonte: Dados de campo (SALES, 2016).

#### **4.2.1 Uso perdulário da terra e dos rios**

Fatores como a frágil estrutura dos solos, a baixa fertilidade, o movimentado relevo e as altas temperaturas do clima regional, condicionam o uso da terra no Araguaia-Tocantins, uma vez que demandam rigorosas práticas de manejo e conservação. Um possível avanço da soja (*Glycine max*) sobre a região tende a promover uma seleção de áreas para este cultivo. Tal seleção deverá priorizar áreas cujo relevo viabilize a mecanização agrícola, ou seja, terrenos mais planos.

Das áreas do PA Grande Vitória 30,30 % enquadram-se na Classe III, ou seja, de terras cultiváveis, mas com problemas complexos de conservação e melhoramento. Por sua vez, na Classe IV, que são terras cultiváveis apenas ocasionalmente, ou em extensão limitada por possuir sérios problemas de conservação, abrangem 5,35 % da área. A maior parte das terras do assentamento são de Classe V, que correspondem a 52,4% de solos impróprios para o cultivo, com problemas de encharcamento e que podem ser drenados artificialmente, sendo adaptáveis para pastagens nas épocas secas do ano. Constituem uma porção de 12% os solos de Classe VI, áreas impróprias para o cultivo, devido à declividade excessiva, exigindo culturas agrícolas permanentes (BRASIL, 2011, p. 41).

Os maus usos dos bens naturais relacionam-se com as questões florofaunísticas. A estrutura florística do PA Grande Vitória, cujas às características é de floresta ombrófila<sup>16</sup>, apresentando áreas antrópicas, mantém relativa porção de floresta primária a qual, em passado recente, foi submetida à exploração madeireira e conta com porções desmatadas por atividades agrícolas e pecuárias. Dispõe de área florestal em recuperação (capoeira), que surgem das pastagens degradadas. (BRASIL, 2011, p. 33-34). A descrição da rede hidrográfica do projeto de assentamento Grande Vitória aponta ainda para uma forte relação dos usos da terra e dos rios, nesse sentido o uso predatório da primeira traz consequências para a rede hídrica, assim:

A rede hidrográfica do PA Grande Vitória é formada por algumas nascentes, pelo rio Tocantins que é navegável durante o ano todo, pelo igarapé do Burgo e grotão das antas [*sic*]; esses por sua vez veem sofrendo ações tomadas pelo homem, deixando comprometidas as margens desses rios e igarapés, causando assim o assoreamento dos mesmos e o desaparecimento de pequenas nascentes e grotas presentes no PA. (BRASIL, 2011, p. 32).

A superação de maus usos das terras e maus usos dos rios constitui preocupante desafio a ser vencido pela dinâmica agrária regional, motivo pelo qual, esta análise ganha relevância. Nesses termos, registra-se:

A expressiva mudança dessa paisagem e a extinção de algumas espécies como o mogno, se dá pelo fato do desmatamento desordenado ocasionado pela grande maioria dos assentados que, pela falta de conhecimento da importância das matas ciliares e outras, tecnologias e práticas de renovação do solo, acabam tendo de derrubar áreas de floresta para o uso de lavouras de subsistência como o arroz, feijão e mandioca além do uso atrelado a pecuária de corte transformando essas áreas em pastagem (BRASIL, 2011, p. 34).

As famílias suprimirem a vegetação para produzir culturas de subsistência, por isso, geralmente são consideradas como responsáveis pela degradação ambiental do assentamento. Embora se saiba que a área onde se localiza o PA Grande Vitória pertenceu a antiga Fazenda Santa Maria, sendo, portanto, objeto de ostensiva exploração agropecuária por um longo período, como apresentado na imagem a seguir:

---

<sup>16</sup> O termo “Floresta Ombrófila Densa” substitui “Pluvial” (termo latim) por Ombrófila (do grego), ambos com o mesmo sentido “amigo das chuvas”. Foram utilizados pela primeira vez os termos “Densa” e “Aberta” como divisão das florestas dentro do espaço intertropical, muito embora este tipo de vegetação seja originalmente conhecida como “Floresta Tropical Pluvial”. Essas duas fisionomias ecológicas ocorrem tanto na Amazônia como nas áreas costeiras, trata-se de um tipo de vegetação caracterizada por fanerófitos - subformas de vida macro e mesofanerófitos, além de lianas lenhosas e epífitas em abundância, que a diferenciam das demais formações. Seu aspecto ecológico principal está nos ambientes ombrófilos que caracterizam muito a “região florística florestal”. Assim, a propriedade ombrotérmica da Floresta Ombrófila Densa se liga a fatores climáticos tropicais de altas temperaturas (médias de 25°C) e de acentuada precipitação, regularmente distribuída durante o ano (de 0 a 60 dias secos), o que gera um estado bioecológico permanentemente úmido. (IBGE, 2012, p. 65).

**FIGURA 06** – Panorama paisagístico do PA Grande Vitória (imagem obtida em 27/08/2016).



Fonte: Dados de campo (SALES, 2016).

Estudos técnicos sobre o uso do solo da área apresentaram modificações provenientes da ação antrópica, o desflorestamento apresenta-se como traço mais marcante, pode-se assim, constatar essa transformação através da Tabela 3.

<b>TABELA 3 – Uso do solo no PA Grande Vitória</b>				
<b>Análise temporal do uso do solo em valores percentuais do Pa Grande Vitória</b>				
Uso do solo	1993	1997	1999	2010
Floresta	88%	80%	60%	36%
Capoeira	1%	1%	6%	33,5%
Uso alternativo	11%	19%	34%	30,5%
Total (%)	100%	100%	100%	100%

Fonte: (BRASIL, 2011).

As práticas de conservação do solo mais utilizadas são o pousio das pastagens e a rotação das áreas de plantação. A primeira lavoura é sempre mais produtiva, uma vez que, ao adotarem o sistema de corte e queima para limpar as áreas de cultivo, as cinzas remanescentes corrigem parcialmente a acidez do solo. Constata-se naturalmente que, a partir da chegada das famílias na área, o uso alternativo do solo se eleva à altas taxas. A partir da segunda década de ocupação tende à regressão ou à estabilidade, indicando que no modo de vida camponês existe

uma limitação do uso da terra. Por sua vez, áreas de capoeira se elevam sobremaneira. O uso de agrotóxico é frequente, alcançando 46% das famílias.

Considerando os dados, é possível notar que a dinâmica do uso da terra no PA Grande Vitória, apresenta elevadas taxas de utilização em quase todo o período. Porém, na segunda década, ocorre um nivelamento das formas de uso, isso implica a existência de um período para a regeneração florestal de baixa amplitude. As perdas ambientais do assentamento rural Grande Vitória, anteriormente relacionado a fragilidade dos solos, estende-se à cultura camponesa e à ausência de políticas públicas para o campo, uma vez que:

[...] podemos notar que o percentual de área de Reserva Legal e Preservação Permanente estão abaixo do que determina a legislação ambiental e que, isso se dá pela falta de infraestrutura mínima para prática de renovação do solo a qual não dispõem esses produtores, além da falta de conhecimento da importância desse acervo ambiental que trás *[sic]* agravantes para o meio natural como o assoreamento dos rios que são notados em algumas propriedades a escassez de espécies vegetal e animal, o empobrecimento do solo, erosão, tornado-se *[sic]* não favorável para o cultivo (BRASIL, 2011, p. 37).

O uso inadequado do solo é atribuído ao baixo uso de tecnologia na produção. Isso desencadeia a degradação de vários bens naturais, devendo ser considerado como um problema sistêmico, assim, qualquer análise proposta deve ser interdisciplinar. No Grande Vitória, os produtores reclamam bastante da falta de apoio às atividades produtivas. Diante da ausência do suporte tecnológico, a agricultura camponesa tangencia-se para a mera posse da terra, passando a produção a depender exclusivamente da capacidade de investimento do camponês.

A posição geográfica favorável do projeto de assentamento Grande Vitória contrasta com a má qualidade dos solos para cultivos, conforme foi demonstrado anteriormente. Entretanto, os assentados rurais procuram desenvolver atividades mais simples e rentáveis. Adotam cultivos, criações e outros empreendimentos que eles próprios consigam financiar, uma vez que estão desassistidos de apoio estatal. De modo que quando perguntados sobre quais fatores dificultam a produção agrícola, informam a falta de:

Assistência técnica, máquinas, tudo que a gente tem direito para poder produzir. Se nós na roça passarmos fome os moradores da cidade já morreram faz tempo. Quero mandar um recado para a EMBRAPA. Peço que eles se manifestem em termos de tecnologia para o pequeno agricultor da Região Norte. Não apenas para mim, mas para todos os PA's da Região Norte. Temos grande possibilidade de produzir, porque dispomos de terras suficiente, chuvas regulares, mas não temos apoio à máquinas nem de tecnologia. Não temos apoio de ninguém. Os governos quando mandam as máquinas, ficam todas ao "Deus dará" nos galpões da prefeitura na Secretaria de Agricultura e só beneficiam os grandes, os pequenos, necas. (JOANA, 52 ANOS, entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016).

A fala camponesa retrata que o direito de produzir termina sendo cerceado pela falta de apoio e de infraestruturas, nesse sentido, o acesso a terra não constitui um fator determinante da produtividade agrícola. A produção agrícola apresenta-se condicionada a vários fatores, como crédito, assistência técnica, qualidade do solo, tendências de mercado, capacidade de investimento camponês, força de trabalho disponível por unidade familiar etc. A falta de apoio técnico tende a ter como consequência a degradação ambiental, uma vez que relega a produção camponesa às práticas produtivas destituídas de cuidados conservacionistas para com a fauna, a flora, os solos e os corpos d'água. Desse modo, a realidade produtiva no PA Grande Vitória pode ser ilustrada com a imagem a seguir:

**FIGURA 07** – Unidade produtiva do PA Grande Vitória (imagem obtida em 27/08/2016).



Fonte: Dados de campo (SALES, 2016).

As políticas de Estado, ainda que na letra morta da lei, interferem diretamente nos usos da terra, favorecendo a conservação ambiental. A legislação ambiental para a Amazônia Legal impõe uma área de Reserva Legal (RL) de 80% da propriedade, na qual se pode fazer o uso

sustentável, e resguarda integralmente as Áreas de Preservação Permanente (APP's), proporções sempre questionadas por todas as categorias de produtores rurais, uma vez que a movimentação do relevo e o incontável número de corpos d'água reduzem bastante às áreas de uso múltiplo. A lógica da restrição legal corre sob a tão aludida fragilidade dos ecossistemas amazônicos.

Surge um jogo contra o Estado, no qual pequenos médios e grandes produtores rurais, que se tornam quase sempre aliados na luta pela mudança da legislação. Intentam “liberar” a terra das burocracias legais, viabilizando a produção. Momento em que surge uma questão crucial – uma vez constatada a incompatibilidade entre o sistema de produção capitalista e a conservação ambiental, não seria a lei a ferramenta necessária a ser imediatamente evocada para barrar a voracidade dessa lógica? As práticas produtivas camponesas terminam sendo influenciadas pela legislação ambiental, pois:

Apesar da maioria dos entrevistados dizer [*sic*] que não conhece[*sic passim*] a legislação ambiental 53% relataram que já demarcaram a área de reserva legal do lote, porém é importante ressaltar que a área reservada por estes não atende o que estabelece a legislação ambiental, uma vez que os mesmos demarcam a área a ser preservada de forma empírica, 43% ainda não demarcaram e 4% não informaram (BRASIL, 2011, p. 39).

Embora não haja uma demarcação de reserva legal pelos atores “autorizados”, ao seu modo, o assentado rural adota algumas práticas favoráveis à conservação ambiental. Os fatores para essa atitude são os mais diversos, incluindo a compreensão da importância de se manter reservas dos bens naturais para uso ulterior, passando pela coerção legal pela qual podem intuir sanções futuras e, finalmente, do entendimento da importância dos agentes naturais para a valorização e manutenção da vida nas propriedades rurais. Assim, 27% dos assentados do PA Grande Vitória, realizam alguma atividade de reflorestamento.

Na esteira da discussão de solo pobre, bons recursos naturais e uso de práticas conservacionistas, surgem as propostas para a superação das limitações existentes. A tecnologia é posta como principal solução, embora seja cara e, portanto, inacessível a maioria das famílias rurais. Mas paralelo a isso, recai sobre o trabalhador rural uma acusação um tanto desnecessária diante da situação em que a posse da terra lhe é concedida, qual seja, a posse de uma área já bastante explorada sob a lógica capitalista, onde não lhe é concedido os meios necessários às corretas práticas de cultivo – a propriedade enquanto ficção jurídica.

Porém, não se ver (*sic*) no PA a conciliação adequada entre solo, relevo, água e vegetação, pois a grande maioria dos assentados trabalha [*sic passim*] o solo de forma inadequada sem prática de manejo e muitos acabam comprometendo as margens dos rios e igarapés. Quanto ao relevo, apesar de apresentar altitudes consideráveis, é propício para o cultivo de diversas culturas (BRASIL, 2011, p. 41).

Ainda que pequenos, médios e grandes produtores rurais disponham dos meios necessários à realização do correto manejo dos recursos naturais, promovendo assim a sustentabilidade ambiental. Eles estão culturalmente condicionados a produzir mais com menos recursos, uma vez que essa é uma das principais diretrizes do modo de produção capitalista. Após a caracterização das condições ambientais do projeto de assentamento, seguida da enumeração das diferentes formas de uso dos recursos naturais pelos trabalhadores rurais, surge a sentença, já em caráter conclusivo:

A elevada demanda em recuperação de Projetos de Assentamento, segundo estudos feitos ao longo dos tempos acredita-se estar relacionada à fragilidade na organização espacial dos projetos. A falta de planejamento na origem inviabiliza as ações de desenvolvimento que, ao serem implementadas, não atendem às expectativas, além de impactar negativamente o meio ambiente e dificultar a emancipação do projeto que com o passar do tempo passa a ter uma nova concentração da área nas mãos de poucos [...]

Quanto ao desmatamento, as ações estão atreladas, notadamente, às operações tradicionais de desenvolvimento econômico, quando são incentivadas as atividades produtivas na agricultura, pecuária, dentre outras. Estas operações quando não devidamente planejadas (o caso do PA em estudo), podem implicar em agressão ao meio físico, com impactos negativos ao meio ambiente: a fauna, com o afugentamento de espécies nativas que são abatidas ou expulsas; a flora, com a supressão da floresta nativa além do permitido; os recursos hídricos, com a poluição das águas e assoreamento de rios e igarapés; o solo, por erosão e comprometimento dos atributos físicos, químicos e biológicos. (BRASIL, 2011, p. 42-43).

As “tecnificações” das práticas agrícolas regionais são aludidas ora em razão das soluções (alta produtividade, eficiência produtiva, assimilação tecnológica etc.) que podem trazer, ora pelos problemas que costumam causar (dependência tecnológica, compactação e contaminação do solo, aumento dos custos de produção, desflorestamento etc.). No caso em estudo, uma das complicações técnicas foi promovida pelo INCRA, quando assentou 40 famílias na Área de Preservação Permanente à margem do rio Tocantins, procedimento que implicou ações processuais pelo Ministério Público Federal (BRASIL, 2011, p. 44). A ação do INCRA inviabilizou a produção agrícola no lado norte do assentamento, na margem do rio Tocantins, além disso, produziu séria degradação ambiental, conforme é mostrado na imagem a seguir:

**FIGURA 08** – Igarapé sucumbindo no PA Grande Vitória (imagem obtida em 27/08/2016).



Fonte: Dados de campo (SALES, 2016).

Apesar da contundente definição e normatização das APP's, a lei não se mostrou suficiente para evitar tal imbróglio. O que poderia levar à incursão de tal erro administrativo à proporções que coloca o Estado contra si mesmo? A resposta para esta questão pode ser um indicativo que a reforma agrária brasileira está relegada às pressões sociais ou ainda subjugada às demandas do mercado, ou seja, o Estado não está interessado na reforma agrária, pois não a planeja, age de forma improvisada, produzindo uma posse agrária precária que implica em um uso, também precário pelas categorias sociais que da terra sobrevivem e nela produzem. Esse aspecto do Estado capitalista é precisamente descrito por Poulantzas (1977):

Por outro lado, podemos referenciar um isolamento, no interior das relações sociais e econômicas, em certas classes de uma formação capitalista, as quais decorrem de outros modos de produção coexistindo nessa formação: é o caso dos camponeses parcelares. É preciso, contudo, notar que, nesse caso, esse isolamento decorre das suas condições de vida econômica, a saber, precisamente da sua *não-separação* em relação aos meios de produção, ao passo que, no caso dos proprietários capitalistas e dos operários assalariados, o isolamento é um efeito do jurídico e do ideológico. Não obstante, este “efeito de isolamento” específico do M.P.C. impregna também, de forma *sobredeterminada*, as classes dos modos de produção não-dominantes de uma formação capitalista, acrescentando-se, na sua relação com o Estado capitalista, ao isolamento próprio das respectivas condições de vida econômica (grifo do autor). (POULANTZAS, 1977, p. 127).

A separação entre os capitalistas e os operários assalariados constitui-se por aspectos jurídicos e ideológicos, enquanto que o isolamento do camponês ocorre pelo viés econômico, mais especificamente pelo ostracismo promovido pelas políticas públicas do campo para com esta categoria social. Poulantzas (1977) ensina que a distinção entre o público e o privado no Estado do M.P.C como efeitos do jurídico e do ideológico suscita a oposição entre luta política e luta econômica, uma vez que opõe os agentes sociais, discriminando-os em indivíduos-sujeitos jurídicos e políticos (privados), às estâncias políticas representativas da unidade dos sujeitos público. O Estado capitalista coloca-se enquanto unidade política de uma formação social da qual julga ser o representante e o mediador do “interesse geral”, diluindo os agentes e negando as classes sociais.

O uso da terra, neste caso, está condicionado aos interesses comerciais. Os médios e grandes proprietários do Araguaia-Tocantins historicamente ocupam as Áreas de Preservação Permanente com seus plantéis bovinos, o que mostra que a ação do INCRA se intercala, ora respeitando as práticas de usos locais da terra, ora levando em consideração o uso legalmente instituído. Os erros irrompem desde a origem até a conclusão do projeto de assentamento, de modo que, por exemplo, “O caso de estradas vicinais que, quando mal posicionadas são onerosas na implantação (excessivas obras de arte) e exigentes em recuperação (intrafegável no período chuvoso), o que comumente está associado a agressões ao meio físico” (BRASIL, 2011, p. 42).

Considerando as fragilidades dos solos do PA Grande Vitória, constata-se que ele se constitui como projeto oneroso aos contribuintes e ineficaz na promoção de melhores condições de vida para os assentados. Frustra o princípio da função social e ecológica da terra, a partir da impossibilidade de um uso balizado concomitantemente na produção e na conservação.

As soluções tecnológicas disponíveis no mercado, entretanto, estão restritas à pequena parcela dos proprietários rurais abastados. Essas “soluções” nem sempre são compatíveis com as necessidades dos pequenos proprietários rurais. A adaptação tecnológica pode ser incompatível com as práticas agrícolas tradicionais. A calagem, por exemplo, corrige a acidez dos solos, mas é inacessível a praticamente todos os pequenos produtores rurais; a adubação é essencial para compensar as deficiências de fertilidade, todavia, se coloca como uma possibilidade muito distante.

Resta à agroecologia o papel de compatibilizar práticas tradicionais, viabilidade econômica e sustentabilidade ambiental. Até mesmo porque, a agricultura convencional passa

por uma crise sem precedentes. A reforma agrária às avessas resulta em reconcentração fundiária, da qual sucede uma série de expedientes inconvenientes em muitos aspectos.

A partir dos anos 1980, os movimentos sociais camponeses alcançaram maior organização e passaram a intervir mais diretamente nas políticas públicas regionais. Com o fortalecimento das discussões ecológicas, surgiram perspectivas produtivas que levam em conta a preservação ambiental, instante em que emerge a ideia de desenvolvimentos sustentável a partir da diversificação da produção. Entretanto, é notável que o acesso ao crédito a assistência técnica por parte dos camponeses, terminou por reforçar um modelo de homogeneização produtiva, uma vez que as propostas de financiamento privilegiaram a aquisição de gado *vacum*.

As atividades produtivas de ciclos curtos ou que demandam maiores investimentos são ignorados pelo governo. Isso leva os produtores rurais a reclamarem tanto da falta de apoio quando da forma como os financiamentos ocorrem. O ostracismo sofrido pelas atividades produtivas camponesas fica patente. Assim, quando se pergunta o que promoveria o progresso e o desenvolvimento no assentamento Grande Vitória, de imediato ouve-se o protesto:

Apoio, liberar as coisas para a gente trabalhar. Apoio governamental em todos os sentidos. Só isso que depende. E fiscalização né? Para o povo não pegar o dinheiro e ficar fazendo porcaria, apoiar mas fiscalizar, não fazer igual o governo dá dinheiro para o povo que não faz nada. Desviam a verba para outras coisas. (LUCAS, 64 ANOS, entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016).

O Estado financia grandes empreendimentos no Araguaia-Tocantins com uma frequência espantosa, entretanto, ainda que seja a região com a maior quantidade de assentamentos rurais do Brasil, a produção camponesa do sudeste paraense recebe precária atenção. Os bancos e o próprio Estado julgam ser melhor financiar atividades com taxas de retorno de investimentos curtos para imediata realização de lucros e impostos.

Os cultivos de ciclos de produção curtos constituem-se como atividades fundamentais para a subsistência das famílias camponesas que as desenvolvem de forma precária e enfrentando muitas dificuldades. Essas atividades são desprezadas pelo Estado por demandarem investimento prévio em infraestruturas, mas fornecendo resultados em médio e longo prazos. Conclui-se, portanto, que o projeto de assentamento Grande Vitória apresenta um modelo de reforma agrária, cujos usos e posse da terra se direcionam para a obtenção de maiores vantagens com menores esforços às custas da pobreza da população camponesa e da degradação ambiental.

### 4.3 Apinajés – de terra indígena a comunidade de pescadores

O município de São João do Araguaia, está localizado a 50 Km de Marabá, está situado na zona fisiográfica do Itacaiúnas. Sua origem data de 1779, sendo uma das cidades mais antigas do sudeste do estado do Pará, quando sob a iniciativa do Governador Capitão-General José de Nápoles Tello de Meneses, decidiu-se colonizar à margem esquerda do rio Tocantins no seu ponto mais extremo à montante (IBGE, 2016). Situado no encontro dos rios Araguaia e Tocantins, esse município goza de uma posição privilegiada. Apinajés também tem essa particularidade e dista apenas cinco quilômetros de São João do Araguaia.

Apinajés tornou-se uma vila de pescadores, cujas características são apresentadas na figura a seguir:

**FIGURA 09** – Aspecto da Vila Apinajés (imagem obtida em 10/09/ 2016).



Fonte: Dados de Campo (SALES, 2016).

A comunidade Apinajés com cerca de 609 eleitores (BRASIL, 2016), foi uma aldeia indígena com povo de mesmo nome, situada em áreas de castanhais. A população indígena originária migrou para fugir da situação de contato com a sociedade nacional. A comunidade pesqueira Apinajés também desenvolve agricultura no sistema de várzea e assiste ao desaparecimento da fauna silvestre, com destaque para a redução da população de tracajás

(*Podocnemis unifilis*), da tartaruga (*Podocnemis expansa*) e da flora como desaparecimento das florestas.

Atualmente, a vila pesqueira Apinajés é um distrito do município de São João do Araguaia, ente federativo com 13.569<sup>17</sup> habitantes. A comunidade agrega pessoas cujas famílias nela vivem há várias gerações, de forma que, a organização social encontra-se extremamente intrincada com o meio ambiente natural, sendo, portanto, dependentes da maneira como articularam o uso da terra e do rio.

Além de agricultura e pecuária, a população local desenvolve a pesca e o turismo. A atividade pesqueira está articulada com os mercados de Marabá e São Domingos do Araguaia. A ajuda mútua compõe a base econômica dessas atividades, sendo o trabalho familiar uma característica marcante no arranjo social comunitário (D'LEON, 2014). Os rios Araguaia e Tocantins são elos por onde transitam os moradores da vila Apinajés, principalmente nas festas religiosas, quando interagem mais efetivamente com outras comunidades de culturas semelhantes, como por exemplo, a Vila Espírito Santo, mantendo importantes laços sociais (SILVA, 2004, p. 68).

#### **4.3.1 A vila Apinajés**

A área de localização da Vila Apinajés em São João do Araguaia vivenciou processo histórico semelhante ao descrito anteriormente, neste sentido:

Esta região foi marcada por intensos conflitos agrários pela posse de terra, durante as décadas de 1970 a 1980, em que se opunham de um lado os trabalhadores rurais da região Nordeste do país (chamados de camponeses), principalmente, a população oriunda dos estados do Maranhão e do Piauí. Esses trabalhadores chegaram a partir da década de 1950, em busca de terras devolutas, de fazendeiros e investidores da região Centro-Sul do país, que se apropriam de grandes extensões de terra para a prática da pecuária de corte, motivados pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal como forma de promover o crescimento econômico e a ocupação da Amazônia (SANTOS, 2011, p. 84).

A marca da ocupação da terra em Apinajés é a apropriação por categorias sociais distintas, umas atraídas por terras e recursos de subsistência, outras por terras e subsídios fiscais, resultando em formas de propriedade bastante heterogêneas, em que os pequenos proprietários enfrentam substanciais transformações em seus modos de vida. Em virtude da mineração no corredor Carajás, Santos (2011, p. 85) informa que “se assiste ainda a um forte processo de

---

<sup>17</sup> População estimada pelo IBGE para 2016.

grilagem. As expropriações violentas das famílias dos agricultores, as perseguições e os assassinatos de posseiros emergem como práticas correntes nas áreas em questão”. A grilagem constitui-se ainda como uma prática para se apropriar da terra em Apinajés.

As belezas naturais das ilhas do Bico do Papagaio contrastam com o modo de vida da comunidade, pois apesar de distar apenas seis quilômetros da sede do município, a Vila Apinajés aloca uma população onde a pobreza é latente. Entretanto, possui algumas infraestruturas como rede elétrica, escolas, comércios, colônia de pescadores e também, um fraco sinal de telefonia móvel. Durante as entrevistas fica patente certa tristeza em relação a vila, a qual consideram “feia”. A população é marcadamente negra e mestiça. Essa comunidade reclama substancialmente da falta de empregos e oportunidades para os jovens.

#### **4.3.2 Aspectos gerais das ilhas**

O acesso fluvial à região das ilhas do Bico do Papagaio pela comunidade de Apinajés ocorre por uma embocadura que se liga ao rio em sua margem esquerda. Assim, é necessário seguir na direção oeste por cerca de um quilômetro para, enfim, convergir a leste, seguindo o sol nascente quase de forma retilínea. Após uma hora de viagem a barco, passando pela confluência dos rios Araguaia e Tocantins – para finalmente alcançar as várias ilhas fluviais que se espriam em uma área onde o rio é bastante grande e caudaloso. Mas as águas são claras e calmas, não havendo pedras ou corredeiras, apenas enormes bancos de areia que formam exuberantes praias, as quais todo momento marcam a paisagem, sendo objeto de extraordinária visitaçãoturística no período de férias, durante os meses de junho e julho, recebendo banhistas em todo o período de estiagem. Assim, ao longo do deslocamento se observa barracas rústicas, utilizadas pelos banhistas durante todo o trajeto e em quase todas as ilhas.

Naturalmente as ilhas, em termos gerais, se formam com extensos bancos de areia na sua base que sustenta um relevo em forma de cones alongados no sentido leste-oeste, delineados pelo fluxo das águas ao longo dos anos.

Há lugares onde os cortes de relevo se apresentam bastante íngremes, com formações quase escarpadas, onde a zona de transição fisiográfica entre a areia e a argila possui elevações com ângulos superiores a 45°, erguendo encostas abruptas. Nas partes suaves do relevo é possível perceber a restinga em muitos lugares nessa faixa de transição. No rosto da escarpa, a vegetação é densa com espécies de árvores do bioma amazônico. A laguna de acesso às ilhas do Bico do Papagaio é apresentada na imagem a seguir:

**FIGURA 10** - Laguna de acesso fluvial as ilhas de Apinajés – (imagem adquirida 10/09/ 2016).



Fonte: Dados de Campo (SALES, 2016).

As ilhas não contam com serviço de energia elétrica, recorrem na maioria das vezes, estações geradoras movidas a *diesel* ou sistemas fotovoltaicos; estes últimos mais escassos em função do alto custo. Muitas famílias são obrigadas a possuir casa na vila Apinajés, uma vez que não lhes são ofertados serviço de transporte escolar.

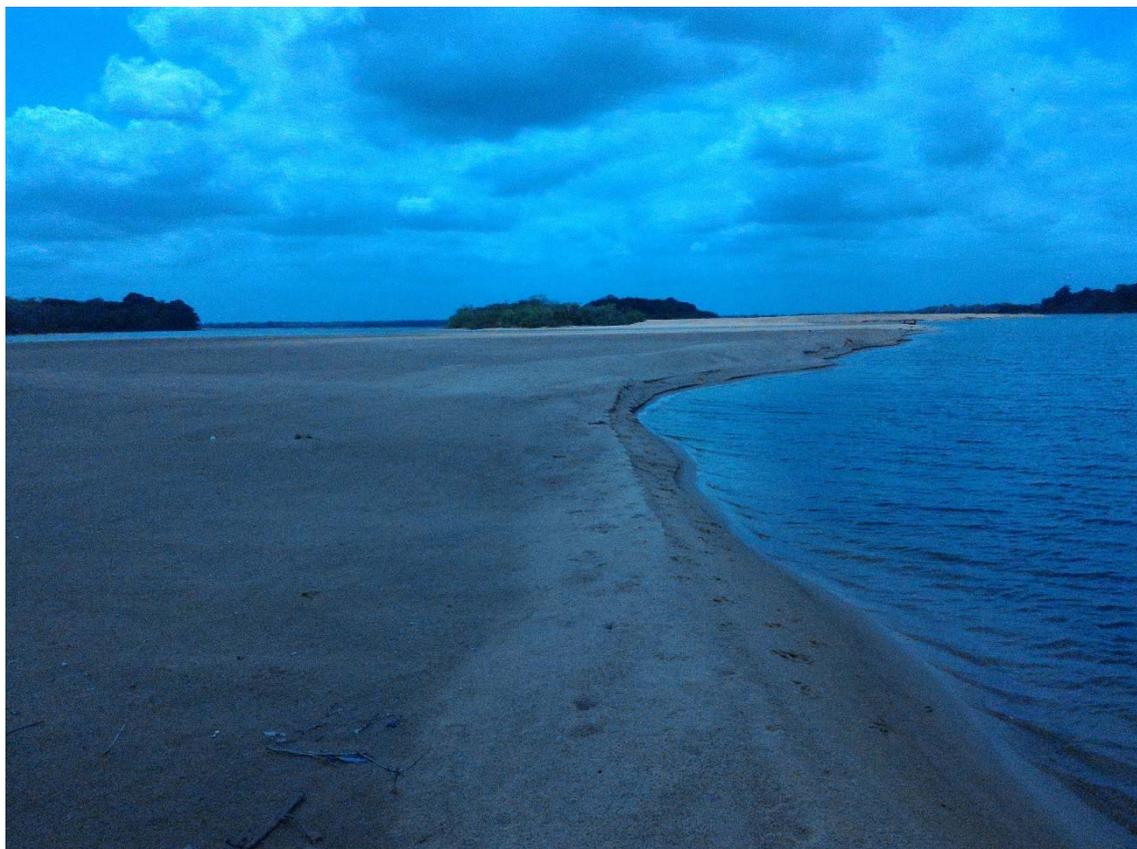
A falta de serviços públicos inibe a ocupação efetiva das ilhas, cujos moradores em sua grande maioria são pessoas já idosas, mas com famílias grandes e cujos membros também usufruem das propriedades.

#### **4.3.3 Formas de uso e posse da terra em Apinajés**

Apinajés agrega pequenos médios e grandes produtores rurais. Os sistemas produtivos são complexos, combinando várias atividades. As propriedades das ilhas do complexo Bico do Papagaio podem ser classificadas basicamente em dois tipos – as mais antigas que se localizam no relevo mais elevado e que podem ser claramente identificadas pelos sítios de permacultura, cujas plantas apresentam aspectos bastante antigos, do mesmo modo os pequenos casebres de características semelhantes; e as “novas propriedades”, nas quais os donos estão realizando a

“abertura” para implantar infraestruturas e sistemas produtivos. As ilhas são dotadas de grandes belezas naturais, conforme a figura a seguir:

FIGURA 11 – Ilha do Jiquiri ou Cachórras - São João do Araguaia (imagem obtida em 10/09/ 2016).



Fonte: Dados de Campo (SALES, 2016).

Assim, trata-se de uma área em franca apropriação e de uso antigo e recente, respectivamente. Boa parte dessas famílias residentes são novas na área, estando, portanto, apossando-se da área por ocupação pacífica. Lutam para construir casas rústicas com paredes de pau a pique ou taipa, cobertas com palhas de babaçu (*Attalea speciosa*), palmácea abundante no município, mas inexistentes nas ilhas, que possuem variada vegetação, boa parte de aspecto lenhoso e retorcido.

As famílias de Apinajés quando não convivem sob o mesmo teto por duas ou três gerações, mantêm estreitas ligações. Os membros mais envolvidos com a pesca alternam a residência entre a vila e as ilhas. Adquirem suas propriedades por compra ou ocupam espontaneamente terras devolutas nas ilhas do Bico do Papagaio. Os tamanhos das propriedades são variados.

A prática da roça de corte e queima é muito comum, e a fiscalização ambiental quando realizada, se prende a questões de pesca tão somente. Sobrevivem através de horticultura e do cultivo de culturas como mandioca (*Manihot esculenta*), abóbora (*Cucurbita pepo*), arroz (*Oryza sativa*), milho (*Zea mays*) e ainda uma incipiente permacultura com espécies como cajá (*Spondias mombin*), murici (*Byrsonima crassifolia*), banana (*Musa*), abacaxi (*Ananas comosus*), caju (*Anacardium occidentale*), coco (*Cocos nucifera*), melancia (*Citrullus lanatus*), maracujá (*Passiflora edulis*), limão (*Citrus limon*), jaca (*Artocarpus heterophyllus*), tangerina (*Citrus reticulata*), açaí (*Euterpe oleracea*) e mamão (*Carica papaya*), sendo estas as atividades que desenvolvem junto com a criação de gado *vacum* e pequenos animais como porcos, galinhas, cabras etc. Na imagem a seguir é possível constatar a limpeza da área para os cultivos nas ilhas de Apinajés.

**FIGURA 12** – Pequena roça tradicional na Ilha do Piranha. Essa comunidade utiliza indiscriminadamente o fogo. As ilhas foram todas queimadas, não conseguem controlar os incêndios provocados pela queima dos roçados (imagem obtida em 10/09/ 2016).



Fonte: Dados de Campo (SALES, 2016).

A agricultura tem como principal dificuldade as inundações dos rios Araguaia e Tocantins, disso advém, a necessidade de ter sempre outra fonte de renda, pois um inverno rigoroso pode destruir a roça toda. Neste sentido, informa que, “Mexia só com pesca, era iludido com isso, mas meu sogro me animou, daí me acostumei com ela, pois é muito bom, todo dia

que você vai na roça você traz alguma coisa de lá, a abóbora, a macaxeira, o milho, a melancia, o arroz” (AGRIPINO, 59 ANOS, entrevista concedida em 06 de setembro de 2016).

O uso indiscriminado de fogo nas ilhas e a falta de força de trabalho inibe a agricultura, em razão de muitos membros das famílias serem idosos e pela falta de identificação das novas gerações com a lavoura e ou com a pesca, por demonstrarem inclinação ideológica pelo trabalho assalariado. Os ilhéus de Apinajés costumam residir em casas de taipa, como se pode observar na figura a seguir:

**FIGURA 13** – Casebre tradicional na Ilha do Piranha – São João do Araguaia – PA (imagem obtida em 10/09/ 2016).



Fonte: Dados de Campo (SALES, 2016).

Lavrar a terra implica superar dificuldades como as inundações e as ações de animais como camaleão (*Chamaeleonidae*), curica (*Pyrilia caica*) e do chico preto (*Molothrus oryzivorus*) como também, de insetos como a formiga saúva (*Atta*). O sistema produtivo envolve a proletarização das famílias, de forma que necessitam trabalhar diárias, cujos valores variam de R\$ 40,00 até 50,00 para complementar a renda. Nesse sentido, os trabalhadores que lidam com motosserra auferem valores mais significativos. Em um dia de trabalho, chegam a ganhar até cem reais derrubando roças, produzindo madeiras para fazer casas, canoas, cercas etc. Em regra, é impossível sobreviver nessas ilhas sem recorrer a rendas extras. As diárias externas permitem o sustento das famílias. Para conseguir manter a terra, conjugam as diárias externas com a pesca e demais atividades.

Muitos dos membros mais velhos de algumas famílias já estão aposentados, sendo egressos dos garimpos e castanhais. Isso contribui para o aumento da renda, proporcionando uma liquidez mensal que somada com a renda da terra e ou da pesca, tornam essas atividades complementares entre si. A falta de madeira dificulta a construção de moradias e a estruturação dos sistemas produtivos, no período seco do ano, o rio raso atrapalha o transporte da produção a partir das ilhas.

As moradias dessas populações são construídas, em sua maioria, com recursos existentes nas próprias ilhas, conotando forte integração com o meio ambiente natural, fator característico dos ilhéus em Apinajés.

#### 4.3.4 A pesca

A pesca em Apinajés envolve vários processos técnicos, econômicos, socioculturais e políticos. Nesse sentido, para Freitas & Rivas (2006, p. 30) “O predomínio de procedimentos artesanais na detecção dos cardumes e nas operações de captura é refletido na variedade de apetrechos e estratégias de pesca”. Além disso, os rios Tocantins e Araguaia caracterizam-se por uma sazonalidade que influi na pesca, pois é justamente nos:

ciclos hidrológicos da vazante e seca, quando há menor volume de água nos rios da Amazônia, proporcionando o aumento da densidade de peixes. Em diversos estudos sobre a pesca artesanal na Amazônia, é justamente nas épocas de vazante e seca que os pescadores conseguem uma maior captura de peixe ( HALLWASS, 2011, p.37).

A pesca realizada através de canoas e barcos é naturalmente uma atividade tradicional para esta população de Apinajés, sendo realizada nos canais dos rios e em lagos adjacentes (ADAMS; MURRIETA; SANCHES, 2005, p. 9). Tem como principais problemas a escassez de peixes, carestia do material pesqueiro e a forte antropização. Os botos (*Inia geoffrensis*) também atrapalham a pesca, pois destroem as redes.

Os pescadores de Apinajés ainda conseguem pescar espécies como cari (*Hypostomus affinis*), curimatã (*Prochilodus lineatus*), voador (*Hemiodus sp*), tucunaré (*Cichla*), piau (*Leporinus obtusidens*), tabarana (*Salminus hilarii*), pescada (*Cynoscion leiarchus*), pacu (*Piaractus mesopotamicus*), branquinha (*Potamorhina altamazonica*), jaraqui (*Semaprochilodus insignis*), cará (*Geophagus brasiliensis*), mapará (*Hypophthalmus edentatus*), piranha (*Pygocentrus nattereri*) etc. Mesmo quando aposentados, vários pescadores permanecem pagando as taxas da colônia de pescadores para manter a licença de pesca e assim

complementarem suas rendas. O valor atual do peixe permite que consigam semanalmente entre 10 e 100 cambos de pescado por família, os quais são vendidos a R\$ 8,00, de forma que a renda semanal pode variar de R\$ 80 a 800,00, ou seja, a pesca é atividade bastante instável em função da sazonalidade do rio e das ações antrópicas.

Um dos fatores que podem explicar a escassez de peixes é a localização da comunidade, pois ao contrário do relativo isolamento da Vila Tauri, a Vila Apinajés situa-se sob fronteiras permeáveis com os municípios de São Domingos, Marabá e Bom Jesus do Tocantins, e ainda faz divisa com os estados do Tocantins e Maranhão, posição que o torna muito acessível à pesca, turismo e lazer, conseqüente a ação antrópica. Assim, se a localização promove uma pesca ostensiva, paradoxalmente, ela potencializa as outras atividades produtivas. O ordenamento pesqueiro torna-se um imperativo na área do Bico do Papagaio, entretanto:

A complexidade da atividade da pesca no mundo, seja ela marinha ou continental, impossibilita a proposição de planos de manejo singulares, eficientes em diferentes regiões, sendo necessária a descentralização das medidas e a proposição de planos de manejo de acordo com cada situação ( HALLWASS, 2011, p. 38-39).

Os efeitos da antropização provocam mudanças drásticas na dinâmica dos rios, atingindo diretamente a pesca na comunidade Apinajés. Nesse sentido, o ordenamento pesqueiro envolve diretamente as formas de uso da terra. O dirigente da colônia de pescadores de São João do Araguaia alerta que:

A condição atual do rio está horrível. Acredito que isso é devido a imprudência do próprio homem, do governo, de todo mundo. Porque o governo faz barragens, o homem desmata o beiradão, então o rio perdeu a velocidade devido às barragens. E tudo que desce para o rio é só para entulhar e criar pragas. (GABRIEL, 50 ANOS, entrevista concedida em 13 de novembro de 2016).

Alguns peixes da ordem *Characiformes*<sup>18</sup> são bastante impactados pelo barramento do rio, que modifica a velocidade e o grau dos alagamentos nas várzeas, comprometendo a sobrevivência dos produtos sexuais desses peixes e demais organismos aquáticos, (HALLWASS, 2011, p. 40). A espécie em muitas ocasiões constitui-se como a fonte principal de proteína às populações ribeirinhas. A comunidade pesqueira do Apinajés denuncia a pesca predatória, que nessa região manifesta-se por variadas técnicas como a “zagaia” e a “pistola”

---

<sup>18</sup> De acordo com Moreira (2007, p.1) “A ordem *Characiformes* é um dos maiores grupos de peixes de água doce, com pelo menos 1674 espécies recentes válidas em 270 gêneros, número este provavelmente subestimado. O número das famílias de *Characiformes* varia entre 14 e 18”. Inclui peixes como piau, traíra, bagre, cará, lambari, etc).

ou “arpão” – as quais afugentam os peixes, muitas vezes, os ferem sem que se consiga capturá-los; a “malha de saco” que permite pescar até os filhotes de peixes; o “telão” – composição de três redes que se estende da superfície da água até o fundo do rio, deixando os peixes sem defesa, e por fim, o “amarrador” – prática pesqueira coletiva que se tornou predatória – esta modalidade pesqueira foi duramente combatida, simultaneamente, pelas agências de fiscalização do IBAMA dos estados do Pará e Tocantins, Mas há informações que ocorre de forma discreta:

Ao mesmo tempo, fatores ambientais e mercadológicos propiciam oferta e demanda para uma elevada diversidade de espécies, incomum em pescarias comerciais. Um fator adicional de complexidade na pesca dessa região são os diferentes tipos de usuários dos recursos pesqueiros, com diferentes estratégias de pesca e diferentes comportamentos frente aos recursos e ao ambiente. (FREITAS & RIVAS, 2006, p. 1).

Em Apinajés coexistem a pesca artesanal de caráter familiar para fins de subsistência, comercialização e lazer, como também a pesca esportiva do tucunaré (*Cichla sp*), esta última modalidade geralmente, articula-se com o turismo. Ao se depararem com o definhamento das suas atividades tradicionais, concebem que o apoio governamental, através de projetos de turismo, poderia desenvolver a comunidade, mas, o progresso também perpassa pelo asfaltamento de ruas, oferta de água potável, ocupação integral da força de trabalho, além crédito para estruturar atividades que gerem renda. Reclamam da omissão do Estado em função da indisponibilidade de serviços públicos, especificamente do atendimento de saúde de urgência e emergência e transporte escolar, pois a presença do Estado na área ocorre quase que unicamente pela atuação dos fiscais de meio ambiente.

#### **4.3.5 Usos da terra pelas famílias ribeirinhas**

Os estudos sobre as formas de uso e posse da terra no Araguaia-Tocantins constituem a própria compreensão da ocupação humana na Amazônia. Outrossim, compõe uma estratégia de se saber como essas populações se apossam da paisagem e constroem seu cotidiano (SANTOS, 2011, p. 85). Em Apinajés, a população que reside à margem do rio e nas ilhas, pratica agricultura e pesca. Essas atividades produtivas são sazonais uma em relação a outra nos locais inundáveis. Assim:

A várzea e a terra firme apresentam oportunidades e limitações distintas, sendo que a primeira foi capaz de sustentar os maiores assentamentos humanos da pré-história, bem como no passado colonial recente, graças à relativa fertilidade do solo e

facilidade de acesso aos abundantes recursos da fauna aquática. (ADAMS; MURRIETA; SANCHES, 2005, p. 2).

As estratégias dessas comunidades de se estabelecerem às margens dos grandes rios são demonstrações da eficiência dos seus arranjos socioeconômicos. A localização dos assentamentos ribeirinhos permitem à essas categorias desfrutarem de grande diversidade de recursos, enfrentar as incertezas dos recursos sazonais ao mesmo tempo em que diminuem os impactos sobre o meio físico e natural. Na atual conjuntura, enfrentam as consequências da degradação ambiental, sendo que “algumas ribeirinhas, por exemplo, relataram a ocorrência de uma sensível alteração do regime de chuvas (período chuvoso mais curto e pouco previsível em anos anteriores) bem maior e denso nessa temporada 2010-2011” (SANTOS, 2011, p. 87), o que se relaciona com drástica redução das enchentes no Bico do Papagaio.

As ilhas de Apinajés agregavam pouquíssimos “donos” em razão do grande volume de água no período chuvoso, havendo poucas áreas utilizáveis. Mas já em 2008, os rios Tocantins e Araguaia deixaram de alcançar o nível máximo (de até 12 metros), fator que liberou mais terras nas ilhas para uso por mais famílias, as quais para se livrar do característico isolamento, compartilharam áreas com parentes e amigos, vindo a povoar o remoto “beiradão”, modo como se referem as ilhas onde residem, de forma que:

“terra de bolo” pertence à família, é herança de um ascendente comum e permanece sendo utilizada por sucessivas gerações, sem que seja efetivamente repartida em seções de heranças que constituem propriedades individualizadas; ao contrário, a terra é mantida em regime pró indiviso e nela vivem os descendentes co-herdeiros e parentes assimilados por afinidades. (PARENTE, 2015, p. 409).

O que marca um tipo de posse familiar em que os laços de parentesco são fundamentais. A divisão da área entre parentes é uma forma de apropriação da terra, pois sem tal ação, torna-se inviável a permanência nela, entretanto, “apesar de haver certo grau de organização comunitária, as unidades domésticas mantêm uma forte autonomia, baseada principalmente na parentela próxima, o que muitas vezes atrapalha decisões coletivas inter ou intra comunitárias” (ADAMS; MURRIETA; SANCHES, 2005, p. 9).

O avanço das relações capitalistas alcançou os ilhéus do Bico do Papagaio, de forma que, durante a pesquisa, constatou-se uma complexa teia de relações de posse e uso da terra entre as famílias. Uma família, por exemplo, recebe mantimentos do “patrão”, que mantém a posse do lote através dos seus “empregados”, pagando-lhes diárias de R\$ 30,00 e fornecendo uma cota mensal de suprimentos. Essa família que vive (na) e da terra e (no) e do rio, não

consegue auferir deles boas condições de vida, suportando uma vida visivelmente precária e marcada por incertezas.

Sob esse modelo, essa família é “guardiã” de uma área de 22,5 hectares, tem acesso à terra através da proletarização, e despende grande esforço para vencer a vegetação afetada pelos incêndios que frequentemente, assolam as ilhas. Tem dificuldade de se adaptarem ao ciclo de inundações dos rios Araguaia e Tocantins. A agricultura nas ilhas fluviais está condicionada pela topografia. As elevações são fundamentais para os métodos de plantio nas ilhas, pois regula o tempo da lavoura e a frequência e duração da inundação. Isso leva a diferenças substanciais entre as propriedades das ilhas, com consequências para o potencial agrícola (ADAMS; MURRIETA; SANCHES, 2005, p.5). Lutam para fazer uma pequena roça em que possam realizar seus plantios. Para isso utilizam o sistema de coivara. Também de forma complementar, criam galinhas, cabras, porcos etc.

A renda da propriedade não é suficiente, por isso, alegam que necessitam dos suprimentos fornecidos pelo “patrão”. Trabalham somente em função do patrão, que utiliza a propriedade para lazer. Neste caso, a terra é o próprio instrumento de proletarização. Com o exemplo é possível visualizar uma outra forma de auferir vantagem da terra, qual seja, através da expropriação do trabalho alheio, utilizado para realizar benfeitorias que possibilitem uma melhor venda futura.

O agente titular, que não precisa da terra, obtém a renda dela explorando prepostos. Essa família de trabalhadores é oriunda de Cametá – Pará, pesca apenas para alimentação, se identificando mais com a agricultura de subsistência. As famílias vizinhas informaram que os muitos “caseiros” que anteriormente se aventuram como prepostos guardiões deste lote, não suportaram mais que seis meses, uma vez que os mantimentos ofertados pelo proprietário titular eram insuficientes, levando os trabalhadores a passar necessidades. A ideia de pagar “diárias” sugere uma relação de precarização do trabalho rural, a parca oferta dos mantimentos combinados e ofertados aos trabalhadores, apresenta-se como uma estratégia de frustrar a perpetuação do trabalhador na propriedade. Trata-se de uma forma de negar-lhes os direitos trabalhistas e a posse pelas benfeitorias feitas. O suposto proprietário utiliza a presença e a força de trabalho de outrem para manter a posse da terra.

Uma outra família que morava na vila Tauiri, com a qual ainda mantêm contato, apesar dos dez anos vivendo nas ilhas de Apinajés, celebraram a paz e a tranquilidade reinante por muito tempo, quando esta fora interrompida por “vizinhos” que aproveitavam os momentos que a propriedade fica sozinha para realizar pequenos furtos.

Essa população e o próprio governo não demonstram entender a drástica mudança no regime hidrológico do rio como um grave problema ambiental, antes parece concebê-la como mais uma alternativa que, aliada à pesca, pode vir a suprir suas necessidades. O governo ao demarcar a área, ignora a suposta criação da hidrelétrica de Marabá, cuja represa, certamente, reestabelecerá o volume de água em seu nível máximo, limitando o uso da área novamente.

Atualmente, quem estiver disposto a utilizar essas terras, deve estar preparado para conviver com o isolamento característico. A tranquilidade do lugar e a “fartura” que a terra oferece são fatores que prendem seus moradores. As famílias aludem que só venderiam as terras, cujos preços variam de dois a seis mil reais por hectare, em grave ameaça, por doença ou em função da construção da hidrelétrica de Marabá. Em termos de grandes projetos, espontaneamente, afirmam que a hidrovía é “200%” melhor que a hidrelétrica de Marabá, pois beneficiará muitos moradores que colhem a produção e poderão escoá-la. Manter as propriedades significa, em última instância, conviver com uma numerosa quantidade de turistas no período de alta temporada do veraneio. Muito embora não consigam obter renda com turismo, pois segundo informam, agem muito na camaradagem – troca de favores com os turistas, os quais se hospedam na propriedade e compartilham mantimentos e combustível com as famílias.

Estas são as múltiplas interfaces das formas de uso da terra na comunidade Apinajés, território que articula formações sociais muito específicas com as paisagens que fazem parte dessas vivências e sobrevivências do Rio Tocantins (SANTOS, 2011, p. 89). Lugar de praias de água doce, matas, inundações, queimadas, ao mesmo tempo, *locus* de pesca, agricultura, pecuária e turismo.

## **5. PERSPECTIVAS PARA AS POPULAÇÕES DAS COMUNIDADES DIANTE DOS GRANDES PROJETOS DE EXPANSÃO DO CAPITALISMO EM CURSO NA REGIÃO.**

Compreende-se que os modos de vida locais são amplamente afetados pela expansão do mercado global. Por isso, a análise das formas de uso e apropriação da terra precisa ser situada neste contexto. A ação política se apresenta como elemento *sine quo non* para o entendimento das interações do local com o global. Destacando que é o exercício do poder que organiza o espaço de expansão capitalista.

Os Estados nacionais buscam garantir a livre atuação do mercado, criando os mecanismos que o capital necessita para se reproduzir, para isso, formula leis e instituem dispositivos de gestão, em favor da ampliação do consumo e da máxima margem de lucros para as empresas. Segundo Chesnais (2001, p. 14), a mundialização do capital intensifica as ações Estados, acirrando os fatores de hierarquização entre países, empresas e trabalhadores, constatação que frustra a noção liberal de Estado mínimo vigente no contexto contemporâneo. O Estado brasileiro naturalmente dirige suas ações no sentido de viabilizar a reprodução ampliada do capital

Para o tema em discussão, apresenta-se de forma bastante genérica, as manobras que influenciaram a agenda política brasileira, cujos desdobramentos alcançaram as políticas públicas agrárias e ambientais, atingindo a função ambiental da terra. Exercício necessário, sobretudo, para tentar projetar as perspectivas das comunidades camponesas diante dos grandes empreendimentos em curso no Araguaia-Tocantins.

### **5.1 Desdobramento da atuação institucional nas formas de uso e apropriação da terra no Araguaia-Tocantins.**

Nos últimos anos os debates políticos sobre a ampliação de uso da terra *versus* conservação ambiental têm tomado dimensões sem precedentes na história do Brasil. Nesse sentido, o parlamento brasileiro tornou-se arena de constantes embates nas discussões para alteração do marco regulatório atinente ao tema.

As alterações promovidas no Código Florestal Brasileiro, Lei nº 4.771 de 1965, pela Lei nº 12.65 de 25 de maio de 2012, sendo esta última imediatamente modificada através da MP - nº 571/2012, demonstram acirrados conflitos de interesses. Tais mudanças por uma série de

questões, como por exemplo, a concepção de que os ambientes naturais constituem barreiras ao desenvolvimento econômico, terminaram por descaracterizar a legislação ambiental, promovendo a insegurança alimentar e eliminando a função socioambiental da terra no Brasil (SAUER & FRANÇA, 2012, p. 1).

Se no parlamento brasileiro existe ampla discussão sobre as formas de uso e apropriação da terra, as realizações das políticas públicas no campo promovem uma complexa realidade rural. Ao longo dos rios Tocantins, observa-se uma diversidade de formas de apropriação e uso de terras, por vias legais, mas esse processo também ocorre através de atos ilícitos das agências estatais. Nota-se ainda, que esta apropriação dá-se pelas diversas classes sociais, logicamente, que com objetivos distintos, refletindo as ações governamentais através das políticas públicas.

Durante os estudos de campo, constatou-se que as três comunidades analisadas mantêm relações com o INCRA. As ilhas da comunidade Tauiri, próximas ao lago da Hidrelétrica de Tucuruí, e as do Bico do Papagaio são demarcadas por esta instituição, mas os documentos de posse, incluindo das propriedades às margens dos rios são emitidas pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU. Isso sugere uma atuação conjunta da gestão pública nestas áreas. A SPU fornece documentos que reconhecem os direitos de uso, principalmente, de ribeirinhos. Existem ainda áreas tituladas pelo antigo GETAT - Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, localizadas às proximidades da rodovia BR 230, em ambos os casos, não há mais padrões de tamanho, pois sempre ocorrem uniões e desmembramentos.

Além disso, existem posses em áreas públicas da União, em áreas públicas do estado do Pará e áreas sob jurisdição da marinha. Quando as famílias possuem a legitimidade de posse, podem ser regularizadas pelos órgãos que gerem as áreas ocupadas por elas, recebendo o título de domínio. De forma suplementar, as famílias deveriam ter garantida a cidadania acessando também, as diversas políticas públicas. Em algumas áreas, não há condições de receberem títulos, mas podem receber a concessão de uso vitalícia, nelas permanecendo por toda a vida, como é o caso dos ribeirinhos regularizados pela SPU.

Para a Colônia Z-44, os tipos de posses que ocorrem às margens do rio Tocantins no sudeste paraense, são formatados pelo Governo Federal, mais especificamente pela SPU e se estendem de modo contíguo às outras propriedades rurais estabelecidas pela reforma agrária ou adquiridas por compra, posse mansa etc.

Ribeirinhos quase todos são das áreas da União. Eles são da SPU (área), quase todos são titulados. Mas há algumas propriedades oriundas da reforma agrária, que às vezes se estendem para além da margem do rio. Dentro da legalidade tem que se cumprir “x” metros, se vê falar muito de 100 metros, mais está entre 50 a 100 metros. Deixar

aquela parte que, por obrigação é da SPU, é do ribeirão. (JORGE, 48 ANOS, entrevista concedida em 11 de janeiro de 2017).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA é uma instituição que trabalha as formas de ocupações, de posse e de uso da terra em todo Brasil. Ao longo do rio Tocantins, especificamente no trecho entre a comunidade Tauiri (Pedral do Lorenção) em Itupiranga até à região das ilhas na Vila Apinajés, em São João do Araguaia. Assim, com exceção das terras geridas pela SPU e Instituto de Terras do Pará - ITERPA, o INCRA é responsável pela criação de projetos de assentamentos em imóveis desapropriados, adquiridos na forma do Decreto 433/92 ou doados a essa autarquia.

A concepção dos funcionários do INCRA e das demais instituições vinculadas às questões agrárias demonstra claramente, a contradição existente no contexto fundiário existente no sudeste do Pará, neste caso Oliveira (2004) destaca que:

Ocorre a industrialização da agricultura, que abre a possibilidade histórica aos proprietários de terras ou aos capitalistas/prorietários de terra para a apropriação da renda capitalista da terra, quer na sua forma diferencial e/ou absoluta. Está marcado, pois, pelo processo de territorialização do capital, sobretudo dos monopólios. Porém, o campo está também, contraditoriamente, marcado pela expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital. Aqui, o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa. (OLIVEIRA, 2004, p. 41).

As instituições vinculadas direta ou indiretamente à gestão das terras no sudeste paraense, concebem que a economia baseada em grandes projetos e aquelas voltadas para atividades privadas individuais possam coexistir. Um arranjo destes termos despreza a natureza expansionista do capital, bem como a sua sanha por força de trabalho, obtida pelo sequestro da terra, através da formação de latifúndios e pela modernização da agricultura.

Os servidores do INCRA compreendem que através da reforma agrária, seja possível implementar políticas públicas às famílias em condições de extrema pobreza, promover o cumprimento da função social de imóveis rurais anteriormente improdutivos, dar correta destinação a terras públicas da União e promover a paz no campo. Essa concepção é compartilhada em parte pelos dirigentes dos pescadores de Itupiranga. Para o grupo dirigente da Colônia Z-44, os efeitos da reforma agrária no que diz respeito às formas de posse e uso da terra para a região do Tauiri produzem efeitos razoáveis, uma vez que:

O INCRA faz o acompanhamento da área do Tauiri. E leva também, junto com o governo, alguns benefícios, principalmente para os assentados da reforma agrária. Muitos ribeirinhos residem na várzea. E acompanhamos a SPU, que faz um trabalho

de titulação. O que falta para esses moradores é nos empenharmos mais e levar informações a eles, para que tenham certos benefícios. Então, o INCRA faz o acompanhamento, muitos já foram beneficiados (JORGE, 48 ANOS, entrevista concedida em 11 de janeiro de 2017).

Mas os “clientes” da reforma agrária do Assentamento Grande Vitória discordam com veemência da efetividade da política de reforma agrária, dessa maneira, informam que:

Se fosse o caso de vender minha terra. O que me deixa desmotivada a ponto de um dia eu chegar a vender, será por motivo de falta de apoio. Porque nós não temos apoio de governo nenhum, a não ser o PRONAF miseravelmente – um PRONAF humilhado. Quando eles mandam um PRONAF para o pequeno, é muito humilhado para gente ter acesso. Eu repasso, quero mandar para EMBRAPA, que eles se manifestem em termos de tecnologia para o pequeno agricultor da Região Norte. Não só para mim, mas para todos os PA's da Região Norte. Os que mais têm possibilidade de produzir. Temos capacidade de produzir porque temos terra e insumos suficientes, mas não temos apoio à máquina, não temos apoio a tecnologia, não temos apoio de nada de ninguém. (JOANA, 52 ANOS, entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016).

Nas áreas às margens dos rios, a gestão da terra é compartilhada pelo INCRA e SPU. Na várzea, o INCRA geralmente nega qualquer benefício, sendo necessário a titulação para que os ribeirinhos ou pescadores, ainda que residentes de ilhas e várzeas, disponham de documentos e possam requerer certos benefícios, como crédito, por exemplo.

O IBAMA termina interferindo na forma de uso e apropriação da terra através da fiscalização, entretanto, os discursos dos dirigentes da colônia de pescadores de Itupiranga destoam dos relatos dos pescadores da Vila Tauiri, os quais reclamam da enérgica fiscalização ambiental empreendida pelo órgão. Para um dirigente da Colônia Z-44 “O IBAMA eu não acompanho tanto, mas eu vejo que precisa até ser mais presente na verdade”. Questionado sobre os motivos da presença mais efetiva do instituto de meio ambiente, apresenta uma justificativa cujo teor revela quão complexas são as relações entre governo, representantes de classes e as próprias classes, assim alude que:

É porque às vezes, certo tipo, não digo de fiscalização, mas de orientação é necessária. O pescador e o ribeirinho, por falta de informação, às vezes desmatam certos lugares, e, em alguns casos, até por falta de oportunidade de acesso a outros benefícios. Não só o IBAMA deveria fiscalizar, como também a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Porque se eu disser que o IBAMA está fazendo um trabalho à altura ou a mais do que eles têm condições de fazer em torno do Lago, estarei pecando em dizer isso, mas o município pode. Em algum momento, um ribeirinho faz uma “abertura” (desmatamento, roça, etc.) maior ou faz um trabalho que prejudica o meio ambiente por falta de informação. Em certas circunstâncias age por imprudência. Há uma necessidade, portanto do IBAMA e Secretaria Municipal de Meio Ambiente fazerem um trabalho mais de acompanhamento, oferecendo mais informações. (JORGE, 48 ANOS, entrevista concedida em 11 de janeiro de 2017).

A incompletude da ação do IBAMA, notada pela colônia de pescadores em Itupiranga, está relacionada à forma precária como este instituto atua sobre a questão da pesca. Uma ação discricionária que abranja conservação ambiental e produção sustentada constitui-se minimamente de ações que envolvam o manejo da pesca e dos recursos pesqueiros. Assim, deve levar em conta, o fato de que, o número de espécies está fortemente correlacionado com a área da bacia, o que leva a uma alta complexidade da atividade com grandes números de materiais e estratégias em função da dinâmica fluvial, realizando ações que procurem garantir a perenidade dos recursos (FREITAS & RIVAS 2006, p. 31). Posto isso, conclui-se que as ações do IBAMA deveriam combinar atuação discricionária com o manejo pesqueiro, em um arranjo em que os saberes tradicionais e técnicos estejam intrincados.

O corpo diretivo da colônia de pescadores de Itupiranga concebe a pesca e pequena agricultura como as principais fontes de renda da categoria, neste aspecto, o turismo na Vila Tauiri é incipiente e necessita de investimentos e de divulgação do Pedral do Lorenção, local propício para ecoturismo, conforme apresentado na Figura 14.

**FIGURA 14** -Vista panorâmica do Pedral do Lorenção em Vila Tauiri, distrito de Itupiranga-PA. (Imagem obtida em 27/02/2016),



Fonte: Dados de campo (SALES, 2016).

Uma vez apresentada a questão sobre a significância dessa atividade, surgem grandes contradições, nesse sentido:

Existem apenas uns dois pontos turísticos. Um deles é o “Cupu”, que quando baixam a águas o pedral fica exposto. Poucas pessoas obtêm renda com o turismo, pois não há investimento ainda. O turista chega aqui e diz, “vamos em tal lugar”, às vezes está faltando isso, até divulgação, falta informação. Para esse ano, se já não estiver sido nomeado o secretário de turismo, cujo nome já está cogitado e ele já está conversando conosco, para se realizar um trabalho melhor, fazer com que os turistas venham mais vezes ao Pedral do Lorenção, uma maravilha nossa aqui que está ameaçada. Mas quando se diz que é para vir o progresso, ninguém pode impedir, certo? (JORGE, 48 ANOS, entrevista concedida em 11 de janeiro de 2017).

Aflora discursivamente, o paradoxo latente entre a defesa do modo de vida da própria categoria social, que se choca com o modelo exógeno capitalista, paradigma mediado pelo poder público que ameaça o cotidiano da pesca e agricultura camponesa. Surge o conformismo com o “progresso”, fenômeno tomado como inevitável pelas próprias agências de defesa dos camponeses e pescadores, ou seja, pelas colônias de pescadores e associações de produtores rurais.

As possibilidades de implantação de atividades econômicas pelos atores locais são extintas de forma imediata. Os custos de oportunidade dos povos residentes são preteridos em função dos interesses capitalistas. Nas comunidades estudadas, o acesso à terra não culmina com efetiva cidadania, mas termina com famílias que, embora articulem pesca e produção agrícola, se encontram subproletarizadas. A renda auferida dessas atividades é insuficiente para o sustento, dessa forma, tanto os pescadores quanto os camponeses são obrigados a trabalhar como diaristas para sobreviver.

Se no nível ideológico, o INCRA sustenta um modelo de agricultura camponesa, na prática suas ações estão eivadas de contradições ao negar as condições necessárias para a estruturação de um campesinato sustentável. Os desdobramentos das políticas para o campo alcançam também as cidades do Araguaia-Tocantins, produzindo, principalmente, caos urbano, resultante do inchaço das cidades com consequente aumento do desemprego, da demanda por alimentos, serviços públicos e ainda instigando a expansão da violência, pois:

É verdade que o desenvolvimento do modo capitalista de produção trouxe consigo o desenvolvimento e a expansão do urbano. O urbano tornou-se, assim, maior que cidade e que o campo, tornou-se sua síntese contraditória. Mas essa síntese contraditória não eliminou a cidade nem o campo. As suas relações tornaram-se mais complexas. Um não pode ser entendido sem o outro. (OLIVEIRA, 2004, p. 44).

Os sistemas produtivos rurais demandam insumos comercializados nas cidades, enquanto devolve simultaneamente, produtos indispensáveis para a reprodução e desenvolvimento urbanos.

As dinâmicas das propriedades rurais seguem naturalmente aquecidas, muitos agricultores estão em áreas de projetos de assentamentos e aguardam o tempo mínimo de permanência na área para que a posse seja convertida em Título de Domínio. Outros, porém, aguardam anos a regularização, e em função da demora por motivos diversos, ficam prejudicados e impedidos de terem acessos à terra e as políticas governamentais. Famílias de sem-terra pleiteiam a criação de projetos de assentamento nas áreas que ocupam há muitos anos, contudo, por questões judiciais e morosidade de órgãos responsáveis, em certos casos, por ocuparem terras que não podem ser destinadas a elas, permanecem em situação irregular com chances mínimas de serem regularizadas.

Os empreendimentos capitalistas implantados na região Araguaia-Tocantins provocam danosos impactos socioambientais. Para os gestores do INCRA, as formas de uso da terra podem ser afetadas por esses projetos de duas maneiras, a primeira e a forma “benéfica”, quando os imóveis geridos por particulares atendem a função social, sendo produtivos, gerando empregos, alimentos etc. Além disso, apresentam o correto destaque do patrimônio público para o privado, não havendo ilegalidades quanto à regularidade, legitimidade e localização de títulos; a segunda, de forma “prejudicial”, quando imóveis geridos por grandes proprietários não atendem a tais critérios e concentram terras públicas que poderiam ser destinadas à reforma agrária ou não atendem a função social, deixando de gerar empregos e qualidade de vida na região. Dessa forma, alguns atendem muito bem as questões trabalhistas e outros apresentam indícios de trabalho análogo à escravidão.

O uso da terra neste sentido teria duas faces, apresentando as contradições da posse agrária sob o capital, tal linha de argumentação mimetiza a natureza da posse agrária – esta é tomada como “benéfica” quando gera empregos e alimentos, a geração de emprego resulta em proletarianização, por outro lado, não se frisou que os alimentos produzidos pelos empreendimentos capitalistas têm como objetivo a obtenção de lucros.

Os grandes projetos implementados na Amazônia frustram as expectativas das pequenas categorias do campo. Esses agentes têm plena clareza à quais classes sociais destinam-se esses empreendimentos, entendem que sem produção, em nada adianta a construção de outros modais de transporte como a Hidrovia Araguaia-Tocantins, então afirmam:

Eu acho que vai dar uma alavancada na região. Seria muito bom se realmente acontecesse. Eu acho que vai ser bom, mas se eles também ajudassem o pequeno produtor, porque não adianta ter hidrovia se não dispormos de produção para escoar. Se você planta, eu planto um alqueire, outro planta meio alqueire para nossa

subsistência - um alqueire de milho é o suficiente para sustentar minhas criações e ainda levar alimentos para a cidade. Daqui eu levo a galinha, eu levo o porco, eu levo o carneiro, entendeu? Tenho o leite para mim no verão, porque no verão os pastos estão todos secos. Mas a gente tendo cinco hectares de milho, já dá uma alavancada para sustentar pelo menos os pequenos animais. Se eles ajudassem na tecnologia, porque não queremos nada dado, queremos acompanhamento da tecnologia, o conhecimento, máquinas e parcerias. Pois queremos ajudar também. (JOANA, 52 ANOS, entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016).

Esse depoimento coloca a posse da terra como elemento vinculado à própria dignidade humana, sentimento ferido a partir da incapacidade de produzir. O que se apresenta para o pequeno trabalhador camponês como um ato de humilhação, uma vez que sofre desprezado, enquanto agente econômico que luta para produzir, esbarrando sempre nas burocracias governamentais que, apesar de muitas vezes não financiar os projetos, ainda obstaculiza a diversificação das atividades produtivas através da morosidade na emissão de licença para as atividades camponesas, dessa forma, no Pa Grande Vitória, o agricultor explica que o apoio necessário:

Seria assistência técnica, crédito, tudo. Você vê o projeto de piscicultura que estou tentando licenciar na Sema do Estado. Está tudo pronto, já gastei tudo que tinha que gastar. Agora estou esperando a autorização para construir os tanques. Dar sequência, certo? Continuidade na criação de peixe. Se tem assistência técnica e licença – pronto – é só trabalhar. (LUCAS, 64 ANOS, entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2016).

Na Vila Tauiri, a comunidade está alvoroçada com a pretensa ação governamental de implantação da hidrovia, projeto que julga trazer grande prejuízo à forma como pesca, pois, o canal modificará a dinâmica do rio e inviabilizará o uso das redes de pesca em vários locais. A comunidade, embora resiliente, está cercada entre a água e as fazendas, assistindo seus recursos escassearem diante da apatia do governo para como ela. Em nenhum momento mencionou-se os usos da terra pelos empreendimentos minerários, cujo impacto são perdas de solos por ostensivo desmatamento na região, pelo que:

O capital, interessado em sujeitar a renda da terra, primeiro estabelece a condição fundamental para fazê-lo: apropria privadamente a terra. Nesse processo os posseiros têm travado lutas sangrentas contra o capital e seus asseclas. O objetivo dessa luta é livrar-se do destino de alguns de seus companheiros: se tornar assalariado; ser “bóia-fria”. Primeiramente, o capital sujeita a renda da terra e em seguida subjugando o trabalho nela praticado (OLIVEIRA, 2001, p.13).

Para Oliveira (2001, p.11) o capitalismo avançou por todo o Brasil, criando relações capitalistas de produção, expropriando trabalhadores rurais, tirando-lhe os meios de produção e, ao mesmo tempo, permitiu a expansão de atividades camponesas não-capitalistas de base

familiar. Uma contradição que sugere uma simbiose entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista, em que ocorre a submissão da produção camponesa pelo capital.

No que tange aos empreendimentos capitalistas, emana da Colônia de pescadores Z-44 as mesmas concepções aludidas pelos prepostos das instituições governamentais, qual seja, a ideia de que, embora o modelo econômico seja o mesmo, carregando consigo a mesma lógica, é possível que os “novos” projetos tragam benefícios em vez de perdas. Neste aspecto, em latente contradição afirmam:

Fica difícil, mas é aquela situação que a gente estava dizendo – o progresso vem. Temos muitas dúvidas, por isso vamos estar conversando muito. Que o progresso venha, mas que não traga apenas prejuízos, como ocorreu com os outros grandes projetos. Que venha junto com o progresso, benefícios para nossa classe também. (JORGE, 48 ANOS, entrevista concedida em 11 de janeiro de 2017).

A chegada do progresso e desenvolvimento capitalista atropelam os princípios de uso e posse da terra, colocam em confronto os usos tradicionais e as formas de utilização capitalistas. Todavia, recorrendo à legislação ambiental brasileira, percebe-se que os fundamentos nela estatuídos coadunam-se com a lógica preservacionista de modo que, segundo Sauer e França (2012, p. 287), não existe conflito entre produção agrícola e a conservação ambiental no marco regulatório brasileiro, porque a terra não é só um meio de produção, ela aloca vários recursos como subsolo, água, fauna, flora etc., constituindo-se em bem comum, não podendo ser apropriado e usado exclusivamente para interesses privados.

A reforma agrária tem como objetivo, uma melhor distribuição e uso das terras no país, mas muitas questões precisam ser melhoradas para que este objetivo seja alcançado. Não se trata apenas de distribuição de terras, mas também, do direcionamento para um uso adequado e eficaz da terra. Enquanto órgão fundiário oficial, o INCRA é responsável pelos incontáveis problemas decorrentes do modelo de reforma agrária que desenvolve. Assim, o projeto de assentamento Grande Vitória apresenta características intrínsecas ao modelo de reforma agrária efetivada no Araguaia-Tocantins. Nesse projeto de assentamento, o INCRA assentou famílias em Áreas de Preservação Permanente, levando a conflitos com o IBAMA e Ministério Público Federal ante ao dilema produção-conservação ambiental. As perdas ambientais do assentamento rural Grande Vitória anteriormente relacionado à fragilidade dos solos estende-se à cultura camponesa e à ausência de políticas públicas para o campo, pois

Podemos notar que o percentual de área de Reserva Legal e Preservação Permanente estão abaixo do que determina a legislação ambiental e que, isso se dá pela falta de infraestrutura mínima para prática de renovação do solo a qual não dispõem esses

produtores, além da falta de conhecimento da importância desse acervo ambiental que trás [sic] agravantes para o meio natural como o assoreamento dos rios que são notados em algumas propriedades a escassez de espécies vegetal e animal, o empobrecimento do solo, erosão, tornado-se [sic] não favorável para o cultivo. (BRASIL, 2011, p. 37).

O uso inadequado do solo desencadeia a degradação de vários bens naturais, devendo ser considerado como um problema sistêmico, ou seja, que envolve fatores políticos, econômicos, ambientais e socioculturais. Mas a questão entre posse e uso da terra apresenta-se com amplo nível de complexidade em depoimento de um agricultor assentando do Pa Grande Vitória:

Você tem uma área dessa a qual, não se não pode queimar para fazer uma umas quatro ou cinco linhas de lavoura. Então fico parado, sem roça. De cinco anos para cá, morando aqui, eu me sinto em regime de escravidão. “Mas como você é escravo, se está dentro do que é seu?” – Estou dentro do que é meu!?, posso trabalhar? Mas dizem, " – Não, é uma área de preservação ambiental!". E não se manifestam para tirar a gente para colocar em outro lugar, e não providenciam a entregar o documento de ocupação, título definitivo. Como é que se faz? Como é que vamos fazer? (FILHO & SILVA, 2016).

Constata-se mais uma vez que a reforma agrária brasileira, embora dotada de sofisticados princípios ideológicos, está condicionada às pressões sociais ou ainda subjugada às demandas do mercado. Os agentes do IBAMA consideram que a reforma agrária tem efeitos negativos para as formas de uso e ocupação da terra:

Em razão de não haver uma ação mais efetiva (organizada e estruturada) na seleção dos beneficiários da reforma agrária, da escolha de áreas improdutivas e consideradas áreas públicas com títulos questionados, desencadeiam uma série de conflitos agrários entre assentados e posseiros nas terras, culminando com crimes ambientais (exploração ilegal de madeira, desmatamento, crimes contra a fauna) e violência no campo que dificultam a regulamentação fundiária e reforma agrária. (JOAQUIM, 37 ANOS, entrevista concedida em 27 de setembro de 2016).

A reforma agrária no sudeste paraense, no que diz respeito às formas de posse e uso da terra, obviamente promove a redistribuição das terras, democratizando minimamente o acesso. Contudo, percebe-se algumas distorções como a troca/venda de lotes para não “clientes” da reforma agrária (nos locais mais próximos das cidades) juntamente com a reconcentração, principalmente nas áreas mais distantes dos centros urbanos.

A reforma agrária do modo como está sendo executada, leva efetivamente ao cometimento de crimes ambientais e ao mesmo tempo, dificulta sua atuação discricionária, uma vez que sem regularização fundiária, torna-se impossível identificar e punir os responsáveis e seus prepostos pelos crimes ambientais. Dessa forma, atribui-se ao próprio Estado a verdadeira

responsabilidade pela degradação ambiental da área em estudo. Ao se referir às formas de uso da terra pelos empreendimentos capitalistas com as políticas de reforma agrária, segue a desconstrução:

A ausência de uma política fundiária séria e executada de forma efetiva pelos órgãos fundiários, associados à falta de base fundiária que defina e identifique áreas tituladas e não tituladas, revisando inclusive as certidões emitidas por cartórios, criam um ambiente de aquisição de terras em grandes extensões por grupos econômicos mais capitalizados, tornando a política de reforma agrária do Brasil questionável. Pequenos produtores vendem suas áreas para grandes empresas por ausência de políticas públicas de reforma agrária sérias. (JOAQUIM, 37 ANOS, entrevista concedida em 27 de setembro de 2016).

O gerente do IBAMA destaca de forma marcante a ineficiência da política fundiária, colocada a questão sobre os tipos de posse que ocorrem às margens do rio Tocantins em Itupiranga, Marabá e São João do Araguaia, os servidores do instituto de meio ambiente descrevem exclusivamente, o tipo de posse originada pela reforma agrária:

Com base nas informações que são declaradas nos cadastros ambientais rurais e nos documentos que são apresentados ao IBAMA durante ação de fiscalização ambiental, nos imóveis percebe-se um número significativo de contratos de cessão de direitos sobre posse de imóvel que são revendidos pelo beneficiário da reforma agrária que desiste da posse por falta de políticas públicas e são repassados para grandes latifundiários. (JOAQUIM, 37 ANOS, entrevista concedida em 27 de setembro de 2016).

Servidores do IBAMA informaram que durante as ações de fiscalização ambiental é possível constatar com frequência a volatilidade das posses dos lotes distribuídos pela política de reforma agrária no Araguaia-Tocantins. Para este instituto, os empreendimentos capitalistas que visem a um desenvolvimento social e econômico da região, devem ocorrer, respeitando os limites dos povos e comunidades que vivem à margem dos rios Tocantins e Araguaia.

Os impactos inevitáveis devem ter formas adequadas e justas de compensação àqueles que se sentirem afetados. É papel do poder público (em todos os seus níveis de governança) desenvolver ações efetivas para a amenização dos impactos sobre as comunidades ribeirinhas. O Estado tem os instrumentos (legislação, estudos prévios, ações de mitigação e compensação, instituições afins, dentre outras), necessários para atuar de forma adequada em todas as etapas desta ação; é preciso que isto se materialize, mas depende de vontade política, acima de tudo.

Para as populações ribeirinhas, entretanto, os efeitos da eventual construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins para as comunidades localizadas às margens dos rios são principalmente a redução da quantidade de pescado. De acordo com a colônia de pescadores, essa redução está associada à inexistência de um ordenamento que deveria ter sido realizado antes, durante e

posterior à implantação da hidrelétrica em Tucuruí, erro a ser evitado na construção do modal aquaviário, fator em que o IBAMA tem responsabilidade ao menos supletiva, assim:

No meu ponto de vista é aquilo que falamos, os impactos, muitas vezes ocorrem com a mudança de atividade, digo, do costume, certo? A rotina muda, este é o maior impacto. Porque vemos a hidrelétrica de Tucuruí que se tornou lago, onde se concentrou, repovoou uma quantidade de peixe muito grande, mas o ordenamento não funcionou, ou melhor, se o ordenamento ocorresse desde o início, haveria uma produção de pescado regular, hoje nós não temos. (JORGE, 48 ANOS, entrevista concedida em 11 de janeiro de 2017).

Enquanto grande projeto, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí interrompeu o fluxo de peixes, além disso, as pressões sobre o pescado promoveram substancial diminuição do volume e das espécies de peixes. Mas este impacto é atribuído à ausência de normas, acordos de pesca, falta da fiscalização discricionária e do inchaço populacional. Esse último aspecto tem peso significativo, pois induz a uma situação onde a necessidade de sobrevivência precede a educação, ocasião em que às vezes a pesca predatória manifesta-se como condição para a continuação do pescador.

Com as agressões aos rios, definha a produção pesqueira e com ela as condições de vida de camponeses, ribeirinhos e pescadores. Esse entendimento dos impactos dos “grandes projetos” assim é expresso pela entidade representativa dos pescadores em Itupiranga em uma súbita pergunta cujo teor versava “A hidrelétrica de Tucuruí mata peixes ainda hoje, qual a dimensão do volume em toneladas?”, surge o posicionamento contundente, “Com certeza, embora não tenhamos esses dados, a uns três ou quatro anos atrás, acompanhávamos essa situação. Mas do mês de julho até o início de setembro, a mortandade de pescado foi muito grande, talvez muito mais de que algumas infrações que os pescadores cometem (JORGE, 48 ANOS, entrevista concedida em 11 de janeiro de 2017)”.

As comunidades ribeirinhas não atribuem a grande mortandade de pescado somente às turbinas de geração da hidrelétrica, mas também, às inundações do reservatório cujas águas espraíam por uma grande área e quando cessam as chuvas, as conseqüentes baixas abruptas dos rios, impedem os peixes de regressarem à calha principal. Assim, não há tempo para os pescadores coletarem o pescado, em outros casos, os peixes ainda não estão no tamanho adequado para a comercialização, o que gera enorme prejuízo financeiro e ambiental.

Os dirigentes da Colônia Z-44 entendem que a construção da Hidrelétrica de Marabá dificilmente trará benefícios para as comunidades que vivem da pesca e/ou sob área de influência direta. Descrevem o “progresso” como um fenômeno externo às comunidades

ribeirinhas. Os resultados desse empreendimento são, em certa medida, nocivos aos interesses da comunidade local, uma vez que pagam caro pela de energia elétrica, fator que inviabiliza algumas fases da própria atividade pesqueira. De modo taxativo reclamam:

Do meu ponto de vista particular, é só o progresso. Porque as vantagens para o setor, só se dentro do projeto já ficasse destinado alguma coisa para o setor. Porque temos o exemplo de Tucuruí que durante mais de 20 anos nunca apoiou o setor pesqueiro. A não ser o progresso de se ter eletricidade, de ter certas coisas. Inclusive em nosso estado, a energia é cara demais. Estamos com uma pequena fábrica de gelo parada, não podemos ativá-la, porque não temos dinheiro para pagar a energia elétrica. Não temos condição de mantê-la. Então o benefício vem assim, através do progresso do desenvolvimento, certo, mais para o setor precisa se ter um projeto melhor. (JORGE, 48 ANOS, entrevista concedida em 11 de janeiro de 2017).

Uma vez construída a hidrelétrica de Marabá, poderá haver diminuição no volume de pescado no trecho que fica entre ela e a usina de Tucuruí. A tendência é que o fluxo de peixes diminua ainda mais causando despovoamento, disso advêm a necessidade de se promover em caráter de urgência um plano com medidas de contenção dos impactos.

Assim como, os empreendimentos capitalistas, a pesca predatória também promove a escassez de peixes de forma bastante acentuada. Isso leva a necessidade de se saber se a pesca predatória é um fenômeno intrínseco às práticas pesqueiras ou se constitui como um efeito da dinâmica regional em torno dos grandes projetos. Dito de outra forma, que mudanças levaram essas populações a aderirem estratégias de pesca tão nocivas à sua própria reprodução social? Os pescadores assumem supletivamente sua contribuição com tais práticas, dessa forma relatam:

No início, os pescadores de Itupiranga não praticavam pesca predatória. Pescávamos o mapará mesmo com malha nº 11; a curimatã, no mínimo, com malha nº 10. Mas então, começou a imigração, em razão dos prejuízos sofridos em outros estados ou em outros municípios, vieram para a região. Uns pescando com a rede legal, preocupados com a conservação; outros trabalhando com linhas finas e malhas menores conseguiam produzir, enquanto nós não. Então começou e foi ficando de uma maneira incontrolável. (JORGE, 48 ANOS, entrevista concedida em 11 de janeiro de 2017).

As contradições emanam da pesca como em qualquer atividade humana, fazendo-se sentir no cotidiano dessas populações que também possuem entendimento da influência dos grandes empreendimentos nas transformações ocorridas em seus modos de vida. São mudanças que as levam a adequar suas práticas produtivas a uma realidade de escassez mediante, uma crescente disputa por recursos no âmbito do território. Nesse sentido informam:

Quando pescamos, sentimos a falta de algumas espécies e o pescador vai cada vez mais longe para conseguir capturar o peixe. É complicado, há uma espécie que a uns

três anos atrás não a vejo mais, que é o ubarana (*Elops saurus*), se pescava muito esse peixe. Saímos à tarde íamos no Garimi e pescávamos jaraqui, um peixe caro, grande. Hoje só se encontra bem longe, lá na Vila Água da Saúde, por exemplo, e com um tamanho menor. Isso ocorre pela imigração de outras pessoas para a nossa cidade, que induzem ou obrigam os pescadores locais a pescar também com malha pequena. Porque à medida que os pescadores de fora produzem e os outros pescadores que usam malha grande não conseguem, mesmo sendo cientes, mais eles têm a necessidade de sobreviver, de pescar, certo? Então começam a se desbandar para o lado dos que pescam com malha pequena, não tendo a noção que eles estão contribuindo para que a espécie suma de vez. Então o que o derrocamento do Lorenção vai trazer para nós como pescadores? Ainda não sabemos, não foi cogitado isso. Trará benefícios para a cidade? Com certeza, mas para o pescador que já está com seus quarenta anos de idade e passou quase a vida toda pescando. O que que ele ganhará com isso? Haverá emprego para ele? Como que ele sobreviverá e sustentará a família? Ficam as questões. (ÂNGELA, 35 ANOS, entrevista concedida em 11 de janeiro de 2017).

Apesar das incertezas quanto à sobrevivência, essas populações guardam grande conformismo com os projetos capitalistas, acreditando nas autoridades “mediadoras” do “progresso”. Mediação realizada por um rito burocrático e legalista que se limita muito mais ao formalismo das leis que às necessidades das populações diretamente envolvidas. O termo “progresso” dilui tanto os interesses dos agentes capitalistas, quanto os prejuízos para a pesca no rio Tocantins, trata interesses divergentes como se fossem comuns e independentes de classes sociais. Mas quando a comunidade de pescadores se posiciona frente aos demais arranjos produtivos, sua fragilidade fica exposta, não havendo outra forma de conceber o “progresso” se não como algo exógeno e desprezioso com as necessidades da comunidade local, nisto:

Agora estamos aguardando o município, as autoridades. Estamos muito interessados aguardando as audiências públicas. Creio que a partir de junho (2017) deva começar as discussões a respeito do derrocamento. Não somos contra o derrocamento, porque sabemos que em Itupiranga, o mercado de trabalho praticamente não existe. Hoje temos a prefeitura, o setor pesqueiro e a pecuária. Então o progresso precisa vir, mas temos que nos preocupar e defender que os benefícios também venham para o setor pesqueiro, certo? Porque a única coisa que vem é só o progresso e uma melhoria na cultura. Mas o prejuízo para nossa categoria é absurdo. Porque só pelo fato de que irá passar um comboio de 50 barcaças em tempos diferentes, que não dará tempo para os pescadores estenderem as redes, pois na hora que estiverem estendendo, poderão ter que retirá-las. Temos uma atividade chamada “pescaria do meio”, um trabalho que rende boa produção, então possivelmente vamos perder acima de 50% do pescado. Então é assim que vemos, nada de ser contra o derrocamento, mas também que tenha uma contemplação para a área pesqueira (JORGE, 48 ANOS, entrevista concedida em 11 de janeiro de 2017).

A partir do diálogo apresentado pelo membro da associação de pescadores, o “progresso” traz o trabalho assalariado – e isto é apresentado como algo positivo. Apesar da hidrovía solapar a forma de pesca mais eficiente – a “pescaria do meio”, ainda assim, o

“progresso” precisa “vir”. Sob este enfoque as atividades regionais – pesca e a pecuária, podem ficar em segundo plano, pois a prioridade é do “progresso”.

O progresso capitalista apresenta-se como uma fatalidade, algo dado, irresistível, invencível. Uma verdadeira derrota para camponeses e pescadores, a da luta ideológica, um embate que enquanto classe social os atores do campo não deveriam se furtar. Pois o que está em jogo são suas condições de existência. Mas estão sujeitando-se a uma racionalidade perversa e excludente – a lógica destrutiva do capital.

As representações das classes camponesas necessitam colocar os direitos comunitários em primeiro plano. Deve-se criar critérios para delimitar as tomadas de decisões, no sentido de limitar a crescente descaracterização das atividades camponesas. A desfiguração dos modos de vida comunitários é algo a ser evitado, para tal a luta pela preservação ambiental é indispensável.

Em termos de políticas públicas, emerge uma ação proativa por parte do Estado no ordenamento pesqueiro e no levantamento e disponibilização de terras para reforma agrária (o que evitaria as invasões e suas consequências muitas vezes trágicas); melhor gestão dos assentamentos por parte do órgão responsável, o que perpassa pela melhoria na estrutura de atendimento aos assentados da reforma agrária; maior investimento em recursos humanos; um programa de assistência técnica e social regular e continuado aos assentados; seleção mais criteriosa e acompanhada do perfil dos assentados; avaliações periódicas do desenvolvimento das famílias camponesas e, por fim, uma gestão balizada por questões técnicas e não políticas. A observância de tais aspectos culminará com uma reforma agrária efetiva.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da região Araguaia-Tocantins relata o fracasso da colonização realizada por parte do Estado, que a transferiu para a iniciativa privada, favorecendo a apropriação de terras pelos pecuaristas. Estes, desde muito cedo, utilizaram o poder político no sudeste paraense para ampliar seus domínios, ao mesmo tempo em que tentavam, sob forte resistência, subjugar as populações tradicionais.

Essa prática prevaleceu durante várias fases econômicas, tais como o período do caucho (*Hevea benthamiana*), os ciclos da borracha (*Hevea brasiliensis*) e da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa H.B.K.*), e ainda durante o garimpo de diamantes, no vale do rio Tocantins.

O governo paraense, através dos arrendamentos, incitou a concentração da terra nas mãos de poucas famílias abastadas, grupos oligárquicos que utilizaram o poder político para consolidar a hegemonia econômica. No caso do ciclo da castanha-do-pará, os arrendamentos posteriormente, foram transformados em aforamentos que concediam aos foreiros direitos de uso da terra por 99 anos, o que resultava quase sempre na posse perpétua por parte dos oligarcas.

O resultado foi o fim da extração livre da castanha-do-pará para as classes populares e a apropriação das terras e de suas riquezas pelas famílias oligarcas. Nesse período, o extrativismo foi a principal atividade econômica regional, articulando-se com os mercados britânico e estadunidense, colocando os usos da terra no cerne da interação local-global.

As formas de uso e de apropriação da terra sofrem uma transição do uso coletivo para o privado, ou seja, uma maneira de subjugar as populações residentes, expondo-as a uma vida precária através da expropriação da terra e de seus frutos. Esses processos foram fundamentais para a formação da estrutura fundiária regional.

Em seguida, a expansão da agropecuária levou à dizimação dos castanhais, iniciando uma fase em que as hierarquias sociais avançam e a simplificação dos sistemas produtivos significativamente se consolidam. A cultura regional adquire traços marcantes das regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde a agricultura segue por muito tempo sendo de subsistência enquanto a pecuária é ostensiva e subsidiada pelo governo desde o início. Não obstante, os recursos naturais existentes, aliados aos modos de vida tradicionais, possibilitam às classes populares uma relativa autonomia, de forma que desbravaram o território dispondo de poucos recursos, “amansando a terra”.

Com a crise internacional de 1929, a economia amazônica sofre retrações, vindo a se recuperar apenas a partir de 1955 com a implantação do modelo nacional desenvolvimentista.

No modo de produção capitalista, os fatores econômicos são preponderantes, contudo, o poder político é decisivo na definição da conjuntura de reorganização da reprodução ampliada do capital.

A articulação entre os capitais comercial, industrial, financeiro e os grandes proprietários de terras tem o Estado como agente mediador da sua reprodução e regulação. Nesse sentido, o governo federal brasileiro criou agências de desenvolvimento para todas as regiões do país e, a partir dos anos 1960, promoveu a construção de rodovias que integraram o Araguaia-Tocantins ao resto do país, favorecendo a expansão da economia capitalista na Amazônia.

O resultado dessa integração foi o crescente interesse por terras às margens da malha rodoviária, o que acirrou as pressões sobre as terras da região, culminado com intenso processo de latifundização. Num curto período de tempo (1959 a 1963), 5.646.375,0 hectares foram repassados pelo governo a apenas 1.575 pessoas, compondo mais de 80% de terras devolutas adquiridas pelo latifúndio durante o período de 1924 a 1976.

No período compreendido entre 1966 e 1980 o governo federal amplifica suas ações no Araguaia-Tocantins, região convertida em área de segurança nacional em razão da Guerrilha do Araguaia na região denominada “Bico do Papagaio”. Nesta ocasião, o governo intensificou a política de incentivos fiscais e adotou estratégia de modernização do setor agropecuário; realizou a implementação dos “grandes projetos”, como a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e da Mina de Ferro Carajás, a partir do chamado Projeto Grande Carajás – PGC. O PGC representou o efetivo domínio do capital rapinante sobre a região, produziu resultados econômicos modestos e, além disso, acirrou os conflitos agrários, uma vez que promoveu a abertura econômica, dando prioridades às exportações de minério de ferro, soja e gado, atividades responsáveis pelo desmatamento da Amazônia.

Os produtos minerários tornaram-se a principal fonte de exportação na Amazônia, o rebanho de gado evoluiu a 33 milhões de cabeças. É marcante a hegemonia liberal na formação social brasileira, onde se elegeu a mineração e a agropecuária como pilares de acumulação e de reservas do Estado, objetivando garantir o rentismo a partir do paradigma agrominerário energético. Enquanto isso, o Estado abandonou o fomento à industrialização e às demandas sociais como reforma agrária e a urbanização das cidades. O país, historicamente, contrai dívidas para ampliar a produção e, para saldá-las, amplia a qualquer custo plantações e exportações, sujeitando-se aos preços internacionais, ações que demandam cada vez mais terras a serem utilizadas de modo intenso. O nacional-desenvolvimentismo fortaleceu a expansão das

relações sociais capitalistas no campo e nas cidades. A degradação ambiental no meio rural e as mortes de lideranças camponesas e de ambientalistas, bem como, a expropriação de populações camponesas, são claros reflexos desse modelo.

Nos anos 1980, os camponeses organizaram-se politicamente para então ocupar sobras de terras e áreas devolutas da União. Contrataram advogados para pleitear as terras. Prosperaram novas entidades subsidiárias do direito camponês como o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, as Comunidades Eclesiais de Base – CEB,S, os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR,s e a Federação do Trabalhadores na Agricultura do Pará – FETAGRI, instituições que lutam pelo direito à terra para os trabalhadores do campo. No Araguaia-Tocantins a atuação camponesa projetou-se para além de um movimento meramente político, levando ao surgimento de associações e cooperativas de produção, as quais representam uma substancial organização econômica, dessa forma, passaram a exigir dos agentes financeiros o fomento à pequena produção agrícola.

No Araguaia-Tocantins o desenvolvimento de categorias sociais como camponeses, ribeirinhos, extrativistas, mariscadores, garimpeiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores, oleiros, peões, sem-terra etc. - em um contexto de desconfianças, lutas pela existência, negociações, reelaborações de sentidos e valores em intenso movimento, sobre um território em que a alteridade é marca latente - produziram substanciais experiências de vida, contrapondo a um projeto de proletarização em sentido mais estrito. Embora possam acessar o mercado de trabalho formal, não se eximem de explorar atividades alternativas de provimento das suas necessidades. Ao adotarem a imigração enquanto estratégia de ocupação territorial, necessitaram reelaboram constantemente as suas práticas sociais para garantir a posse da terra e manter os modos de vida. Tais categorias são consideradas transgressoras da “ordem”, que as excluem por exigir delas um comportamento de submissão compatível com a produção de mais-valia.

Essas categorias rurais, diante de um estágio avançado de desenvolvimento das forças produtivas, empreendem permanente esforço para articular a dinâmica da natureza às exigências burocráticas do Estado; as mudanças econômicas às capacidades de trabalho e produção da propriedade. Isso exige aprimorado nível cultural, pois confrontam um modelo no qual a existência do latifúndio restringe o acesso à terra e força os trabalhadores rurais a se tornarem proletários. Sem recursos para produzir, os camponeses tendem a se submeter às leis capitalistas, buscando o trabalho assalariado. Nessa condição, a terra torna-se domínio especulativo do capital; a posse se converte em mera ficção jurídica quando a renda de um lote

de terra é eliminada pela concorrência, o proprietário conserva o título de domínio, mas sem dinheiro para investir nada possuirá enquanto proprietário rural. A expropriação fundiária nada mais é que eliminação de direitos, a terra, em sua essência, é o mais primitivo capital.

Com o surgimento das classes sociais, a terra não deixou de ser meio de produção, permanece sendo o principal elemento pelo qual os seres humanos historicamente suprem suas principais necessidades. Obviamente, as relações agrárias de produção foram intensamente transformadas. Tais mudanças situaram a expropriação fundiária como uma das principais estratégias de expansão do capital, o qual para se desenvolver necessita criar constantemente, necessidades e necessitados. Estabeleceu-se clara existência de classes no campo, as quais podem ser divididas em subcategorias, camponês, trabalhador rural assalariado, meeiro, parceiro, diarista etc., todas essas modalidades possuem interesses em oposição com as cobiças dos grandes latifundiários.

Nossas análises tomaram o uso e a posse da terra como categorias analíticas que, uma vez situadas historicamente, permitiram desvendar os aspectos gerais e específicos da região estudada. De igual modo, destacou o importante papel da ideologia e das modulações de interesses conflitivos das classes que formam a totalidade social obtida a partir da compreensão da relação entre o homem e a natureza. A questão agrária do Araguaia-Tocantins sofre influência de vários fatores do modo de produção capitalista e das ações políticas antagônicas próprias das sociedades de classes. Na coexistência de diferentes formações sociais, ao mesmo tempo em que o capitalismo fomenta a economia de mercado, permite a difusão de formas sociais anticapitalistas, como é o caso da agricultura camponesa de base polipecuária e das comunidades polipesqueiras.

A perspectiva teórica da “fronteira”, tradicionalmente utilizada nos estudos da região, coloca-se como uma tentativa de particularizar a Amazônia. No entanto, em sua essência, as políticas públicas realizadas no Araguaia-Tocantins em nada diferem dos tipos de ações colocadas pelo Estado brasileiro para as outras regiões do país, o que pode ser constatado pela impossibilidade de se apontar os atores que compõem a “frente pioneira” diferenciando-os dos da “frente de expansão”, ou ainda pela dificuldade em explicar as diferenças entre as formas de expansão agrícola da Amazônia das executadas nas outras regiões.

As comunidades locais demonstram forte autodeterminação e resistem ao modelo capitalista, mantendo, parcialmente, o uso tradicional do território a partir de uma posse e uso da terra cuja lógica está baseada na subsistência e não no mercado. Porém são constantemente pressionadas a reduzir o tamanho das áreas, adotar sistemas produtivos mais simplificados ou

até mesmo vender parte da sua força de trabalho dentro da lógica do capital. Isso implica no surgimento de novos padrões de organização social e econômica no âmbito da interação entre o local e o global.

A estrutura fundiária da região Araguaia-Tocantins envolve o Estado, empresas, peões, pescadores, assentados da reforma agrária, grandes e médios pecuaristas, mulheres quebradeiras de coco e ribeirinhos, constituindo-se de variados regimes de propriedade, havendo terras públicas sob a forma de unidades de conservação da natureza e áreas de preservação permanente, locais onde contraditoriamente o Estado permite atividades pecuárias e de mineração, sendo este, o caso da área estudada. Em favor das populações historicamente residentes, as margens dos rios Tocantins e Araguaia são geridas pela SPU e garantem cinquenta metros de área a partir da lâmina d'água para que os pescadores possam se estabelecer enquanto trabalham. Esse tipo de gestão fundiária, que sugere um tipo de posse coletiva, costuma causar conflitos entre os pescadores e os proprietários situados às margens desses rios. Obviamente, há propriedades capitalistas as quais exploram força de trabalho assalariada, as propriedades privadas individuais que utilizam trabalho familiar e eventual força de trabalho contratada.

No que tange a posse da terra no Projeto de Assentamento Grande Vitória, constatou-se que, enquanto o marco regulatório traz como princípios a democratização das terras, o bem-estar dos camponeses, bons índices de produtividade e a preservação ambiental, a realidade das famílias desse projeto de assentamento demonstra que o poder público realiza uma política agrária que frustra os próprios objetivos, uma vez que as famílias assentadas receberam terras degradadas, de má qualidade e sensivelmente frágeis em termos ambientais. O acesso ao crédito é bastante limitado e os assentados são obrigados a investir em recursos próprios e, para conseguir produzir, devem ainda se submeter a uma série de exigências de várias instituições governamentais. Dito de outro modo, o Estado através de seus próprios instrumentos, promove a precariedade da vida no campo de forma a comprometer a posse e os usos da terra.

Os resultados desse processo são principalmente o êxodo rural e a adoção de estratégias produtivas simplificadas e homogêneas, com práticas nocivas ao meio ambiente, como a pecuária extensiva, a mineração e a pesca predatória, eventos agravados pela presença dos grandes projetos capitalistas que atraem populações de outras regiões do Brasil, ao mesmo tempo que produzem a evasão dos camponeses para as cidades, acirrando cada vez mais a demanda regional por alimentos.

Atualmente, a construção da Hidrelétrica de Marabá e da Hidrovia Araguaia-Tocantins cruza mais uma vez com os interesses das populações residentes, o que denota a presença do mesmo modelo econômico dos anos 1970, cujo traço marcante é a forte ação do Estado com políticas de subsídios a grandes projetos.

A complexa rede de relações sociais, culturais, políticas e econômicas dificulta a proposição de ações que visem preservar o modo de vida dos povos residentes nas comunidades estudadas, entretanto, a partir do que foi constatado, pelo menos quatro questões devem ser fundamentalmente enumeradas. A primeira diz respeito a constituição de sistemático ordenamento pesqueiro – sua realização deve estar situada para além da fiscalização discricionária, partindo de acordos de pesca. Em segundo lugar, torna-se necessário a distribuição de lotes de terra para aqueles pescadores e ribeirinhos que não os possuem. Isso não significa apenas a restituição de um direito histórico pautado pelo seu modo de vida, mas advém da própria necessidade de enfrentar a sazonalidade do rio. Por seu turno, urge o condicionamento da criação de assentamentos rurais a emissão de prévia licença ambiental, visando garantir a função ecológica da terra ao mesmo tempo em que se evita precarização da vida camponesa. Por fim, no que diz respeito às comunidades Tauri e Apinajés, embora o turismo não seja uma atividade tradicional, ao lado da pesca esportiva, ele figura como uma opção econômica, pois aproveita os saberes tradicionais dos pescadores e mobiliza suas principais práticas culturais. Nesse sentido, torna-se necessário a concepção de um programa que promova esta atividade com a franca participação dessas comunidades.

Em continuidade histórica, o capital avança na Amazônia, devorando fronteiras e, com elas, formações sociais que, mesmo fragilizadas, tendem a resistir!

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui Sérgio; SANCHES, Rosely Alvim. **Agricultura e Alimentação em Populações Ribeirinhas das Várzeas do Amazonas: Novas Perspectivas.** Revista Ambiente & Sociedade – Vol. VIII nº. 1 jan/jun. 2005.

ALMEIDA, Lúcio Flávio R. **Ideologia nacional e nacionalismo.** São Paulo: EDUC, 1995.

\_\_\_\_\_. **Lutas sociais na nova (des)ordem: o 11 de setembro e após.** PUC viva, 15, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Neonacional-desenvolimentismo e relações de classe nos governo Lula .** In: Revista Lutas Sociais vol. 19 nº 35 – jul./dez. 2015 – ISSN 1415-854. NEILS, PUC-SP.

ALVES, Alice Margarida Negreiros. **"Quando nós chegamos aqui não entendi nada que o povo falava": campesinato de fronteira, estranhamento cultural e identidade na Amazônia paraense.** Revista Confronteiras. Universidade Federal do Pará. Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia e Tocantins. Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Mudança Social no Sudeste Paraense – GEPEMSSP – n. 1. 2011. Marabá: FCSAT/UFPA.

ASSIS, William Santos de. OLIVEIRA, Myriam. HALMENSCHLAGER, Fábio. **Dinâmicas territoriais e as complexidades das áreas de fronteira agrária na Amazônia oriental.** Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Ano 16 vol.. 02 - outubro 2008.

AULETE. Caldas. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa.** (Org. Paulo Geiger) Rio de Janeiro, Lexikon, 2011. 1488 p.

BARRETO, Paulo; ARIMA, Eugênio; BRITO, Marky. **Pecuária e desafios para a conservação ambiental na Amazônia,** imazon.org.br, Dez. 2005. Disponível em: <[http://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/estado\\_da\\_amazonia/ecuaria-e-desafios-para-a-conservacao-ambiental.pdf](http://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/estado_da_amazonia/ecuaria-e-desafios-para-a-conservacao-ambiental.pdf)>. Acesso: 23 de mar. 2016.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Pará. **Infozonas – Locais de votação da zona eleitoral.** Disponível em: <<http://www.tre-pa.jus.br/institucional/zonas-eleitorais/dados-das-zonas-infozonas>> Acesso 12/07/2016.

BRASIL. 2009. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006. **Censo Agropecuário. Resultados preliminares.** Disponível em: [http://www.IBGE.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil\\_2006/Brasil\\_censoagro2006.pdf](http://www.IBGE.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf) . Acesso em: 15/07/2015.

BRASIL, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. **Relatório Executivo. Plano Nacional de Integração Hidroviária - Bacia do Tocantins-Araguaia, 2013.** Jornal Diário do Pará. **Descoberta nova mina de ferro.** Disponível em: <http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-146220-DESCOBERTA+NOVA+MINA+DE+FERRO.html>. Acesso: 27/03/2014.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Agência Nacional de Transportes Terrestres. **EFC - Estrada de Ferro Carajás**, 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, disponível no site <http://www.IBGE.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

BRASIL. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Plano de Recuperação de Assentamento do PA Grande Vitória**, Itupiranga, 2011.

BRASIL. Portal da Cidadania. **Territórios da Cidadania, sudeste Paraense**. Disponível: [http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/sudesteparaensepa/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/sudesteparaensepa/one-community?page_num=0) Acesso: 25/032015.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o **Estatuto da Terra**. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)>. Acesso em: 20 de mar. 2016.

BRASIL. Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre o **Código Florestal Brasileiro**. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm)>. Acesso em: 20 de mar. 2016.

BRASIL. **Lei no 6.301, de 15 de dezembro de 1975**. Institui política de exploração de serviço de radiodifusão de emissoras oficiais, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasileira de Radiodifusão - RADIOBRÁS. Presidência da República. Casa Civil, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6301.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6301.htm) Acesso em: 16/10/2015

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.999-14, de 13 de Janeiro de 2000**. Altera dispositivos da Lei n. 9649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Presidência da República. Casa Civil, Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2000/medidaprovisoria-1999-14-13-janeiro-2000-370151-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17/10/2015

BRASIL. **Decreto lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970**. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária. Presidência da República. Casa Civil. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1110.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1110.htm) Acesso em: 18/10/2015.

BOURDIEU, P. **O ofício de sociólogo - metodologia da pesquisa na sociologia**. Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon, Jean-Claude Passeron; 6ª ed. Petrópolis Vozes, RJ, 2007.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O índio e o mundo dos brancos**. São Paulo: Pioneira, 1972.

CARNEIRO, Aldair José Dias. **Castanheiros, agricultores e índios: conflitos pelos usos da terra em castanhais do médio Tocantins (1948-1980)**. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2009. Programa de Pós-Graduação em História.

CASTRO, Edna. **Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana**. Caderno CRH, Salvador, v. 5. n. 64, p. 45 – 61. Jan/Abr. 2012.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Teoría Tradicional y Teoría crítica de la cultura**. Impulso Revista de Ciências Sociais e Humanas. Piracicaba/SP, Volume 12, Número 29, 2001.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. *Estudos Avançados*. São Paulo, 11(5), p. 173-191, 1991.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. trad. Silvana Finzi Foá. — São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. Revista Outubro. 5<sup>a</sup>. Ed. 2001. Disponível em <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>> Acesso: <03/04/2017>.

CONGILIO, Celia Regina. **Através do Brasil: taylorismos, fordismos e toyotismos**. Tese, Doutorado em Ciências Sociais, 2004, São Paulo: PUC.

CONGILIO, Célia Regina. IKEDA, Joyce Cardoso Olímpio. **A ditadura militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense**. In: Revista Lutas Sociais vol. 18 n° 32 – jan/jul. 2014 – ISSN 1415-854. NEILS, PUC-SP.

COY, Martin. KOHLHEPP, Gerd. (coord). **Amazônia Sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras locais**. Rio de Janeiro. Garamond, 2005.

DA SILVA, DERIMAR FERREIRA. **Entrevista concedida a Ronildo Guilherme Sales na Colônia de Pescadores Z-44**, Itupiranga, Jan. 2017. [A entrevista encontra-se transcrita integralmente no Apêndice da monografia].

D'LEON, Magno. **Pesca e turismo até quando?** Vila Pesqueira Apinajés – Um paraíso ameaçado. MD Produções - Marabá Publicado em 6 de jul de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gus3zR4cj4U>> Acesso: 12/07/2016.

DA SILVA, Idelma Santiago. **Migração e cultura no sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da UFG, Goiânia, 2009.

\_\_\_\_. A migração como mito fundador e outras metáforas: narrativas da colonização no sudeste do Pará. **Revista Escritas, Vol. 2 (2010) – Territorialidades, Fronteiras e Identidades na Amazônia Legal, Araguaina, 2010.**

DA SILVA, Derimar Ferreira. SILVA, Elielza Pereirada. NORONHA, Joao Batista de Souza. **Entrevista concedida a Ronildo Guilherme Sales na Colônia de Pescadores Z-44, Itupiranga, Jan. 2017.** [A entrevista encontra-se transcrita integralmente no Apêndice da monografia].

DIAS, J. **Ambiente natural e história** (dinamismo cultural). In: DIAS, j. *Estudos de Antropologia*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990

EAGLETON, T. **A ideia de Cultura**. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Rio de Janeiro, RJ). **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 2. ed. – Rio de Janeiro : EMBRAPA-SPI, 2006.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Embrapa Amazônia Oriental. **Mapa de solos e de aptidão agrícola das áreas alteradas do estado do Pará**. Ago. 2016.

Disponível em: <

<https://www.embrapa.br/documents/1354300/0/Mapas+de+solos+e+aptid%C3%A3o+agr%C3%ADcola+das+%C3%A1reas+alteradas+do+Par%C3%A1/80b10a04-8d10-419a-918d-8b22773ee44a>> Acesso: 25/05/2017.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: 1988.

\_\_\_\_. **Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60**.

Paper do NAEA 166, UFPA, out. 2002.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia contra a grande empresa**. Vozes, 1987. Rio de Janeiro.

FILHO, Sebastião da Silva. SILVA. Maria de Lourdes. **Entrevista concedida a Ronildo Guilherme Sales no projeto de assentamento Grande Vitória**, Marabá, ago. 2016. [A entrevista encontra-se transcrita integralmente no Apêndice da monografia].

FREITAS, C. E. de C.; RIVAS, A. A. F. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Ocidental**. Cienc. Cult., São Paulo, v. 58, n. 3, 2006.

HALLWASS, Gustavo. **Ecologia Humana da Pesca e Mudanças Ambientais no Baixo Rio Tocantins, Amazônia Brasileira**. Dissertação, Mestrado em Ecologia, 2011, Rio Grande do Sul: UFRGS.

H AidAR. Cacilda de Castro. **Entrevista concedida a Ronildo Guilherme Sales no Projeto de Assentamento Grande Vitória, Marabá, Fev. 2016**. [A entrevista encontra-se transcrita integralmente no Apêndice da monografia].

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia**, vls.1,2,3 e 4. Belém: EDUFPA, 2004.

\_\_\_\_\_. (org.) **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**, Rio de Janeiro: Vozes,1991.

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Entrevista concedida a Ronildo Guilherme Sales na Gerência Executiva de Marabá**, Marabá, nov. 2016. [A entrevista encontra-se transcrita integralmente no Apêndice da monografia].

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. Sistema fitogeográfico Inventário das formações florestais e campestres Técnicas e manejo de coleções botânicas Procedimentos para mapeamentos. 2ª edição revista e ampliada, Rio de Janeiro, 2012, 271 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades**. Disponível em: , <http://cidades.IBGE.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=150750&search=para|sao-joao-do-araguaia|infograficos:-historico>> Acesso: 19 jul. 2016.

INCRA, Instituto de Colonização e Reforma Agrária. . **Entrevista concedida a Ronildo Guilherme Sales na Superintendência Regional SR-27**, Marabá, Nov. 2016. [A entrevista encontra-se transcrita integralmente no Apêndice da monografia].

KRAPIVINE, V. (1986). **O que é o Materialismo Dialético?** Edições Progresso: Moscou, 1986.

LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir**. Estudos Avançados. São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002.

LUKÁCS, G. **Pensamento vivo: autobiografia em diálogo**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem; Viçosa: Editora da UFV, 1999.

LUXEMBURGO, Rosa, **A acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural,1985.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Pioneira, (1979).

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, (2016).

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil - as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1981 p. 16).

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997. 213 páginas.

\_\_\_\_. **O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira.** *Tempo Social*; Rev. Sociol. 8; 25-70. USP, São Paulo, maio de 1996.

\_\_\_\_. **A reforma agrária e a luta do MST** / João Pedro Stédile (org.) Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARX, Karl. **O capital, O Capital: crítica da economia política** – o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Ederle, Boitempo Editorial, São Paulo, 2013.

\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política.** livro 1 vol. 2. Tradução de Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

\_\_\_\_. **1818-1883 A ideologia alemã : crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)** trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes; a economia vulgar.** São Paulo Abril Cultural, (Os economistas) 1982.

\_\_\_\_. **O Capital. Crítica da economia política. Tomo 1, vol 1.** São Paulo: Nova Cultural.

\_\_\_\_. **Karl Marx: Sociologia.** Org. Octavio Ianni — 2ª ed. — São Paulo, Ática, 1980.

\_\_\_\_. **Manifesto do partido comunista.** Porto Alegre: L&MP, 2000.

MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MASTOP-LIMA, Luiza de Nazaré; BELTRÃO, Jane Felipe. **Identidade e território: saga, construção e situação de etnicidade entre agricultores familiares (PA Belo Horizonte – Pará – Brasil).** Tessituras, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 64- 97, jan./jun. 2015.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia.** trad. Magda Lopes. - São Paulo, Ensaio, 1996.

\_\_\_\_. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_. **Filosofia, ideologia e ciência social.** São Paulo Boitempo, 2008.

MICHELOTTI, Fernando. **Luta pela Terra e Assentamentos no Sudeste do Pará.** Trabalho apresentado no 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado entre os dias 09 e 12 de setembro, Campina Grande - PB, Brasil, 2008.

MOREIRA, Cristiano Rangel. **Relações Filogenéticas na ordem Characiformes (Ostariophysi, Teleostei)** Tese (Doutorado), Zoologia. USP, 2007, 468 p.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. Ed. Edusp, São Paulo- SP, 2004.

MOURA, Ignácio Baptista. **De Belém a São João do Araguaia: Vale do Tocantins**. reedição da obra editada em 1910. Belém: Fundação Cultura Tancredo Neves/SECULT, 1989.

MUSEU VIRTUAL TUCURUI. **De Alcobaça à Tucuruí**. Fatos Históricos. Disponível em: <http://www.museuvirtualtucurui.com.br/fatos-historicos/> Acesso: 02/10/2015.

NAVES, Luiz Cláudio Marques. **Entrevista concedida a Pesquisador Guilherme Sales no Projeto de Assentamento Grande Vitória**, Marabá, fev. 2016. [A entrevista encontra-se transcrita integralmente no Apêndice da monografia].

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Rio Tocantins: lugar de memórias e identidades**. Revista Mosaico, v.1, n.2, p.163-168, jul./dez., 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. Editora Contexto, 2001, Caminhos da Geografia.

\_\_\_\_\_. Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

PARÁ, Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Programa Estadual de Educação Ambiental: diretrizes e políticas**. 2ª Ed. Belém: SEMA, 2008.

PARENTE, Temis Gomes. **Gênero e (in)sustentabilidade de mulheres nos reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica de Estreito – Tocantins**, OPSIS, Catalão, v. 15, n. 2, p. 399-416, 2015.

PETIT, Pere. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964** / Pere Petit - Belém: Paka-Tatu, 2003. 352 p.; (Açaí)

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

\_\_\_\_\_. Sociologia. Org. Paulo Silveira. **Grandes cientistas sociais**. Trad. Heloísa Rodrigues Fernandes. São Paulo, Ática, 1984.

PROJETO CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Boletim informativo nº 4**. Nova Cartografia Social da Amazônia. Edição Especial, Novembro de 2010.

PUC - GO.Universidade Católica de Goiás. REPPITTEC - Rede de Pesquisa em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia. **Pesquisadores apoiam Programa “Um bilhão de árvores para a Amazônia”**. Jornal da Ciência. 2008.

QUEIROZ, Pablo Polese de. **Estatuto ontológico da teoria social marxiana e “questão do método”**. Revista Novos Rumos. v. 50, n. 2, Marília – SP, 2013.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação; princípios/fins da formação humana**. 2.ed. São Paulo, Expressão Popular, 2013. 456 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª. ed. Cortez, 2008.

SANTOS, Gleys Ially Ramos dos. **Ribeirinhas na fronteira Cerrado/Amazônia: um estudo de paisagens na região do Bico do Papagaio – To**. Revista Geonordeste ano XXII, n.º. 2, IFS, SE, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único á consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS, Valcir B. **Desigualdades regionais e dinâmicas territoriais na Amazônia paraense**. Anais, encontros nacionais da ANPUR. Vol. 14, 2011.

SAUER, Sérgio. LEITE, Sergio Pereira. **Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra por Estrangeiros no Brasil**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 50, N° 3, p. 503-524, Jul/Set – Impressa em setembro de 2012.

SAUER, Sérgio. FRANÇA, Franciney Carreiro de. **Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar**. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 65, p. 285-307, Maio/ago.2012.

SEMINÁRIO “**GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: HIDROVIA DO ARAGUAIA-TOCANTINS**”, 2001, Marabá, Carta de Marabá, Campus 1 da UFPA,

SILVA, C. B.; SANTOS FILHO, A. S. . A barragem de Marabá no contexto da vila Espírito Santo: considerações sobre a noção de atingido a partir da perspectiva dos ribeirinhos. In: **Seminário Produção e Incorporação da Interdisciplinaridade na concepção da Pesquisa no PDTSA**, 2014, Marabá. Produção e Incorporação da Interdisciplinaridade na concepção da Pesquisa no PDTSA, 2014. v. 1. p. 1-15.

SOROKIN, Pitirim A. O que é uma classe social, p. 84 - 93. In: VELHO, Otávio Guilherme. PALMEIRA, Moacir G.S. BERTELLI, Antônio R. Orgs. **Estrutura de classe e estratificação social**. Textos básicos de Ciências Sociais. Zahar Editores. 3ª ed . Rio de Janeiro, 1971, 170 p.

VELOSO, Benedito Nazaré. SILVA Luzia Ferreira da. **Entrevista concedida a Pesquisador Guilherme Sales na Colônia de Pesadores Z-30**, Marabá, fev. 2017. [A entrevista encontra-se transcrita integralmente no Apêndice da monografia].

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17 Processos Sociais Agrários. Caxambu, Minas Gerais, outubro de 1996.

**APÊNDICE I: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES DOS TRABALHADORES ENVOLVIDOS DIRETAMENTE COM PESCA E AGRICULTURA.**

Data/local: \_\_\_\_\_

Tel: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Entidade/órgão: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

1. Qual o papel que a instituição em que você trabalha ocupa nas formas de ocupações, de posse e de uso da terra ao longo do Rio Tocantins, especificamente, no trecho entre a comunidade Tauiri (Pedal do Lorenção) em Itupiranga até a região das ilhas na Vila Apinajés em São João do Araguaia?
2. Quais os efeitos da reforma agrária no sudeste paraense do que diz respeito as formas de posse e uso da terra?
3. Como as formas de uso da terra pelos empreendimentos capitalistas ao longo do Rio Tocantins afetam as políticas de reforma agrária?
4. Que tipo de posse ocorre às margens do rio Tocantins e Araguaia no sudeste paraense e como isso afeta as populações que ali vivem?
5. Quais os efeitos da construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins para as comunidades localizadas ao longo dos rios Araguaia e Tocantins?
6. O que representa a construção da hidrelétrica de Marabá para as comunidades residentes na área de influência direta, como os moradores das ilhas do Araguaia em Apinajés?
7. Observações / Esclarecimentos que julgar necessários.

**APÊNDICE II: ROTEIRO SEMIABERTO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES JUNTO AS INSTITUIÇÕES DIRETAMENTE ENVOLVIDAS COM OS PEQUENOS CAMPONESES E PESCADORES.**

Titular: \_\_\_\_\_ idade: \_\_\_\_\_  
Cônjuge: \_\_\_\_\_ idade: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ idade: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ idade: \_\_\_\_\_

**ASPECTOS SOCIAIS**

1. A quantos anos reside na propriedade? Adquiriu por herança ou compra?
2. Quantas pessoas dependem da propriedade para sobreviver?
3. Qual tamanho da propriedade?
4. Quais atividades desenvolve na propriedade?
5. Existe alguma renda extra?

**DINÂMICA TERRITORIAL**

5. A renda da propriedade é suficiente, ou é necessário trabalhar em outra coisa para manter o sustento?
6. As atividades que desenvolvem na propriedade são as que realmente desejam, ou gostaria de lidar com outra coisa?
7. O que faz você permanecer na terra?
8. O que o levaria a vendê-la?
9. Que problemas enfrenta para plantar?

**PESCA**

9. Realiza pesca a quanto tempo?
10. Quem renda obtém?
11. Quais espécies de peixe encontra?
12. Ainda há muitos peixes ou estão escassos?
13. Quais dificuldades enfrenta para pescar?

#### ASPECTOS GERAIS

14. O que é necessário para trazer o progresso e o desenvolvimento para a comunidade?
15. Que instituições estão sempre presente na vida da comunidade?
16. Existem empresas querendo comprar terras na comunidade ou implantar em “parceria” alguma atividade (eucalipto, soja etc.)?